

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE HISTÓRIA, DIREITO E SERVIÇO SOCIAL**

**O perfil educativo dos Assistentes Sociais atuantes nas expressões da
questão agrária da sub-região de Andradina (SP)**

Leandro José de Araújo

**Franca
2007**

Leandro José de Araújo

**O perfil educativo dos Assistentes Sociais atuantes nas expressões da
questão agrária da sub-região de Andradina (SP)**

*Dissertação de Mestrado, apresentada para
obtenção de título de mestre em Serviço
Social, à Faculdade de História, Direito e
Serviço Social da Universidade Estadual
Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus
de Franca, sob a orientação do Profº Drº
Ubaldo Silveira.*

**Franca
2007**

Aos meus pais José e Sirlei

Agradecimentos

Ao meu professor e orientador Drº Ubaldo Silveira que contribui significativamente no meu desenvolvimento acadêmico.

Aos meus irmãos Valéria, Grazieli e Denis.

À minha sobrinha Maria Luiza e o meu cunhado Mauro.

Aos amigos de república Azúcar Fabrício, Leo e Gustavo.

Às amigas Paula Xuxu, Priscila, Silvia, Márcia, Adriana e Kelly e o amigo Brotas.

Às amigas da pós Paula, Meire, Márcia, Lourdes, Adriana, André, Reginaldo, Ana Paula e Cíntia.

Ao programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Unesp Franca

À Capes pelo apoio no primeiro ano.

Às Assistentes Sociais da sub-região de Andradina-SP.

A todos que contribuíram com minha formação pessoal e profissional.

Obrigado a todos(as)

“Somente filosofando o homem não mente, pois nesta ocupação, tão gloriosa como benemérita, o homem não faz senão inventar...”

Gorki

“A ciência humana o mais a que se estende é ao conhecimento de que nada se sabe: é saber o saber ignorar, e assim vem a ciência a fazer vaidade da ignorância”

Mathias Aires

RESUMO

A compreensão do perfil educativo dos Assistentes Sociais se constrói por um duplo movimento: de um lado, temos a visão social de homem e de mundo que se objetiva na realidade por uma dimensão política de forma ideológica ou utópica e, do outro lado, uma realidade social agrária que requer ações específicas, configurando o próprio perfil profissional.

A partir desse universo realizamos um estudo teórico e histórico entre Serviço Social e Educação, tendo como fundamento a organização da produção da vida material e suas expressões no plano ideológico e político. O mundo do trabalho é o eixo estruturante da vida, inclusive em suas expressões ideológicas, que servem exatamente como mecanismo de ocultação da exploração econômica que ocorre no próprio mundo do trabalho. É pelo trabalho que se organiza a vida e a consciência dos homens e dos profissionais em análise. Na outra ponta temos a superestrutura ideológica e política que se relaciona dialeticamente com essa estrutura, ou seja, de forma contraditória e em constante movimento. Tanto a estrutura quanto a superestrutura agem em nossa vida e nós agimos nelas, também de forma contraditória e em constante movimento. A prática educativa do Serviço Social ocupa a posição na superestrutura da sociedade determinando e sendo determinada pela sua estrutura.

O perfil educativo dos Assistentes Sociais atuantes nas expressões da questão agrária da sub-região de Andradina-SP se configura a partir de uma visão pessimista e desmistificadora dos elementos ideológicos, cujo centro é a crítica da realidade. Este aspecto se mistura com elementos utópicos revestidos de otimismo e uma aparente ingenuidade. Estas duas características formam uma visão social de homem e de mundo específica, particular e, sobretudo, vinculada com a realidade concreta contraditória.

ABSTRACT

The comprehension of Social Workers educational profile is built by a double-handed movement: by one side we have a social view of the concepts of man and world, objectified in reality by a political dimension in its ideological or utopian shape; in the other, a agrarian social reality that requires specific actions, giving itself the professional profile.

Starting from this universe we made historic and theoretical study between social work and education, having as its basis the organization of material life production and its expressions in the political and ideological plans. The world of labour is the main line from life structure, including its ideological expressions, which serve exactly as a hiding mechanism of economic exploitation that occurs in its interior. It's through the work that life and self-consciousness of men organizes itself, just like the professionals under our analysis. On the other side we have the ideological and political superstructure related dialectically with this structure, or in another words, in a contradictory and constantly in movement way. The educational practice of social work occupies a position in superstructure of society determining and being determined by its structure.

The educational profile of Social Workers acting in the expressions of the agrarian question at Andradina-SP sub-region is configured from a pessimistic and demystifying view of the ideological elements which center is the reality critics. This aspect mixes itself with utopian elements revested of optimism and apparent ingenuity. These two characteristics form a specific social view of man and the world, very particular and, over all, linked to the contradictory concrete reality.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
 1. A DIMENSÃO EDUCATIVA DO SERVIÇO SOCIAL:	
ELEMENTOS TEÓRICOS PARA A PRÁTICA	15
1.1 Visão social de homem e mundo: ideologia e utopia	15
1.2 Ideologia e Mundo do Trabalho	29
1.3 A dimensão educativa/política do Serviço Social	38
 2. HISTÓRIA E SOCIEDADE	
2.1 O Serviço Social	56
2.2 A Educação	65
2.3 As convergências históricas entre Serviço Social e Educação	69
 3. A QUESTÃO SOCIAL E AGRÁRIA	
3.1 A formação histórica da questão agrária no Brasil e suas expressões atuais	82
3.2 A caracterização da sub-região de Andradina	91
3.2.1 As expressões da questão agrária na sub-região de Andradina	109
 4. O PERFIL EDUCATIVO DOS ASSISTENTES SOCIAIS	
4.1 Elementos quantitativos	119
4.2 Questão Social e pobreza: urbano e rural	119
4.3 Serviço Social: educação e política	125
4.4 O trabalho sócio-educativo: elementos operacionais e resultados	131
4.5 Visão social de homem e de mundo: múltiplos aspectos da unidade	140
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	151
INTRODUÇÃO	

O Serviço Social possui uma dimensão educativa. Embora esta afirmação seja facilmente expressada por profissionais e estudantes de Serviço Social, sua compreensão para além do plano imediato requer análises de variáveis e de determinações históricas e sociais perpassadas e articuladas no movimento histórico do mundo ocidental em geral e do brasileiro em particular. Para definir, identificar e qualificar os principais aspectos desta dimensão estabelecerá um *diálogo teórico e histórico entre Serviço Social e Educação, tendo como base de análise a organização do modo de produção da vida material e suas expressões no plano da superestrutura ideológica e política.*

Vivemos numa sociedade cujo eixo organizador central é o trabalho. A vida cotidiana exige respostas imediatas para problemas e questões que emergem dessa centralidade. Tais respostas são revestidas de elementos ideológicos que são analisados e interpretados por correntes de pensamentos construídos na história ocidental. Estas correntes dão coerência e sentido para o que se apresenta desconexo e difuso na vida cotidiana, são lentes que servem para esmiuçar elementos ocultos pela própria processualidade cotidiana. Na ação profissional do Serviço Social ocorre processo semelhante, no entanto, são teorias específicas que serviram e servem para interpretar o trabalho profissional e, conseqüentemente, sua prática educativa.

Desta maneira, a dimensão educativa objetivada no trabalho sócio-educativo é, de um lado, orientada por tais correntes, pois a consciência não é só determinada pela vida, como diz Marx, também orienta determinada ação na realidade formando um movimento de mão dupla, e, do outro, passível de compreensão por tais teorias e correntes filosóficas. São elementos que ora se apresentam conscientes, ora inconscientes, ora explícitos, ora implícitos. São visões sociais de homem e de mundo que orientam e reivindicam para si a interpretação da prática educativa. Esta se manifesta na realidade por opções políticas que se expressam de forma ideológica ou utópica, ou na maioria dos casos ambas se misturam e se mesclam

confundindo elementos críticos e conservadores, modernos e atrasados, revolucionários e reacionários. Embora a sociedade capitalista forje uma ideologia do *homem unidimensional*, nos termos de Marcuse, não existe unilateralidade na consciência, ela é múltipla e se constrói no processo histórico e social contraditório da vida. Constituem elementos evidentes e latentes na prática educativa dos Assistentes Sociais, configurando determinados perfis pedagógicos que abarcam também de forma múltipla as características presentes na sociedade atual.

Serão em tais elementos que lançaremos nossos olhares revestidos de determinadas correntes de pensamento que se configuraram na história profissional. Não queremos aqui abarcar todas suas nuances e meandros, pois não caberia no modesto limite do presente trabalho. No entanto, é imprescindível a construção dos princípios fundamentais que orientam as visões sociais de homem e de mundo.

Paradoxalmente, assumimos na orientação das análises determinada fundamentação teórica. A primeira premissa, como já assinalamos, é o mundo do trabalho como eixo estruturante da vida, inclusive em suas expressões ideológicas, que servem exatamente como mecanismo de ocultação da exploração econômica que ocorre no próprio mundo do trabalho. É pelo trabalho que se organiza a vida e a consciência dos homens e dos profissionais em análise. É pelo trabalho que nos relacionamos com os outros homens e com a natureza, retirando os nossos meios de sobrevivência. É pelo trabalho que estes meios são produzidos coletivamente e apropriados privadamente na sociedade do capital, pois apenas uma pequena parcela da sociedade possui os instrumentos necessários para a sua extração e produção. E no trabalho que se organiza a estrutura da vida. Na outra ponta temos a superestrutura ideológica e política que se relaciona dialeticamente com essa estrutura, ou seja, de forma contraditória e em constante movimento. Uma interage na outra e vice-versa construindo a vida em sociedade. Tanto a estrutura quanto a superestrutura agem em nossa vida e nós agimos nelas, também de forma contraditória e em constante movimento. No caso, a prática educativa do

Serviço Social ocupa a posição nesta superestrutura da sociedade determinando e sendo determinada pela sua estrutura.

O trabalho do assistente social se configura e se objetiva nas expressões da questão social. É no momento em que a questão social ocupa um lugar no espaço da ação do Estado em que surgem as condições históricas e sociais para a criação da profissão. No Brasil é importante salientar que a questão social está vinculada à formação e limites da questão agrária. A formação histórica e o desenvolvimento do capitalismo no mundo rural foram os principais criadores das atuais condições sociais do país. A partir desse universo se configura e se delimita o perfil educativo profissional, pois compreendemos que as demandas são necessidades específicas que requerem ações específicas, criando condições à profissão para construir o objeto e a prática, definindo mecanismos, procedimentos, técnicas e políticas. Desta maneira, o perfil educativo será estudado, de um lado, a partir das configurações das *visões sociais de homem e de mundo* e, do outro, *da sua manifestação nas expressões da questão agrária como particularidade da questão social da sub-região de Andradina-SP*.

Ao pesquisar a realidade social do perfil educativo assumido na prática educativa/política dos Assistentes Sociais tem-se como ponto de partida sua expressão singular e imediata. O método que seguiremos será o dialético histórico. O conhecimento parte do abstrato, que é a representação caótica do real, construindo o real pensado, concreto. A razão apreende as mediações por meio do movimento que combina as representações ideais com as observações empíricas. A mediação entre esses momentos desvelará, pelo movimento dialético reflexivo, as determinações reais e a *visão social de homem e de mundo* que produzem e reproduzem o referido perfil educativo.

Para analisar um grupo histórico e socialmente determinado partem-se das representações no pensamento como fatos isolados, retornando ao mundo empírico, onde se iniciou todo o processo. Atualmente a consciência vivencia um processo de alienação,

resultado da alienação econômica que ocorre no processo de trabalho. Esta alienação desvincula o pensamento humano das determinações históricas e reais que o produz. A consciência apresenta-se como algo diferente das condições objetivas que a configura. Portanto, é necessário entender o movimento do real, da história, das relações que os homens estabelecem entre si e com a natureza. Este movimento singular está inserido numa dinâmica universal. A elaboração das categorias de mediações particulares para a análise do singular aproxima a prática educativa/política imediata do Serviço Social das condições universais que a determina, compreendendo, portanto, a totalidade concreta, que é a síntese dessas determinações, pois toda parte é também um todo complexo de relações contraditórias existentes na própria realidade universal. Ou seja, a atuação educativa nas expressões da questão agrária produz, no plano da representação, o perfil educativo pesquisado, que estão vinculados a formação histórica e social particular de uma *visão social de homem e de mundo*, que está inserida no sistema social capitalista universal marcado pelo confronto de forças e interesses sociais contraditórios.

O tema da dissertação surgiu de um processo de maturação das idéias. A primeira e principal questão que surgiu foi: como o trabalho sócio-educativo do Assistente Social tem contribuído para o desenvolvimento econômico, cultural e político dos trabalhadores rurais usuários? A partir dessa questão alguns dados foram coletados e algumas leituras realizadas, orientando e aprofundando o universo escolhido. O primeiro aspecto a se observar é a questão sócio-educativa do Serviço Social. Este tema se configura como linha norteadora do trabalho, pois se trata de um tema estudado de forma ampla e teórica no Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em 2003. Desta maneira, o presente trabalho apresentou-se como uma oportunidade para aprofundar nas questões abordadas e levantadas no próprio trabalho. A partir desta definição o tema *questão agrária*, surge do próprio pensamento utópico, pois o desenvolvimento econômico, cultural e social brasileiro passa essencialmente por uma

reforma na estrutura e conjuntura agrária. Essa junção forjaria a ocasião para compreender melhor este universo polêmico e específico. No entanto, o tema ainda estava amplo e não estava localizado. Sobre o primeiro aspecto optamos por pesquisar o perfil educativo dos Assistentes Sociais atuantes nas expressões agrárias e sobre o segundo decidimos por pesquisar a sub-região de Andradina, pois estava em contato direto com essa região, devido ao trabalho desenvolvido na cidade de Ilha Solteira.

Foi a partir desse processo que construímos a presente dissertação, que se estrutura e se apresenta da seguinte maneira:

No primeiro capítulo abordaremos a constituição teórica e histórica das *visões sociais de homem e de mundo*. Tal universo será estudado através de *suas expressões ideológicas e/ou utópicas, vinculadas com o mundo do trabalho*. Esta gama de elementos forja as condições teóricas para a compreensão da dimensão educativa/política do Assistente Social, que será objeto de estudo no terceiro item deste capítulo.

O segundo capítulo será foco de atenção dos principais fatores universais e particulares que contribuíram para o desenvolvimento do Serviço Social e da Educação na história brasileira, analisando os elementos transversais desses dois campos teóricos e práticos. Teremos como ponto de partida a década de 1930, pois é nesta década que surgem as condições sociais para efetivação do Serviço Social como profissão inserida na divisão sócia e técnica do trabalho.

A formação histórica e as expressões atuais da questão social e a questão agrária como manifestações da particularidade do desenvolvimento das relações capitalistas de produção será foco das análises no terceiro capítulo. Será neste capítulo também que apresentaremos a caracterização da sub-região de Andradina-SP, analisando os principais fatores econômicos e sociais que formam o universo da questão agrária. Ainda neste capítulo oferecemos uma

análise das principais questões que envolvem a história e alguns elementos atuais dos conflitos agrários na referida região.

O quarto e último capítulo será objeto de análise dos elementos empíricos que constituem o perfil educativo dos Assistentes Sociais atuantes nas expressões da questão agrária. Serão analisados aspectos quantitativos e qualitativos da pesquisa. No universo qualitativo temos as questões centrais que delimitam o perfil educativo aqui estudado, passando pelas questões abordadas durante o desenvolvimento teórico do trabalho: questão social e agrária, Serviço Social, Educação e política. Os elementos operacionais e os resultados do trabalho sócio-educativo também serão analisados neste capítulo, formando a base para compreensão da visão social de homem e de mundo que orientam e configuram o perfil educativo em análise.

É importante registrar que será confeccionado um trabalho sintetizando os resultados dessa pesquisa, o qual será objeto de retorno para os seus sujeitos, cumprindo com o compromisso ético da ciência.

1. A DIMENSÃO EDUCATIVA DO SERVIÇO SOCIAL: ELEMENTOS TEÓRICOS PARA A PRÁTICA

1.1 Visão social de homem e de mundo: ideologia e utopia

Para iniciar partiremos de uma premissa ontológica: a ação educativa do Serviço Social se efetiva na realidade por meio de ações ideológicas ou utópicas que se orientam por uma *visão social de homem e de mundo* configurada por determinados pressupostos filosóficos que se apresentam na realidade de modo implícito ou explícito, consciente ou inconsciente.

Estes pressupostos filosóficos formam as principais correntes do pensamento ocidental. Dentro desta tradição ampla e heterogênea analisaremos as que mais influenciaram e influenciam a base teórica e metodológica do Serviço Social, que são: o positivismo/funcionalista, a fenomenologia/existencialista e o materialismo histórico dialético. A primeira e principal questão, portanto, que abordaremos será: *o que é o homem?* A resposta, pois, desta questão determinará todo o conjunto de idéias de tais correntes e, conseqüentemente, suas ações sobre a realidade social.

A visão social de homem e de mundo positivista encontra a resposta para esta questão no racionalismo de Descartes: “Enquanto corpo orgânico, o homem é animal, o que quer dizer que convém descrevê-lo como uma *máquina*, mais complexa certamente que os outros sistemas materiais, e que tudo quanto ocorre nesta máquina deve ser fisicamente explicado” (DESCARTES, 1987, p. 15). É importante destacar que o termo positivismo foi utilizado pela primeira vez por Saint-Simon, para designar o método exato das ciências e da filosofia. Surge da racionalidade da ciência moderna, que teve sua origem na revolução científica do século

XVI exatamente com Descartes. Como modelo global é também totalitário, pois nega toda forma de racionalidade que não se pautem em seus princípios epistemológicos e em suas regras metodológicas protagonizadas pela observação e experimentação de Bacon e pelo racionalismo cartesiano. Assim o racionalismo e o empirismo se condensaram no positivismo comtense.

Augusto Comte usou o termo positivismo para designar sua corrente filosófica que ganharia destaque na segunda metade do século XIX. Para ele as ciências sociais não diferem das naturais, tanto que para denominar os estudos acerca dos fatos sociais ele usa a expressão “física social”, que posteriormente viria a tornar-se o termo *sociologia*. A principal característica posta por Comte é a romantização da ciência, sua devoção como único guia da vida individual e social do homem, único conhecimento, única moral, única religião possível. O positivismo acompanha e estimula o nascimento e a afirmação da organização técnico-industrial da sociedade moderna e expressa a exaltação otimista que acompanhou a origem do industrialismo. Suas teses principais são: 1ª. A ciência é o único conhecimento possível, e o método da ciência é o único válido: portanto, o recurso a causas ou princípios não acessíveis ao método da ciência não dá origem a conhecimentos; a metafísica, que recorre a tal método, não tem nenhum valor; 2ª. O método da ciência é puramente descritivo, no sentido de descrever os fatos e mostrar as relações constantes entre os fatos expressos pelas leis, que permitem a previsão dos próprios fatos; ou no sentido de mostrar a gênese evolutiva dos fatos mais complexos a partir dos mais simples. 3ª. O método da ciência, por ser o único válido, deve ser estendido a todos os campos de indagação e da atividade humana; toda a vida humana, individual ou social, deve ser guiada por ele.

Neste aspecto Marcuse também nos traz elementos importantes para compreensão da formação e consolidação do positivismo enquanto corrente filosófica, para ele o positivismo

encontra na sociedade o meio para a realização (e validação) de seus conceitos – harmonia entre teoria e prática, verdade e fatos – desde que a realidade em questão seja cientificamente compreendida e transformada, desde que a sociedade se torne industrial e tecnológica. O pensamento filosófico se transforma em pensamento afirmativo; a crítica filosófica crítica dentro da estrutura social e estigmatiza noções não-positivas como mera especulação, sonhos ou fantasias. (1973, p. 165).

As consequências práticas do positivismo se efetivaram por meio de sua ramificação conhecida por funcionalismo:

A característica central do funcionalismo é reforçar a ordem social existente, pois é uma visão parcial do que existe, para daí inferir o que deve ser. O dever ser seria a continuidade do ser, daquilo que é a ordem social vigente. E esta é também a base do positivismo, que postula que o verdadeiro é aquilo que existe. Trata-se de uma perspectiva do sim, que traduz uma visão conservadora da sociedade (FALEIROS, 2005, p. 169).

A apropriação desta corrente pelo Serviço Social se efetivou em sua forma tradicional, em que a prática profissional se caracteriza pela ação junto a indivíduos com desajustamentos familiares e sociais. Compreendem as ações como corretivas, preventivas e promocionais para o desenvolvimento humano.

A fenomenologia/existencialista tem como principal expoente Husserl. Para ela os fenômenos são acontecimentos reais que, juntamente com os sujeitos, inserem-se no mundo espaço-temporal. Trata-se de uma ciência que tem na redução eidética, ou seja, a transformação dos fenômenos em essências, o principal pilar filosófico. Neste universo fenomenológico o principal instrumento de análise é a existência, onde existir significa relacionar-se com o mundo, isto é, o ser próprio do homem enquanto um homem no mundo em determinada situação. Uma das principais bases desta corrente é que existência precede a essência, portanto “significa que o homem primeiramente existe, se descobre, surge no mundo; e que só depois se define. O homem, tal como concebe o existencialista, se não é definível, é porque primeiramente não é nada. Só depois será alguma coisa e tal como a si próprio se fizer” (SARTRE, 1978, p. 06). Assim, para a fenomenologia/existencialista “O

homem é, não apenas como ele se concebe, mas como ele quer que seja, como ele se concebe depois da existência, como ele se deseja após este impulso para a existência; o homem não é mais que o que ele faz” (SARTRE, 1978, p. 06).

No Serviço Social a fenomenologia se configurou de forma simplista, sua apropriação incorreu em alguns equívocos. Netto (1996) examina a literatura dos autores que reivindicam a inspiração fenomenológica e encontra três problemas: o primeiro é a notável ausência de relação com as fontes originais, as remissões são de fontes secundárias. O segundo aspecto é a contradição à proposta de uma “ciência” aberta e em construção, pois “O método fenomenológico aparece como algo sem contestação, como matriz teórico-metodológica situada para além de crítica e reservas” (p. 213). Em terceiro lugar, há um empobrecimento teórico e crítico das categorias elaboradas por Husserl. É um processo de simplificação da fenomenologia original: “O que nas fontes originais é complexo, multívoco, às vezes ambíguo, evanescente, obscuro, matizado, aparece nos textos de Serviço Social com uma clareza suspeita” (p. 214). Em resumo e na avaliação de Netto “[...] o recurso à fenomenologia, por aqueles autores, denota antes uma aproximação impressionista e aleatória a alguns núcleos temáticos do pensamento fenomenológico, resgatados freqüentemente segundo uma ótica elementar e eclética” (p. 215).

O materialismo histórico dialético consiste em atribuir aos fatores econômicos peso preponderante na determinação dos acontecimentos históricos. Baseia-se no cânon antropológico defendido por Marx, segundo o qual a personalidade humana é constituída intrinsecamente por relações de trabalho e de produção de que o homem participa para prover às suas necessidades. Na questão sobre o que é o homem temos dentro desse universo temos um contraponto. Ao lançarmos nosso olhar no panorama da história do pensamento ocidental encontraremos essas duas principais visões que aparecem em menor ou maior grau de complexidade e que sempre são requeridas por um ou outro pensador; de um lado, temos o

*idealismo*¹ que para nós tem sua expressão máxima em Hegel, e, do outro, temos o *materialismo*² cujo expoente máximo é o próprio Marx. Para o primeiro o homem é um animal racional, pensante, que tem consciência e razão, daí o fundamento de seu idealismo³. O segundo, entretanto, distingue o homem do resto dos animais pela sua capacidade de produzir seus meios de vida, em suas próprias palavras: “Podemos distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião, por tudo o que se quiser. Mas eles começam a distinguir-se dos animais assim que começam a *produzir* os seus meios de vida, passo este que é condicionado pela sua organização física” (MARX, 1984, p. 15). A partir dessas diferenciações podemos compreender melhor porque cada um desenvolveu de modo específico as idéias sobre a dialética, a história, a religião e a política⁴. E consequentemente sobre o mundo e suas manifestações e expressões.

O marxismo no Serviço Social deu-se pelo movimento de reconceituação. No entanto, sua inserção também foi revestida por um ecletismo marxista sem Marx. A identidade entre a prática profissional e a prática política é um dos resultados desses equívocos teórico-metodológicos. Trata-se da corrente identificada por Netto como a *intenção de ruptura* com o Serviço Social “tradicional”, que ao contrário das anteriores, possui uma crítica sistemática à atuação “tradicional”, bem como aos suportes teóricos, metodológicos e ideológicos. “Com efeito, ela manifesta a pretensão de romper quer com a herança teórico-metodológica do pensamento conservador (a tradição positivista), quer com os seus paradigmas de intervenção social (o reformismo conservador)” (NETTO, 1996, p. 159).

¹ De fato o termo Idealismo foi introduzido na linguagem filosófica em meados do século XVII por Leibniz, mas se trata de uma referência à doutrina platônica das idéias. ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 523.

² O termo materialismo foi usado pela primeira vez por Robert Boyle no ano de 1674, designava em geral toda doutrina que atribua causalidade apenas à matéria. Ibidem, p. 649.

³ “O homem se diferencia do animal pelo pensamento”. HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Introdução à História da Filosofia**. São Paulo: Hemus, 1983, p. 11.

⁴ Estas esferas são grandes polêmicas que perpassaram as construções teóricas de cada pensador. A título de exemplo, o Estado para Hegel é a personificação de Deus na terra, para Marx trata-se de uma instituição criada para regular e controlar a luta de classes que na esfera da produção possuem interesses essencialmente antagônicos.

As principais influências dessas correntes no Serviço Social serão tratadas com mais afinco no decorrer do trabalho, sobretudo, quando abordarmos a história profissional. O que nos cabe no momento é concentrarmos as atenções para os principais elementos que fundam a concepção de *homem e de mundo dentro delas*.

Seguindo nossa linha de pensamento a questão que se coloca *é de como essas concepções se manifestam na realidade e na história*. Pois uma *visão social de homem e de mundo* vista separada da história e de sua confirmação na realidade objetiva se restringe apenas a disputas teóricas abstratas, ou no próprio dizer de Marx (1984, p. 107-108, Teses sobre Feuerbach):

A questão de saber se ao pensamento humano pertence a verdade objetiva – não é uma questão da teoria, mas uma questão *prática*. É na práxis que o homem tem de comprovar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o caráter terreno, do seu pensamento. A disputa sobre a realidade ou não-realidade do pensamento – que está isolado da práxis – é uma questão puramente *escolástica*.

Nesse sentido, a construção mais apropriada para responder *como uma visão social de homem e de mundo se objetiva na realidade social e histórica* percorre o caminho elaborado e sistematizado por Löwy (1994). Este, contudo, toma como ponto de partida o pensamento de Mannheim que elabora o conceito de *visão social de mundo* transfigurado e vinculado em duas formas distintas de compreender a ideologia: uma “total” e outra “particular” (MANNHEIM, 1986, p. 81 e ss). A primeira refere-se essencialmente ao pensamento de um grupo histórico-social concreto. “Ela circunscreve um conjunto orgânico, articulado e estruturado de valores, representações, idéias e orientações cognitivas, internamente unificado por uma perspectiva determinada, por um certo *ponto de vista* socialmente condicionado” (LÖWY, 1994, p. 13). A segunda está relacionada às distorções da realidade, as quais “[...] variam numa escala que vai desde as mentiras conscientes até os disfarces semiconscientes e dissimulados” (MANNHEIM, 1986, p. 81). Löwy discorda e complementa Mannheim quando este usa o mesmo termo para definir dois fenômenos: “ideologia total” e ideologia no sentido

particular. Para designar “ideologia total” Löwy usará a expressão *visão social de mundo*, que no trabalho usaremos *visão social de homem e de mundo*, a qual se refere a “[...] um conjunto relativamente coerente de idéias sobre o homem, a sociedade, a história, e sua relação com a natureza” (LÖWY, 1994, p. 13).

Portanto, de um lado, temos a *visão social de homem e de mundo* que representam uma construção no âmbito do conteúdo teórico abstrato, que são elementos universais construídos socialmente, e, do outro, estes elementos são postos à prova no devir histórico, ou seja, são particularizados na realidade objetiva e subjetiva, dependendo do momento histórico em que estão sendo utilizados e dos interesses das classes sociais que os utilizam.

Desta maneira, a ideologia particular terá o seu contrário, que será a *utopia*⁵. Ou seja, enquanto a *visão social de homem e de mundo* ideológica tenderá a representações que servem para a reprodução da ordem vigente, ocultando, mistificando e naturalizando as relações sociais. Na utópica teremos representações e aspirações que se orientam exatamente no sentido contrário, ou seja, exercem uma função de ruptura com a ordem estabelecida, uma função subversiva e até revolucionária, seus mecanismos serão exatamente a desmistificação, a revelação dos interesses das classes e grupos envolvidos e a construção histórica e social das relações sociais imediatas e naturalizadas. No entanto, a compreensão do real, da realidade objetiva, tanto pela ideologia, quanto pela utopia, tenderão

[...] a uma certa unilateralidade, que não deriva das más intenções das pessoas nem resulta de mentiras calculadas; trata-se, antes, de uma tendência que reflete o fato de que o pensamento de todos os grupos emerge de suas condições de vida e se liga às circunstâncias, à situação concreta daqueles que estão pensando. (KONDER, 2002, p. 71).

Diante dessas perspectivas temos a ideologia e a utopia se enfrentando constantemente na história, pois se constituem contrários de um movimento dialético, no qual a *visão social*

⁵ O termo é usado em seu sentido mais amplo e mais “neutro”, de acordo com sua etimologia grega: *ou topos* (em parte alguma). Não se refere a sonho imaginário irrealizável, pois o realizável ou não pertence apenas ao futuro. Cf LÖWY, 1994, p. 12.

de homem e de mundo representa sua base comum, ou seja, a *visão social de homem e de mundo* é a unidade dos contrários *ideologia e utopia*. Uma *visão social de homem e de mundo*, portanto, pode ser uma utopia em certo momento histórico e passar a ser uma ideologia em outro contexto. A título de exemplo deste movimento podemos citar o próprio pensamento positivista. As idéias iniciais de Saint-Simon e Condorcet consistiam em críticas ao regime absolutista, questionavam os dogmas imutáveis do feudalismo e o obscurantismo clerical. Estas idéias, portanto, tinham uma perspectiva revolucionária e subversiva, isto é, utópica. Augusto Comte foi quem transformou a *visão social de homem e de mundo* positivista utópica em uma *visão social de homem e de mundo* positivista ideológica, isto é, em um sistema conceitual e axiológico que tende à defesa da ordem estabelecida. Esta passagem não se deu naturalmente, foi fruto de tensões dialéticas históricas e reais, em que sua síntese foi a instauração do sistema capitalista em seu sentido pleno, servindo de base real para a teoria ideológica de Comte. Aliás, este é o principal critério de análise para a constituição e passagem de um plano utópico para ideológico, isto é, o desenvolvimento das forças históricas reais.

A construção de uma *visão social de homem e de mundo* está intimamente vinculada à questão do conhecimento objetivo da realidade social, ou seja, da questão epistemológica⁶ nas ciências sociais. Trata-se de um conjunto de idéias, representações e explicações da realidade objetiva, que poderá se transformar em legitimadora da ordem vigente ou transformadora, dependendo, portanto, do seu uso político inserido no contexto da luta de classes.

Neste intento surge uma questão epistemológica crucial: qual é o ponto de vista que possibilita o maior acesso ao conhecimento da verdade? Para o positivismo esta questão se resolve na neutralidade científica, ou seja, ele tem a pretensão de analisar os fatos sociais de

⁶ Área da filosofia que estuda os processos do conhecimento humano, tanto no sentido descritivo, quanto crítico. Almeja explicar como se dá e qual o valor do conhecimento humano e está ligada à questão da busca da verdade, do conhecimento objetivo da realidade (SEVERINO, 1986, Introdução, p. IX).

forma objetiva, neutra, sem interesses de classes, livre de julgamentos de valor, de ideologias, de prenoções e preconceitos. Em última análise, este discurso positivista imprime aos fatos sociais, assim como nos naturais, “leis imutáveis”, que servem, de fato, para a justificação *ideológica* das coisas existentes, da ordem vigente. Pois como busca leis imutáveis sempre os fatos terão como ser previstos e qualquer comportamento que fuja será considerado uma exceção que precisa ser corrigida para o bom desenvolvimento da sociedade.

Este modelo mecanicista dividiu-se nas ciências sociais em duas vertentes: a primeira, dominante, consistiu em aplicar todos os princípios epistemológicos e metodológicos que presidiam ao estudo da natureza desde o século XVI, ou seja, seguir as construções positivistas; a segunda, contudo, reivindica “para as ciências sociais um estatuto epistemológico e metodológico próprio, com base na especificidade do ser humano e sua distinção polar em relação à natureza” (BOAVENTURA, 1996, p. 19). Esta vertente pauta-se, sobretudo, nos obstáculos que as ciências humanas encontraram, a saber: não é possível estabelecer leis universais aos fenômenos sociais, pois são históricos e culturalmente determinados; as previsões não são fiáveis porque os seres humanos modificam o comportamento em função do próprio conhecimento; os fenômenos sociais possuem uma natureza subjetiva não captável pela objetividade; as ciências sociais não são objetivas pois o cientista também está inserido e não pode libertar-se de seus valores (BOAVENTURA, 1996, p. 20-21)⁷. Assim, entrou em cena outra corrente que contribuiu significativamente para a discussão: o historicismo. Suas idéias principais eram exatamente as respostas a estes obstáculos, isto é:

⁷ Atualmente fala-se em um novo paradigma epistemológico. Boaventura apresenta e justifica algumas teses especulativas sobre ele. A primeira é que todo conhecimento científico-natural é científico-social. Para ele a distinção dicotômica entre ciências naturais e sociais deixou de ter sentido e utilidade. Todas as teorias que iniciam a crise “introduzem na matéria os conceitos de historicidade e de processo, de liberdade, de auto-determinação e até de consciência que antes o homem e a mulher tinham reservado para si”. Portanto, a superação da dicotomia ocorre sob a égide das ciências naturais. Cabe ressaltar que a superação reivindica aspectos da segunda vertente do modelo das ciências sociais. Esta idéia mostra que as ciências sociais encontram-se atrasadas diante as ciências naturais, pois como o próprio autor diz: a natureza esta recebendo um comportamento humano. Portanto, as ciências naturais avançaram apenas no aspecto técnico e não epistemológico/metodológico, ao contrário das ciências sociais. BOAVENTURA, **op. cit.**, p. 38-40.

1. Todo fenômeno cultural, social ou político é histórico e *não pode ser compreendido senão através de e na sua historicidade*.
2. Existem diferenças fundamentais entre os fatos naturais e os fatos históricos e, conseqüentemente, entre as ciências que os estudam.
3. Não somente o *objeto* da pesquisa está imerso no fluxo da história, mas também o *sujeito*, o próprio pesquisador, sua perspectiva, seu método, seu *ponto de vista* (LÖWY, 1994, p. 65-66).

Esta corrente, contudo, nasce essencialmente como conservadora, propunha-se a defender e a manter as instituições seculares. Seu conservadorismo é, sobretudo, em oposição ao pensamento Iluminista, que defendia posições a-históricas e pretendiam apresentar os fatos sociais e históricos livres de julgamentos de valor, pois consideravam suas interpretações absolutas e objetivas.

Com a revolução burguesa industrial tudo o que os historicistas conservadores defendiam como imutáveis começam a cair diante de seus olhos e esta perspectiva conservadora é paulatinamente substituída pela relativista⁸. Dilthey, um dos principais representantes dessa nova perspectiva, assinala: “Cada visão de mundo é historicamente condicionada, portanto, limitada, relativa [...] Cada uma exprime, nos limites de nosso pensamento, uma dimensão do universo. Cada uma é, conseqüentemente, verdadeira. Mas cada uma delas é unilateral” (DILTHEY, p. 155, 224-225 apud LÖWY, 1994, p. 72). Para Mannheim a saída deste dilema é a “síntese” eclética entre visões unilaterais, ou seja, complementação recíproca de diferentes pontos de vista parciais. Esta “síntese” seria realizada por uma camada relativamente sem vínculos na produção da vida material, é o que ele denominou de “intelectuais flutuantes”. Esta categoria é composta “[...] de indivíduos de origens as mais diversas, todos os pontos de vista contraditórios se confrontam de forma permanente, favorecendo assim o avanço de uma visão de conjunto” (LÖWY, 1994, p. 86-87). Contudo, esta solução para outros, por exemplo, Max Weber, se apresenta como a menos

⁸ Este é um outro exemplo de uma *visão social de mundo* que se transformou em decorrência das mudanças ocorridas na base material da vida social.

apropriada, pois a junção de uma visão unilateral não garante em nada a objetividade do conhecimento.

Georg Lukács foi, sem dúvida, o principal representante da confluência entre marxismo e historicismo. Em *História e consciência de classe* o pensador húngaro desenvolve a idéia de que toda forma de conhecimento da sociedade esta ligada à consciência de uma classe social historicamente determinada. De acordo com ele a consciência burguesa tem por interesse ocultar idéias e soluções que, de uma forma ou de outra, superariam o próprio capitalismo. Permitir desenvolver estas idéias representaria a própria morte da classe, pois “[...] equivaleria a não mais considerar os fenômenos da sociedade do ponto de vista da burguesia. E disso, nenhuma classe é capaz, na medida em que seria necessário que ela renunciasse voluntariamente à sua dominação” (LUKÁCS, 1989, p. 90).

De acordo com Lukács, o marxismo, como toda forma de conhecimento, está intimamente ligado à consciência concreta e histórica de uma classe social, ou seja, a um ponto de vista socialmente determinado, no caso o proletariado. Para ele a “consciência de classe é a ética do proletariado, a unidade da sua teoria e da sua práxis, é o ponto em que a necessidade econômica da sua luta emancipadora se transforma dialeticamente em liberdade” (LUKÁCS, 1989, p. 56).

Atualmente nos deparamos com uma realidade social em que a definição de classe é extremamente complexa, logo, vincular um pensamento a uma classe social atual seria “procurar tomada em focinho de porco”. O individualismo⁹ exacerbado propiciou, em termos ideológicos e culturais, a formação do que poderíamos denominar de “tribos sociais”.

⁹ “Por exemplo, ensinaram-nos até aqui: ‘Ama o teu próximo.’ Se eu sigo tal preceito, que é que acontece? Rasgo o meu capote em dois, dou a metade ao próximo e ficamos, os dois, nem vestidos nem nus. Mas a ciência me ensina a amar antes de tudo a mim mesmo, porque tudo neste mundo se baseia no interesse pessoal. A economia política diz que quanto mais negócios particulares existirem na sociedade, ou, em outras palavras, quanto mais capotes inteiros foram fabricados, mais forte e organizada ela será. Portanto, trabalhando exclusivamente para mim, estou também trabalhando para todos, contribuindo para que o próximo receba mais do que a metade de um capote, em consequência do progresso geral. Idéia simples, mas que infelizmente, até hoje esteve abafada pelo espírito sonhador” Dostoiévsky. **Crime e Castigo**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996, p. 116.

Neste sentido, a realidade nos forçaria a crer que o conhecimento não se restringe mais a um mero ponto de vista, mas a um ponto de vista localizado no “espaço quadrimensional”¹⁰, ou seja, atualmente encontramos grupos que buscam e definem suas próprias verdades, suas idéias, seus ideais e suas representações da realidade, formando uma sociedade de cooperativismo epistemológico.

Este quadro trágico que a história pintou não é mera obra do acaso. Ele foi construído pelas próprias relações sociais que os homens estabelecem entre si e com a natureza. É fruto de uma realidade marcada pelo modo de produção capitalista e pela sua ideologia neoliberal individualista.

Embora não seja pretensão deste trabalho aprofundar a discussão sobre a delimitação de classes sociais, se faz necessário trazer a tona algumas idéias sobre o assunto. Ricardo Antunes nos traz elementos significativos para o debate:

Se o indivíduo é expressão da singularidade e o gênero humano é uma dimensão de universalidade, a classe é a mediação que particulariza os seres sociais que vivenciam condições de similitude em sua existência concreta, no mundo da produção e reprodução social. A consciência de uma classe é, pois, a articulação complexa, comportando identidades e heterogeneidades, entre singularidades que vivem uma situação particular (ANTUNES, 2000, p. 119).

A questão que se coloca, portanto, é compreender se o proletariado continua sendo a classe que possui o conhecimento objetivo da realidade. Como vimos anteriormente e como bem assinala Ricardo Antunes, o mundo do trabalho, com todas suas transformações e metamorfoses, vive hoje uma *desproletarização do trabalho industrial*, caracterizando, em termos econômicos a *classe-que-vive-do-trabalho*. O termo proletariado em seu vínculo industrial apresenta-se insuficiente para dar conta da realidade atual. Desta maneira, para contemplar elementos econômicos, culturais, políticos e ideológicos usaremos, neste trabalho, os binômios *opressores/oprimidos*, *dominantes/dominados*, pois possibilitará uma maior

¹⁰ As novas teorias físicas indicam que o Tempo é a quarta dimensão do espaço.

identificação de classe entre os indivíduos singulares e possibilitando analisar realidades particulares localizadas no tempo e no espaço.

Dominados e dominantes confirmam, portanto, seus pensamentos pela perspectiva da ação sobre a realidade, ou seja, enquanto os primeiros orientam suas ações de legitimação ideológica e conservação da ordem vigente, os oprimidos edificam suas ações no sentido utópico de transformação da realidade, isto é, uma dimensão política para a transformação.

Löwy (1994, p. 205) ao apresentar o pensamento marxista/historicista, sobretudo lukasciano, entende esta questão de forma diferente, ele assevera que certos pontos de vista são relativamente mais favoráveis à verdade objetiva que outros. Não se trata, porém, de colocar em termos maniqueístas, mas de hierarquizá-los. Para definir melhor seu pensamento usa a seguinte metáfora:

[...] a verdade objetiva sobre a sociedade é antes concebida como uma *paisagem* pintada por um artista e não como uma imagem de espelho independente do sujeito; e que, finalmente, tanto mais verdadeira será a *paisagem*, quanto mais elevado o *observatório* ou belvedere onde estará situado o pintor, permitindo-lhe uma vista mais ampla e de maior alcance do panorama irregular e acidentado da realidade social (LÖWY, 1994, p. 14).

O marxismo, portanto, está intimamente vinculado ao ponto de vista do proletariado. Esta é a classe que possibilita uma visão mais ampla, global e total da realidade. Não se trata de “certo” ou “errado”, não é um juízo de valor, e nem um contraponto entre ciência e ideologia, mas do proletariado possuir um horizonte intelectual mais vasto, de situar-se num *observatório* que possibilita vislumbrar, de formar mais ampla, a paisagem percebida. Isto porque esta classe tem o interesse de abolir as divisões na sociedade, ela é, por consequência, a “[...] primeira classe revolucionária cuja visão social de mundo (utópica) tem a possibilidade de ser transparente” (LÖWY, 1994, p. 208). O proletariado, portanto, não tem interesse em produzir ideologias a fim de ocultar a realidade, pois a “questão não é aquilo que este ou aquele proletário ou mesmo todo o proletariado se representa num dado momento como

objetivo. É aquilo que é o proletariado e aquilo que, em conformidade com o seu *ser*, será historicamente obrigado a fazer” (LUKÁCS, 1989, p. 58).

No entanto, temos que observar que a questão do conhecimento vinculado a ideologia ou utopia não tem solução conclusiva, é resolvida no dever histórico e nos meandros políticos de cada contexto específico, haja vista o exemplo do positivismo. Neste sentido, a metáfora do *observatório* requer cautela metodológica. Parece-nos mais apropriado analisarmos no âmbito do horizonte histórico, isto é, ao invés de verticalizarmos o conhecimento num *observatório*, colocarmos na linha do horizonte histórico. Desta maneira, uma resposta marxista se apresentaria da seguinte forma:

[...] à cada época é a classe revolucionária que representa o máximo de consciência possível; este privilégio, que era no passado da burguesia revolucionária (filosofia do Iluminismo, economia política clássica etc), pertence agora à classe revolucionária de nossa época: o proletariado (LÖWY, 1994, p. 206).

No entanto, como vimos esta idéia merece reflexão mais profunda. É preciso relembrar que o proletariado se modificou e que, portanto, é preciso sempre ter como ponto de referência o processo histórico de desenvolvimento dos opressores/oprimidos no mundo do trabalho, pois será através desta relação que emergirá a perspectiva utópica de uma visão social de homem e de mundo.

A política dentro desse universo é o campo no qual a ideologia (ou utopia) manifesta-se objetivamente. “O sujeito da ação política é alguém que quer conhecer o quadro em que age, quer poder avaliar o que pode e o que não pode fazer, mas, ao mesmo tempo, é um sujeito que depende, em altíssimo grau, de motivações particulares – suas e de outros – para agir” (KONDER, 2002, p. 248). *Visão social de homem e de mundo* (ideológica ou utópica) e política estão intrinsecamente unidas, formando a *práxis social*. Esta se realiza em três níveis: repetitivo, mimético e inovador.

A *práxis* repetitiva recomeça os mesmos gestos, os mesmos atos em ciclos determinados. A *práxis* mimética segue modelos; pode suceder que, imitando, ela chegue a criar, mas sem saber como nem por que; mais frequentemente ela imita sem criar. Quanto à *práxis* inventiva e criadora, ela atinge seu nível mais elevado na atividade revolucionária (LEFEBVRE, 1966, p. 37).

Desta maneira, é preciso compreender que *práxis* é, antes de tudo, ato; relação dialética entre a natureza e o homem, as coisas e a consciência e esta relação tanto pode ser no sentido de manter a ordem (repetitiva ou mimética) ou uma tentativa de ruptura (mimética sem consciência e inovadora), o que estará como pano de fundo será a visão social de homem e de mundo com suas determinações no mundo do trabalho, que serão analisadas no próximo item.

1.2 Ideologia e Mundo do Trabalho

A ideologia representa na história da ciência social um conceito extremamente polissêmico, ambíguo, paradoxal e enigmático. Além de não constituir um consenso teórico, seus limites não se restringem a questão axiológica, ou seja, a questão dos valores, ela transcende estas barreiras perpassando substancialmente questões de fundo epistemológico, metodológico e político. No entanto, é importante compreendermos como funcionam seus mecanismos de defesa do *status quo* e como este se organiza na realidade pelo trabalho.

O histórico do termo é marcado por uma complexa teia de interpretações de diversos autores, articuladas organicamente com acontecimentos culturais, políticos e sociais. O primeiro pensador a usar o termo foi Destutt de Tracy, em 1801, no livro *Eléments d'Idéologie* (Elementos de Ideologia), de acordo com ele a ideologia consistia em uma ciência da formação das idéias, estudando-as como fenômenos naturais que expressão a relação do

corpo humano com o meio ambiente. Sua função seria indicar as origens, os limites e o grau de exatidão do conhecimento humano, ou seja, seria o verdadeiro método do conhecimento.

Em outros momentos o termo reaparece, por exemplo, quando Napoleão Bonaparte faz uma declaração aos ideólogos franceses e pronuncia que as desgraças que a França vivia tinham como causa a ideologia, “essa tenebrosa metafísica” (CHAUÍ, 1984, p. 24). Devido a esta declaração o termo ganhou um sentido pejorativo e invertido do verdadeiro que era usado pelos ideólogos franceses, pois estes se consideravam exatamente o contrário: realistas, materialistas e anti-metafísicos.

Augusto Comte também utiliza o termo, para ele ideologia é sinônimo de teoria, é a “[...] organização sistemática de todos os conhecimentos científicos, indo desde a formação das idéias mais gerais, na matemática, até as menos gerais, na sociologia, e as mais particulares, na moral” (CHAUÍ, 1984, p. 26). A principal consequência *ideológica* deste pensamento foi que a teoria passou a ter um papel de comando da prática, ou seja, a prática é considerada como ignorante e a teoria tem a autoridade do saber científico e por isso deve orientá-la.

O pensamento fenomenológico também nos traz contribuições para o debate contemporâneo. Trata-se de uma visão elaborada em termos de conteúdo e forma, sendo o primeiro as relações sociais vivenciadas pelos indivíduos e o segundo a maneira pelas quais essas relações se efetivam. Assim, ideologia é um “fenômeno da estrutura do pensamento que expressa o modo pelo qual se entende o relacionamento vivido pelos homens entre si e que portanto se manifesta em todo relacionamento social, em todo tipo de comunicação dos homens entre si” (WERNECK, 1984, p. 60).

No entanto, será com Marx e Engels que ideologia ganhará um novo e importante entendimento dentro do pensamento social ocidental. A principal obra dos autores que discute e apresenta esta concepção é *A Ideologia Alemã*. Nela os autores dirigem suas críticas aos

ideólogos alemães, dentre eles F. Strauss, Max Stirner e Bruno Bauer. No entanto, tal crítica, embora importante para sua elaboração filosófica, não é a principal contribuição da obra. O que nos chama a atenção é o novo *status* que a ideologia ganha no processo do conhecimento e entendimento da realidade social e na própria configuração das ações sobre a mesma. Apresentaremos, portanto, as principais questões que envolvem as idéias de Marx e Engels, pois concordamos com Marshall Berman quando diz que mais importante que as respostas, foram as perguntas formuladas por Marx, assim “O que de mais valioso ele nos tem a oferecer, hoje, não é um caminho que permita sair das contradições da vida moderna, e sim um caminho mais seguro e mais profundo que nos coloque exatamente no cerne dessas contradições” (BERMAN, 1986, p. 146)

Para se entender os fins, os mecanismos, os efeitos e todo sistema ideológico na perspectiva marxista é indubitavelmente necessário analisar as contradições existentes na sociedade econômica, as formas de exploração e dominação em suas diversas formas de objetivação, a divisão social do trabalho e seu desenvolvimento histórico, enfim, toda a organização material da vida, pois para Marx estes dois universos formam uma unidade sendo impossível a compreensão de um sem analisar o outro. “O trabalho é, portanto, inseparável do conhecimento, de idéias e concepção de mundo, isto é, *de formas de pensar a vida real*. O ser que trabalho *constrói para si, através de sua atividade, modos de agir e de pensar*” (IAMAMOTO, 2001, p. 42).

A primeira categoria importante é a história. Para o pensador, as relações sociais de produção são o ponto de partida para se entender o desenvolvimento da histórica. Os homens coincidem diretamente com a sua produção, ou seja, os homens identificam-se “[...] com *o que* produzem e também com *o como* produzem. Aquilo que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção” (MARX; ENGELS, 1984, p. 15). Não se trata de apenas tomar as relações sociais como um fato observável, é preciso compreender sua

origem, suas diferenças temporais, isto é, compreendê-las como processo histórico, no qual a história não é sucessão de fatos no tempo, e sim

[...] uma soma de forças de produção, uma relação historicamente criada com a natureza e dos indivíduos uns com os outros que a cada geração é transmitida pela sua predecessora, uma massa de forças produtivas capitais e circunstanciais que, por um lado, é de fato modificada pela nova geração, mas que por outro lado, também lhe prescreve as suas próprias condições de vida e lhe dá um determinado desenvolvimento, um caráter especial – mostra, portanto, que as circunstâncias fazem os homens tanto como os homens fazem as circunstâncias (MARX; ENGELS, 1984, p. 49).

A relação com a natureza por meio de uma atividade criadora sobre o mundo sensível foi estimulada pelas necessidades humanas, pois no intuito de satisfazê-las os homens começam a criar instrumentos, surgindo, assim, o *trabalho*. Este representa o primeiro ato histórico, é a primeira mediação entre os homens e a natureza, por ele os homens dominam e apropriam-se da natureza satisfazendo suas necessidades e criando outras. O trabalho, portanto, é uma *práxis*, uma construção dialética que mediatiza as relações entre os homens e com a natureza.

Os homens em relações sociais elaboram um conjunto de idéias e representações para se auto-explicarem e auto-legitimarem e as expressam de modo objetivado por meio de instituições determinadas: Família, Igreja, Escola, Estado, dentre outras. Estas instituições e representações não são os sujeitos da história, embora muitas vezes interpretadas como tal. Estas representações da realidade são os conteúdos da ideologia, eles explicam a própria vida e as relações que os homens estabelecem entre si e com a natureza.

Essas idéias ou representações, no entanto, tenderão a esconder dos homens o modo real como suas relações sociais foram produzidas e a origem das formas sociais de exploração econômica e de dominação política. Esse ocultamento da realidade social chama-se ideologia (CHAUÍ, 1984, p. 21).

Portanto, não se trata de verificar se os conteúdos são “falsos” ou “verdadeiros”. A principal artimanha ideológica está em sua forma de construir e apresentar estes conteúdos, ou seja, estas idéias, representações, valores e normas serão articulados com a intenção de

coerência, mas que oculta elementos importantes para compreensão em seu conjunto. Não significa que são idéias falsas ou que é um simples reflexo da realidade. O artifício ideológico é deixar lacunas no pensamento, apresentar alguns aspectos verdadeiros da realidade social, enquanto ocultam outros que se apresentados denunciariam o mecanismo que engendra a exploração na sociedade. É tomar parte da realidade como sendo a realidade *em si*. É apresentar as idéias como universais quando de fato representam uma particularidade da realidade. Um aspecto do processo como *o processo todo*, portanto, existem elementos verdadeiros, mas são escamoteados pela ação ideológica.

Outro mecanismo que a ideologia utiliza dentro da sociedade capitalista é a naturalização das relações sociais. Como salientado anteriormente, para Marx a base do desenvolvimento da história são as relações sociais. Estas relações objetivas e concretas são subjetivadas e introjetadas nos sujeitos através de instituições políticas e sociais. Este processo funciona da seguinte maneira: os valores, idéias e representações da realidade são objetivados historicamente nessas instituições. Os homens ao entrarem em relação com esta realidade tomarão como verdades absolutas e naturais estas idéias e representações, perdendo seu sentido histórico e social. A título de exemplo, tomemos a idéia de que o destino do homem pertence a Deus, esta idéia é introjetada na subjetividade fazendo com que os homens acreditem como verdade absoluta e ajam conforme tal preceito, sem questionarem seu próprio poder de decisão perante a vida e a história. Portanto, estas representações da realidade explicam a própria vida e as relações que os homens estabelecem entre si e com a natureza, ocultando seu processo histórico e real. O homem torna-se, portanto, escravo de suas próprias criaturas (MARX, 1984, p. 07).

Todo este processo justifica-se pela própria função da ideologia na sociedade dividida em classes, que é ocultar as relações de exploração do trabalho e dominação política, ou seja, dissimilar e ocultar a realidade do *mundo do trabalho*. Vejamos por que. A primeira

consideração é que somos seres possuidores de necessidades naturais (biológicas) e humanas (criadas a partir da satisfação das naturais), ou seja, ao saciarmos nossa fome criamos situações e condições que geram outras necessidades, que por sua vez geram outras e mais outras, estabelecendo o ciclo histórico da humanidade até os dias atuais. Para satisfazer estas necessidades nos relacionamos com a natureza e criamos objetos e utensílios de uso e qualidade específicos. Esta relação entre homem e natureza, como vimos, é mediada pelo trabalho. É por ele que o homem transforma a natureza e a si mesmo, torna-se humano, um *ser social*.

Conforme Marx o trabalho possui uma dupla dimensão. A primeira trata-se do trabalho que cria valores de uso, é o trabalho concreto. Este, por sua vez, é premissa e condição para o desenvolvimento e realização do trabalho abstrato. O trabalho abstrato refere-se à criação de valores de troca dentro da sociedade capitalista. O valor é determinado por uma relação de troca, ou seja, é puramente social. “A força de trabalho do homem em estado líquido ou trabalho humano cria valor, porém não é valor. Ele torna-se valor em estado cristalizado, em forma concreta” (MARX, 1996, p. 179). A grandeza de valor de uma determinada mercadoria é definida a partir da quantidade de trabalho socialmente nela despendida. Não vemos o trabalho abstrato diretamente no objeto, entretanto, sabemos que ele existe e que está objetivado na mercadoria, é como o próprio nome diz: é abstrato.¹¹

No universo do valor-de-uso a mercadoria não possui nenhum mistério. No valor de troca, ao contrário, identificamos o que Marx definiu como o fetichismo da mercadoria. No trabalho concreto o homem transfere sua subjetividade na mercadoria, ou seja, homem e objeto se identificam, são como criador e obra, artista e poesia.

¹¹ O trabalho abstrato é abstrato enquanto expressão de valor e em relação imediata com a mercadoria. Ao aprofundarmos nas análises e fazermos as devidas mediações chegaremos a um conjunto de fatores concretos que somados formam a **força produtiva**. Alguns destes fatores são: o grau médio de habilidade do trabalhador, o desenvolvimento científico e sua aplicabilidade tecnológica, a combinação social estabelecida pela divisão social do trabalho, os meios de produção, as condições naturais, entre outros.

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana (MARX, 1996, p. 172)

Contudo, a partir da relação de troca mercantil esta dimensão se esvazia, pois os homens se apresentam como meros possuidores de coisas, ou seja, “são relações materiais entre pessoas e relações sociais entre as coisas”. A força de trabalho vendida pelo trabalhador é vendida como mercadoria, ou seja, torna-se mercadoria cujo objetivo é a produção de outras mercadorias. O trabalho já não constitui realização do ser social e torna-se meio para atender fins privados. O trabalhador, portanto, transforma-se em mercadoria, ou seja, um ser *estranho* a alheio a ele mesmo. Portanto, “se na formulação marxiana o trabalho é o ponto de partida do processo de humanização do ser social, também é verdade que, tal como se objetiva na sociedade capitalista, o trabalho é degradado e aviltado. Torna-se *estranhado*” (ANTUNES, 2000, p. 126).

A propriedade privada é uma das condições que possibilita o homem a torna-se um meio para atingir fins de outros homens cumprindo com sua função de trabalhador criador de valores de troca. A dimensão abstrata mascara a dimensão concreta. Sente-se livre e ativo em suas funções animais, e em suas funções humanas sente-se como um animal. Já não é permitido ao homem desenvolver suas plenas capacidades teleológicas.¹²

A divisão do trabalho e a propriedade privada são, para Marx e Engels, expressões idênticas, pois enquanto a primeira diz sobre a atividade a segunda diz sobre o produto desta atividade. Esta divisão proporcionou o surgimento da contradição entre os interesses individuais e comunitários, no qual estes últimos assumem como uma forma autônoma que é o *Estado*. Seu papel é fazer com que os homens pensem que as idéias defendidas por ele são autônomas, sem interesses particulares de classe, e que, portanto, representem interesses

¹² É a capacidade de idealizar, configurar e projetar um fim ao objeto do trabalho antes de sua realização efetiva, ou seja, construí-lo previamente no plano da consciência.

universais. O Estado de Direito representa a base legal para a dominação e a ideologia tem a função de fazer “[...] com que o *legal* apareça para os homens como *legítimo*, isto é, como justo e bom. Assim, a ideologia substitui à realidade do Estado pela *idéia de Estado* – ou seja, a dominação de uma classe é substituída pela idéia de interesse geral encarnado pelo Estado” (CHAUÍ, 1984, p. 91).

A divisão social do trabalho se desenvolveu e separou os indivíduos em proprietários e não proprietários. Estes sofrem exploração econômica e dominação política por aqueles, em outros termos: é a dominação de uma classe pela outra. Esta exploração e dominação só são possíveis por dois instrumentos: o Estado e a ideologia (CHAUÍ, 1984, p. 90).

Ideologia e luta de classes estão intrinsecamente relacionadas, sendo a compreensão desta condição *sine qua non* para entender aquela, “[...] pois a ideologia é um dos instrumentos da dominação de classe e uma das formas da luta de classes. A ideologia é um dos meios usados pelos dominantes para exercer a dominação fazendo com que esta não seja percebida como tal pelos dominados” (CHAUÍ, 1984, p. 86).

A primeira condição existencial, tanto para ideologia quanto para a luta de classes, é a separação do trabalho intelectual do trabalho manual. Para os autores d’A *Ideologia Alemã* o trabalho torna-se realmente dividido quando acontece esta separação. “A partir deste momento, a consciência *pode* realmente dar-se à fantasia de ser algo diferente da consciência da práxis existente, de representar realmente alguma coisa sem representar nada de real” (MARX; ENGELS, 1984, p. 35).

Este processo fragmentado transformará a consciência do homem também fragmentada, pois “não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência” (MARX, 1984, p. 23). O homem perde, portanto, a dimensão total do processo de construção do seu próprio ser social. Nos dizeres de Iamamoto (2001, p. 154) são “seres sociais internamente partidos, porque a unidade do processo social que forja suas vidas lhes é

dada de fora, pelo movimento do capital social e da propriedade fundiária, impulsionado pelo Estado. Aquela unidade é vivida como estranhamento pelos indivíduos”.

Contudo, as elaborações ideológicas, não decorrem de conspirações intencionais, elas são resultantes da própria atividade social. Como a sociedade está dividida em classes sociais, cada uma, a sua maneira, representa para si suas condições de existência. No entanto, Marx sustenta, que

[...] as idéias da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes. Quer dizer: a classe que possui o poder *material* na sociedade possui ao mesmo tempo o poder *espiritual*. A classe que dispõe dos meios da produção material também dispõe dos meios da produção espiritual (MARX; ENGELS, 1984, p. 56).

Em seguida ele assevera que cabe aos “ideólogos” e “pensadores” elaborarem tais idéias, dando-lhes o caráter de universalidade, quando, de fato, não são. Pois representam os interesses de uma classe particular. Para estes pensadores elaborarem tais teorias, idéias, pensamentos e explicações é necessário que os mesmos realmente acreditem no que pensam. Um exemplo deste processo é Jean-Jacques Rousseau, que desenvolveu uma teoria liberal pautada nas condições sociais que começavam a moldar a vida de milhões de pessoas na França antes mesmo da Revolução, são idéias, portanto, que foram vivenciadas com extrema angústia e sensibilidade (BERMAN, 1986, p. 17-18).

O conceito de ideologia sofreu contribuições históricas relevantes de diversos outros autores, sobretudo aqueles que seguiram tradição marxista. Dentre eles destacam-se Lenin, Luckács, Mannheim e além dos pensadores ligados à Escola de Frankfurt que, de uma forma ou de outra, também enriqueceram para a definição do conceito de ideologia¹³. No entanto, a principal forma para compreendermos a ideologia ainda continua sendo como perspectiva da sua relação com a *realidade do mundo do trabalho* e sua relação com a *práxis social* e a *história*.

¹³ Para conhecer melhor as várias contribuições e elaboração da ideologia na história recomenda-se a leitura de KONDER, Leandro. **A questão da Ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

1.3 A dimensão educativa/política do Serviço Social

A dimensão educativa do Serviço Social é abordada neste trabalho por duas perspectivas: de um lado, das correntes filosóficas e, do outro, da sociologia do conhecimento com suas correlações no âmbito do mundo do trabalho e das ações políticas. Por isso o debate tem como pano de fundo a questão da *visão social de homem e de mundo* e suas expressões *ideológicas e utópicas vinculadas à práxis social política*. É importante registrar que esta relação se configura como um dos principais desafios que Iamamoto (2000, p. 20) apresenta para os assistentes sociais na contemporaneidade:

Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de *decifrar a realidade* e construir *propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano*. Enfim, ser um profissional *propositivo e não só executivo*.

O trabalho do Assistente Social está inscrito na produção e reprodução da vida social, isto é, das relações sociais. Estas relações abrangem também, além de confrontos de classes e segmentos, os quais têm o Estado como um reflexo condensado desses confrontos de interesses e poder, formas de pensar e justificar, no plano da consciência, estas relações.

Portanto, para enfrentar tal desafio é preciso analisar a sociedade constituída numa relação dialética entre mundo do trabalho e ideologia/utopia, estrutura e superestrutura, ter a cautela para entender que a estrutura não determina mecanicamente a superestrutura, e sim se constrói mutuamente uma interagindo na outra e vice-versa, o que forma uma unidade orgânica entre contrários, ou seja, “[...] uma relação contraditória e complexa entre estrutura e superestrutura, onde esta última não é mero reflexo dos padrões estruturais, mas interfere decisivamente como condição, seja para a constituição e a consolidação deles, seja para a sua destruição” (ABREU, 2002, p. 65).

Assim, temos a dimensão material atribuindo aos Assistentes Sociais especificidades dentro da divisão sócio-técnica do trabalho, diferentes dos Educadores. É por esta dimensão

que se mobiliza e atrai a população usuária dos serviços prestados pelos referidos profissionais e que sustenta as bases para o trabalho no campo ideológico e político, pois “[...] o profissional é requerido para exercer funções de controle social e de reprodução da ideologia dominante junto aos segmentos subalternos, sendo seu campo de trabalho atravessado por tensões e interesses de classes” (IAMAMOTO, 2000, p. 98). O Educador, por sua vez, está inserido na divisão social do trabalho com o papel de ensinar a ler, escrever e formar a mão-de-obra qualificada para atender as necessidades do capital. Esses aspectos são os principais pontos de *divergências* entre as referidas áreas de atuação, *são eles que dão a marca da diferença* entre Educadores e Assistentes Sociais. Contudo, o papel ideológico/utópico é perpassado em ambos, constituindo uma semelhança significativa. Esta função do Serviço Social é objetivada pela sua ação educativa, é por ela que o papel de difundir determinadas ideologias ou construir determinadas utopias ganha forma concreta na prática dos Assistentes Sociais.

A dimensão educativa dos Assistentes Sociais é estudada em diversas obras da literatura especializada¹⁴. Em muitos casos, com exceção de esforços específicos, que é o caso da Marina Maciel Abreu, esta dimensão não é abordada de forma explícita, no mais das vezes é descrita e analisada nos moldes da perspectiva ideológica da profissão. Esta dimensão é mediatizada pelas relações entre o Estado e a sociedade civil, no que concerne a ações estratégicas de produção e reprodução das relações sociais e de controle social para enfrentamento da questão social, ou seja,

As funções pedagógicas – persuasiva e coercitiva – para as quais foram requisitados os assistentes sociais inserem esses profissionais nas formas de organização do consentimento e da adesão das classes subalternas à “nova” ordem do capital, ou seja, vinculam a intervenção profissional ao conjunto de mediações que concretizam a articulação orgânica entre a produção material e a reprodução física e subjetiva da força de trabalho (ABREU, 2002, p. 42).

¹⁴ Analisar todas essas obras ultrapassaria os objetivos definidos neste trabalho.

O controle social é considerado um sistema articulado no intuito de obter a satisfação de necessidades sociais a partir de certa racionalidade com vistas a um conformismo social. Porém, ele não se reduz ao controle governamental e institucional,

[...] é exercido, também, através de relações diretas, expressando o poder de influência de determinados agentes sociais sobre o cotidiano de vida dos indivíduos, reforçando a internalização de normas e comportamentos legitimados socialmente. Entre esses agentes institucionais encontra-se o profissional do Serviço Social (IAMAMOTO, 1998, p. 107-108).

Assim, os Assistentes Sociais, por meio da inserção no processo das políticas sociais e do engajamento em movimentos sociais, têm assumido histórica e essencialmente as funções de prestadores de serviços e de educador-organizadores, sendo a primeira função também perpassada pela segunda, ou seja, as relações profissionais de maneira geral em Serviço Social são marcadas por um cunho educativo (SILVA, 1995, p. 66), tanto assistemático, quanto sistemático.

[...] as pessoas se comunicam tendo em vista objetivos que não o de educar e, no entanto, educam e se educam. Trata-se, aí, da educação assistemática [...] Quando educar passa a ser objeto explícito da atenção, desenvolvendo-se uma ação intencional, então tem-se a educação sistematizada” (SAVIANI, 1984, p. 53).

A atuação do Assistente Social consiste em ações concretas e imediatas para a intervenção na questão da pobreza. Por outro lado, nas ações voltadas para a questão educativa e organizativa é demarcada a partir de sua inscrição nos processos de organização da cultura, conforme os vínculos que a profissão estabelece com as classes sociais e se objetiva por meio dos efeitos da ação profissional no modo de pensar e agir dos sujeitos envolvidos nos processos da prática.

A educação pode ser compreendida de várias maneiras. Gramsci (1968, p. 142), por exemplo, considera-a como “uma luta contra os instintos ligados às funções biológicas elementares, uma luta contra a natureza, a fim de dominá-la e de criar o homem ‘atual’ à sua época”. Para Althusser a educação é um veículo de reprodução da ideologia dominante, é

concebida “como uma ação coercitiva, uma violência simbólica, um ato de força visando a reproduzir as relações sociais, ou seja, a estrutura de classes pela eleição e imposição da ideologia da classe dominante” (apud WERNECK, 1984, p. 74).

Esses elementos podem e se efetivam de maneiras diversas no ato educativo, porém, para nós não representam a amplitude e importância da construção educativa, pois

A educação deve possibilitar ao homem tomar consciência do que ele é, do que são os outros e do que poderá ser o conjunto dos homens. Deve proporcionar condições para que ele aja, consciente e livremente, exercendo sua capacidade criadora de reflexão e de crítica (CAPALBO, 1978, p. 54).

Trata-se de um processo que tem como objetivo a compreensão das condições existentes dadas, formando sujeitos históricos conscientes para interagirem nessas mesmas circunstâncias. Este processo possui uma dupla dimensão. A primeira é a compreensão da realidade social, desmistificando a ideologia e revelando os processos históricos e sociais que engendraram a sociedade capitalista de classes. A segunda vincula-se a construção de um projeto educacional para além dos limites da mercadoria, pois educação não é para o mercado, mas para a vida. Uma educação libertadora visa agentes políticos conscientes da luta de classe, compreendendo as circunstâncias históricas da vida cotidiana e das relações de trabalho para a transformação radical do atual modelo econômico e político hegemônico, ou seja, trata-se de uma dimensão utópica.

Por isso, o educador não levará modelos pré-fabricados para a solução dos problemas das comunidades; à realidade surgirão os problemas e os homens farão, então, surgir as suas soluções e o conteúdo programático da educação. Isso supõe que os homens se educam entre si mediatizados pelo mundo (CAPALBO, 1978, p. 57).

Neste projeto é preciso observar que o capitalismo possui uma natureza sistêmica incontrolável e incorrigível. Para reformular a educação é preciso transformar o quadro social das práticas educacionais. Para o pensador húngaro Mészáros (2005, p. 35) a mudança radical visa “perseguir de modo planejado e consistente uma estratégia de rompimento do controle

exercido pelo capital, com todos os meios disponíveis, bem como todos os meios ainda a ser inventados, e que tenham o mesmo espírito”.

As mudanças nesse sentido, não bastam ser *formais*, devem ser *essenciais*, ou seja, abranger todas as práticas educacionais da sociedade e a maneira de ser individual. Trata-se de romper com a *internalização* da lógica do capital. A força ideológica não se encontra na educação formal. As ações no âmbito formal são, via de regra, invertidas a favor da lógica do capital. O necessário é alterar fundamentalmente todo o sistema de internalização, em suas dimensões visíveis e ocultas.

A questão está em romper a internalização de uma *visão social de homem e de mundo* que historicamente prevaleceu sob a forma ideológica. Para isso é necessária uma atividade coerente e sustentada de uma “contra-internalização”, que ultrapasse os limites da *negação*. A mudança perpassa a existência individual e social na construção de uma “sociedade de produtores livremente associados” (MÉSZÁROS, 2005, p. 65). Não se trata apenas de *negação*, pois as formas de negação são condicionadas pelo objeto da própria negação. Portanto, uma ação para *além do capital* é inerentemente concreta. Tem em vista uma ordem que sustente a si própria concretamente. A tarefa do educador não é levar ao povo a sua visão de homem e de mundo, mas sim problematizar a realidade concreta do educando, levando-o, assim, a problematizar a sua própria visão.

O projeto educacional não se restringe aos processos formais de aprendizagem. Trata-se de uma educação global que aborde a maneira de ser individual e social atrelada ao mundo do trabalho, ou seja, nos dizeres de Gramsci, é um projeto que almeja o fim da separação entre *Homo faber* e *Homo sapiens*, do trabalho intelectual do manual. Outro aspecto importante que Mézáros chama a atenção neste projeto é que o processo educacional é a própria vida: “A *aprendizagem é a nossa própria vida, desde a juventude até a velhice, de*

fato quase até a morte; ninguém passa dez horas sem nada aprender” (PARACELSO apud MÉSZÁROS, 2005, p. 47).

É neste momento em que adentramos no universo político das profissões, pois as ações pedagógicas-políticas precisam, por meio de uma opção, buscar a promoção do homem no sentido de torná-lo “[...] cada vez mais capaz de conhecer os elementos de sua situação para intervir nela transformando-a no sentido de ampliação da liberdade, da comunicação e colaboração entre os homens” (SAVIANI, 1984, 41), ou seja, é o esforço de transformar o que é no que deve ser, é buscar, a partir da realidade, o que não existe nela, é lutar pelo *utópico*.

Assim, para não perdermos nossa linha de raciocínio, temos os homens construindo a história por meio de relações com outros homens e com a natureza, mediatizadas pelo trabalho. Estas relações produzem as ideologias ou utopias, as quais estão vinculadas a um determinado ponto de vista na relação dominantes x dominados. Determinadas visões de homem e de mundo orientam determinados tipos de ações sobre as relações sociais, constituindo, portanto, as ações políticas na realidade. Este caráter político do trabalho do assistente social é entendido aqui no sentido gramsciano, é a transição do momento econômico para o momento ético-político, ou seja, é a elaboração

da estrutura em superestrutura na consciência dos homens, a passagem da esfera da necessidade à da liberdade, expressando o ‘salto’ entre o determinismo econômico e a liberdade política, que origina novas iniciativas. O que se pode detectar dessas observações é que a ética e a política mediatizam o processo de desalienação ou a transição da “classe em si” – da esfera da manipulação imediata do mundo – para a “classe para si” – a esfera da totalidade, da participação na genericidade humana (IAMAMOTO, 2000, p. 99).

É importante registrar que sob a perspectiva ontológica todo este processo se realiza simultaneamente e é determinado por diversas variáveis que se coexistem. Contudo, enquanto o mundo do trabalho é a primazia ontológica de determinação do ser, temos na outra ponta as ações na realidade pelo viés político que representa o espaço privilegiado de liberdade dos

indivíduos. Neste universo temos a educação como espaço de mediação de construção da consciência sobre os determinismos e construção de projetos alternativos frente a eles.

Esta dimensão política esta imbricada com as relações de poder da sociedade, atribuindo ao Serviço Social uma *dimensão contraditória* que não procede dele próprio, mas do caráter das próprias relações sociais que prevalecem na sociedade capitalista e para compreendê-las é preciso evidenciar alguns aspectos e pressupostos. O primeiro se refere à compreensão crítica dos limites das lutas de classes, ou seja, “[...] compreender o nível em que se acha a luta de classes em uma dada sociedade é indispensável à demarcação dos espaços, dos conteúdos da educação, do historicamente possível, portanto, dos limites da prática político-educativa” (FREIRE, 1995, p. 47).¹⁵

Posto isto, é necessário observar alguns aspectos relevantes que Gramsci destaca em relação às ações políticas. Embora sua análise da política refere-se a um contexto histórico específico da Itália e denominado Moderno Príncipe represente o Partido Político, suas construções, com as devidas contextualizações, contribuem significativamente para entendermos esta dimensão política das referidas profissões, pois suas análises abrangem elementos universais do modo capitalista de organizar a vida.

Ao considerar as lutas de classes no seio da sociedade, os sujeitos das ações políticas precisam observar alguns fatores importantes ligados ao movimento das superestruturas de caráter orgânico, isto é, vinculados a uma classe fundamental, que orienta os atos políticos. Por outro lado, existem alguns fenômenos políticos que resultam de alguns fenômenos, que são:

- 1) O fenômeno de conjuntura: este fenômeno depende “[...] de movimentos orgânicos, mas seu significado não tem um amplo alcance histórico: ele dá lugar a uma crítica política

¹⁵ Paulo Freire analisa as ações dos Educadores, contudo, abrangemos as respectivas premissas para a prática social em todos os sentidos, incluindo, portanto, a prática dos Assistentes Sociais. A respeito das novas expressões da luta de classes ver entrevista da filósofa Marilena Chauí na revista Caros Amigos, Ano IX, número 104, novembro de 2005. A entrevistada analisa a luta de classes relacionando-a com a mídia e o *marketing*

miúda, do dia-a-dia, que ataca os pequenos grupos dirigentes e as personalidades imediatamente responsáveis pelo poder”, o que não ocorre com os fenômenos orgânicos, pois estes “[...] dão margem à crítica histórico-social, que investe os grandes agrupamentos, acima das pessoas imediatamente responsáveis e acima do pessoal dirigente” (GRAMSCI, 1976, p. 45-46);

- 2) Os erros políticos dos representantes da classe dominante: “Um determinado ato político pode ter sido erro de cálculo da parte dos dirigentes das classes dominantes, erro que o desenvolvimento histórico, através das crises do governo das classes dirigentes, corrige e supera” (GRAMSCI, 1966, p. 97 *apud* PORTELLI, 1977, p. 57). A arte da política incorre-se no equívoco de encontrar a justa relação entre o que é orgânico e o que é ocasional: “Os próprios desejos e paixões deteriorantes e imediatos constituem a causa do erro na medida em que substituem a análise objetiva e imparcial” (GRAMSCI, 1976, p. 47).
- 3) Os atos que têm por objetivo a reorganização interna da superestrutura: “Não é suficientemente considerado o fato de que muitos atos políticos devem-se a necessidades internas que têm o caráter de organização, o que significa que eles se prendem à necessidade de dar coerência a um partido, a um grupo, a uma sociedade” (GRAMSCI, 1966, p. 97);
- 4) As ideologias arbitrárias: estas ideologias negam as orgânicas, elas “[...] não criam senão movimentos individuais, polêmicas, etc (tampouco são elas totalmente inúteis, porque são como o erro que se opõe à verdade e a afirma)” (GRAMSCI, 1966, p. 97 *apud* PORTELLI, 1977, p. 57)

Além destes fenômenos, a ação política precisa definir a vontade coletiva e a vontade política em geral; a vontade como consciência atuante da necessidade histórica, como

protagonista de um drama histórico real e efetivo. Representa, portanto, a formação de uma vontade nacional-popular na construção de uma nova ordem societária.¹⁶

A politização das relações sociais é entendida como tensões de forças entre os grupos sociais existentes, o qual corresponde aos diversos graus de consciência coletiva alcançada.

Abreu (2002, p. 133) – analisando o pensamento de Gramsci – destaca três momentos:

O primeiro, mais elementar, caracteriza-se pela manifestação da solidariedade entre os membros de um mesmo grupo; o segundo é aquele em que a consciência da solidariedade de interesses ainda é limitada ao campo meramente econômico; e o terceiro, o mais político, configura a consciência da solidariedade entre os diversos grupos subordinados, traduzida na unicidade dos fins econômicos e políticos e na unidade intelectual e moral, cuja culminância é a formação de partidos.

Como vimos, dentro das ações políticas existem duas principais perspectivas: da força e do consentimento. Como assinalado anteriormente neste trabalho, os Assistentes Sociais e os Educadores se localizam na segunda perspectiva, e por isso é preciso observar em suas ações que “[...] quanto mais a primeira ‘perspectiva’ é ‘imediatíssima’, elementaríssima, tanto mais a segunda deve ser ‘distante’ (não no tempo, mas como relação dialética), complexa, elevada” (GRAMSCI, 1976, p. 41)

Não existe uma prática social neutra, descomprometida, apolítica. A importância deste reconhecimento e comprometimento liberta das amarras burocráticas e “[...] descarta práticas puramente assistencialistas de quem pensa comprar um ingresso no céu com o que colhe na terra de sua falsa generosidade” (FREIRE, 1995, p. 35).

A identificação da dimensão política das profissões em questão com o militantismo-político-partidário consiste em um enorme equívoco. Esta confusão elimina, por inutilidade funcional dentro da divisão social e técnica do trabalho, as peculiaridades profissionais, o que

¹⁶ Tais formulações correspondem aos partidos políticos em geral, e às práticas sociais em particular. Portanto, é preciso ter claro o que, dentro do pensamento gramsciano, cabem as respectivas esferas da política. Um exemplo é o que Gramsci atribuiu ao Moderno Príncipe, e que não corresponde às práticas profissionais do Serviço Social: “O Príncipe toma o lugar, nas consciências, da divindade ou do imperativo categórico, torna-se a base de um laicismo moderno e de uma laicização completa de toda a vida e de todas as relações de costume”. (GRAMSCI, 1976, p. 09).

representa a perda de espaços institucionais potencialmente contraditórios e que, por esta razão, constituem espaços pedagógicos-políticos significantes no processo de transformação da realidade. Portanto, a dimensão política do Serviço Social é essencialmente educativa, pois do contrário ela se confunde com a política partidária. As ações profissionais ideológico-educativas sobre a questão social e o seu vínculo com determinada classe social se objetivam e dependem substancialmente da dimensão política que a profissão e a questão social possuem. Esta dimensão, portanto, representa a principal convergência entre o Serviço Social e a Educação.

Todavia, considerando os aspectos supra mencionados, os papéis políticos dos Assistentes Sociais e dos Educadores se confundem e se identificam, pois “ao lado do *papel técnico* de ensinar a ler, escrever e pesquisar, o educador, o dirigente da aprendizagem e da educação tem um papel político de organizar, de mobilizar para a participação” (GADOTTI, 1986, p. 148) e, ao lado do *papel da assistência material*, o assistente social tem como função pedagógica a capacitação, mobilização e participação populares, ou seja, a dimensão política da Educação associa-se com a dimensão educativa do Serviço Social, porém, é preciso observar que o Assistente Social não é um educador no sentido pleno, mas sim no que se refere ao papel político da educação. Portanto, é o papel político que, em última instância, aproxima as ações dos Assistentes Sociais com a Educação, é por esta função da educação que o assistente social objetivará seu papel educativo. Assim, a função ideológica do Serviço Social é manifestada pela via da educação, e o papel político desta é o que aquele lhe requisita em suas ações, ou seja, a dimensão educativa do Serviço Social construída pela sua história profissional e acadêmica é demarcada, substancialmente, por uma função política específica. O Serviço Social não se confunde com a Educação, o Serviço Social e a Educação não são os mesmos que a política, mas a dimensão política de ambos é a expressão máxima dessa relação. No entanto, é impróprio atribuir à função pedagógica-política do Serviço Social um

significado crítico em si mesmo, ela também constitui um espaço contraditório. E este dependerá, portanto, da respectiva *visão social de homem e de mundo* que cada agente profissional assume em suas ações.

Á guisa de conclusão deste capítulo, temos os espaços profissionais como palcos de lutas, e as profissões representam sujeitos de transformação porque são políticas, e a política que é transformadora. Para o Serviço Social este é um fenômeno moderno, pois a profissão em comparação com a história da humanidade é recente. O papel político da educação, no entanto, datado da civilização egípcia antiga. A educação desses povos era reservada a classes dominantes no intuito de formar para arte de governar, para arte da oratória, para arte de falar bem, ou seja, para vida política da época. O governar indica uma relação de “comando” e “obediência”, ou seja, uma relação de opressores e oprimidos, de dominadores e dominados, e se a arte de governar era reservada aos primeiros significa que este era um instrumento de dominação que ainda perdura aos tempos, com as devidas contextualizações históricas. Construir, portanto, uma relação política/pedagógica com as classes oprimidas e dominadas nos espaços profissionais representa a construção de meios para a superação desta condição de opressão e dominação.

2. HISTÓRIA E SOCIEDADE

A dimensão educativa do Serviço Social é síntese concreta das determinações históricas, sociais e de elementos teórico-práticos do desenvolvimento da sociedade brasileira em geral e da profissão em particular. Tratamos os elementos teórico-práticos no primeiro capítulo deste trabalho. Agora analisaremos a história da sociedade brasileira, do Serviço Social e da Educação com seus elementos externos e internos.

A história do Serviço Social foi objeto de análise de diversos teóricos da profissão, não pretendemos realizar aqui uma reinterpretação dessa história, pois escaparia dos objetivos deste trabalho, no entanto, devido à opção metodológica, faz-se necessário analisar e apresentar os principais aspectos e determinações que configuraram o itinerário histórico do país desde a década de 1930, onde se forjou as condições para a profissionalização do Serviço Social.

Este período foi marcado por acirrados conflitos ideológicos e políticos e por mudanças significativas na estrutura econômica do país. A história oficial definiu-o como o início da *República Nova* ou *Era Vargas*, que marcam os anos de 1930 a 1945, passando por uma Reforma Constitucional em 1934 e terminando com o Estado Novo. Será nesse período que se inicia o ciclo da industrialização e garantia de direitos sociais e trabalhistas, que desencadeará no país uma gama de transformações na organização da sociedade e no modo de viver da população em geral, sobretudo, dos trabalhadores.

No período pós-1945 os governos de Juscelino Kubitschek (1956-1961), Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964) sustentavam a proposta desenvolvimentista modernizadora.

A ideologia desenvolvimentista modernizadora vincula-se a uma concepção de desenvolvimento fundado na chamada teoria da modernização. Esta teoria explica o subdesenvolvimento como um estágio de transição entre tempos históricos distintos, correspondentes a padrões socioculturais constitutivos

de pólos atrasados e modernos presentes em uma sociedade (ABREU, 2002, p. 106).

Cada governo, entretanto, combinava esta ideologia com tendências diferentes: Juscelino assumia a posição denominada de desenvolvimentista associado-dependente (associar o capital nacional com o estrangeiro); Jânio Quadros e João Goulart defendiam a posição de desenvolvimentista-nacionalista.

A sociedade civil se manifestava neste quadro político-ideológico por meio de três principais grupos. Existiam aqueles que representavam e defendiam o capital nacional e a participação popular que se efetivava de forma severamente controlada e não inteiramente autônoma. O segundo grupo era comprometido com o capital internacional, o que lhe dava uma feição conservadora, reacionária e elitista. Existiam, ainda, os representantes das parcelas subalternizadas que, com um forte cunho democrático, começam a ganhar destaque e força, questionando a situação econômica, social e política do país (PELLANDA, 1986, p. 13).

O contexto do governo de Juscelino Kubitschek, de 1956 a 1961, é marcado por um novo padrão de acumulação, acentuando a industrialização pesada no país. Seu sucessor, Jânio Quadros, renuncia em agosto de 1961, as forças democráticas ganham nova dinâmica com Goulart no poder. Os investimentos na indústria nacional de bens de produção e bens de consumo resultaram, nos anos 1960, em uma dinâmica interna e diferencial de acumulação, o que ameaçou a implosão de uma crise econômica. No plano político-ideológico houve “[...] um rearranjo nas relações entre o Estado, o capital privado nacional e a grande empresa transnacional, integrando-se a esta uma invejável parcela de privilégios” (NETTO, 1996, p. 21).

A ação popular e sindical emergem no cenário político formando uma situação pré-revolucionária. As tensões que se configuram no país poderiam culminar numa mudança significativa da particularidade social brasileira (NETTO, 1996, p. 24). A resposta para esse quadro conflituoso foi o golpe de abril em 1964, no qual a derrota do campo democrático em

relação ao movimento cívico-militar reacionário significou a impossibilidade de se configurar essa própria mudança interna no país, dando-lhe ares autoritários, fascistas e com uma política elitista de concentração de renda.

Com o golpe de 1964 os conflitos entre classes e intra-classes são substituídos por uma legítima *autocracia burguesa* (NETTO, 1996). As causas históricas, econômicas e políticas deste acontecimento não se limitam às fronteiras nacionais, estão combinadas com as mudanças ocorridas na divisão internacional do trabalho, no qual os centros imperialistas patrocinavam, sob a hegemonia norte-americana, diversas *contra-revoluções* com o intuito de prevenir a ameaça comunista. No entanto, este quadro internacional não explica totalmente o êxito deste projeto para os países do terceiro mundo em geral e no Brasil em particular, essa explicação recai também sobre um movimento interno aos quais devemos considerar para a apreensão específica de cada sociedade em questão, ou seja, para o entendimento do seu significado e de sua instauração é preciso considerar, sobretudo, a particularidade histórica brasileira, pois a internacionalização de uma economia não resulta de imposições externas.

Os aspectos mais influentes nesta particularidade são as atividades econômicas básicas internas do Brasil, sob a preponderância de uma herança colonial. A formação desta particularidade é destacada por Netto (1996, p. 18-19) em três fenômenos intimamente ligadas: 1) “No Brasil, o desenvolvimento capitalista não se operou *contra* o ‘atraso’, mas mediante a sua contínua *reposição* em patamares mais complexos, funcionais e integrados”; 2) As forças populares eram excluídas das decisões políticas, estratégia usada pelos “pensadores” das classes dominantes e; 3) O Estado serviu historicamente como instrumento de coerção de agências, na sociedade civil, portadoras de vontades coletivas e projetos societários alternativos.

O golpe agregou novas características à referida ideologia desenvolvimentista, isto é, redimensionou esta ideologia com traços militar-fascistas, sob a ótica e pretexto da segurança

nacional e abre o país ao capital estrangeiro. Esta nova configuração inibiu represivamente a tendência que defendia o desenvolvimento com bases num projeto democrático nacional-popular.

As atitudes políticas tinham como base neutralizar o processo democrático que estava em curso antes de 1964, as quais distanciavam cada vez mais as relações entre o governo e as classes trabalhadoras. Suas principais atitudes orientavam-se para a caracterização de um quadro instável nos empregos e um achatamento nos salários.

Os militares no poder representavam a continuação da ordem vigente por métodos coercitivos e violentos, o que afastava significativamente ameaças internas e externas de ruptura com a ordem vigente. O pensamento desse grupo, de acordo com Florestan Fernandes (1997, p. 144), era fundado na seguinte premissa:

A democracia, por imperfeita que fosse, abriria seus flancos às lutas de classe e à propagação e ao crescimento de forças sociais desestabilizadoras incontroláveis a partir de uma tirania civil com apoio militar. ‘Cortar o mal pela raiz’ era, em essência, a opção por uma contra-revolução, e o ‘mal menor’ requeria a montagem de um Estado subfascista e de um governo militar ditatorial! Isso não resolveria a crise social crônica, mas permitira salvar as classes dominantes e suas elites de uma tragédia histórica.

Com o golpe, o Estado assegura o desenvolvimento econômico em proveito dos monopólios imperialistas, mediando politicamente os conflitos existentes na sociedade. Assume uma postura antinacional e antidemocrática, justificada, respectivamente, pela ideologia desenvolvimentista modernizadora e de segurança nacional. O processo de modernização “[...] impede um desenvolvimento autônomo e transforma-se em mecanismo de dominação ou de controle do setor interno pelo externo” (ROMANELLI, 1978, p. 195).

O governo começa a dirigir o país por meio de Atos Institucionais (AI). O primeiro foi em 9 de abril de 1964, comandado pelo Exército, pela Marinha e pela Aeronáutica. O congresso continuou em exercício – com algumas alterações em sua dinâmica de funcionamento – e foi mantida a Constituição de 1946. Este primeiro Ato teve como principal

objetivo reforçar o Poder Executivo e, na outra ponta, reduzir o do Congresso Nacional. Elegeu-se um novo presidente, o general Humberto de Alencar Castelo Branco, que, por votação indireta do mesmo congresso, teve seu mandato até 31 de janeiro de 1966.

Dentre os Atos Institucionais mais importantes destaca-se o número 5, que, em 13 de dezembro de 1968, baixado pelo general Costa e Silva, fecha o Congresso Nacional e instaura o período mais violento da ditadura militar. É neste momento que, de acordo com Netto (1996, p. 38), ocorre o verdadeiro auto-governo da burguesia: a *autocracia burguesa*. Caracterizado por medidas nitidamente *fascistas*, com componentes essencialmente reacionários e estratégias para concentração e centralização do Estado. “Com efeito, é nesse momento do ciclo autocrático burguês que a ditadura ajusta *estruturalmente* o Estado de que antes se apossara para a funcionalidade econômica e política do projeto ‘modernizador’” (NETTO, 1996, p. 39).

Cada período da ditadura teve suas características e particularidades, no entanto, alguns elementos perpassam todo o regime autoritário, conforme Netto (1996, p. 43): “Em todo o ciclo autocrático burguês, o referencial político-ideológico da doutrina de segurança nacional foi o parâmetro ideal recorrente.”

O período da ditadura é caracterizado por um extraordinário crescimento econômico, denominado como o “milagre econômico”. Todavia, tal processo é de fácil entendimento, pois se tratava de um crescimento a custas de empréstimos externos e investimentos de capital estrangeiro, no qual o principal era o da indústria automobilística. Esta política fez com que a dívida externa do Brasil no ano de 1978 fosse para U\$ 43,5 bilhões, mais do que o dobro do nível de três anos antes (FAUSTO, 2001, p. 275).

Em contrapartida ao crescimento econômico, a área social foi a mais prejudicada. A concentração de renda acentuada e o abandono dos programas sociais pelo Estado projetaram

o país numa posição baixa no índice de qualidade de vida, que tem como indicadores a saúde, a educação e a habitação da população.

Neste período, através de um dos processos de modernização mais notáveis do planeta, o Brasil alicerçou e consolidou as bases fundamentais do seu desenvolvimento econômico, não obstante a manutenção do lastimável quadro que caracteriza a situação social da maioria de sua população (AGGIO, 1996, v. 01, p. 55).

Em 1974 o “milagre” começa a sofrer crises, tanto por razões internacionais, quanto por nacionais, concernindo na estratégia de auto-reforma iniciada por Geisel e avançada por Figueiredo. Tal estratégia visava alcançar uma liberalização controlada e limitada, instaurando uma superestrutura política adequada, que era a combinação estável de formas parlamentares com limites demarcados com decisões ditatoriais. Este projeto teve pouco sucesso, sobretudo, por razões da crise econômica que o país vivenciava.

A resistência política foi potencializada por dois fenômenos: “[...] o movimento operário e sindical retomou ações significativas e o movimento estudantil, expressão privilegiada da pequena burguesia urbana, assumiu ruidosamente à frente da contestação à nova ordem” (NETTO, 1996, p. 37).

Com a resistência popular, iniciada substancialmente em meados da década de 1970, o regime esgota seus mecanismos de controle social os quais lhe davam suporte, o que obriga o Governo a se *auto-reformar*, provocando o início da chamada “abertura”. Iniciou-se, assim, a *transição democrática* que, por muitas vezes, era manobrada pelos próprios estrategistas do governo. Este projeto era, ao mesmo tempo, inibidor e defensivo. Inibidor porque controlava e negava movimentos que apontavam para uma ruptura consistente dos mecanismos da modernização conservadora e defensiva porque direcionava a sociedade para um novo padrão de reprodução social, para uma *nova ordem burguesa*.

A elite e seus representantes governamentais direcionaram suas ações de abertura num processo “lento, gradual e seguro”, para que, assim, não corresse o perigo de perder seu poder

e manter o *status quo* da sociedade. Este processo é nitidamente observado na própria retomada das eleições, de caráter “plebiscitário”, em 1974 e o restabelecimento do pluripartidarismo do país em 1979, podendo ser caracterizado como uma estratégia política para fragmentar a oposição (AGGIO, 1996, p. 58).

A transição democrática, para Bolívar Lamounier (1990), foi “um processo implicitamente negociado”, ou seja, ela se deu por avanços e retrocessos entre as ações de pressão popular e de ações por parte do governo num intenso debate de forças. Portanto, esse processo é fruto de tensões entre o povo que recomeça sua organização e a própria ordem ditatorial. Entender a transição democrática como um projeto essencialmente da autocracia burguesa enquanto uma *auto-reforma* é admitir a impotência política da sociedade civil, é, no mínimo, contar a história com os olhos dos donos do poder, sem considerar as tensões dialéticas existentes internamente na sociedade.

A vitória do presidente civil Tancredo Neves, representante da Aliança Democrática, em 1985, iniciou a denominada “Nova República”. É necessário destacar que a instalação desse novo período político formal não significou o fim do processo de transição, ao contrário, em pouco garantia a instalação de uma democracia substancial. Este processo é contínuo e a próxima ação para garantia de seu sucesso foi aprovar a nova Constituição, em 15 de outubro de 1988 e a realização das eleições diretas para presidente da República, em 1989, fruto de uma grande pressão popular.

Entendemos que este processo, por mais avanços que tenha tido, ainda requer contínua defesa e ações concretas, alcançando um exercício democrático social e substancial e não formal e superficial, o que freqüentemente acontece em nosso país. O Serviço Social e a Educação representaram e ainda representam um papel importante na consolidação dessa democracia real. Suas dimensões e ações políticas, organicamente atreladas a visões de homem e de mundo histórica e socialmente determinadas, conferem-lhes instrumentos, tanto

de base material quanto ideológica/utópica, para efetivação de projetos que defendam eticamente o desenvolvimento humano-genérico e para a construção de uma sociedade com indivíduos livres e iguais.

2.1 O Serviço Social

O desenvolvimento do Serviço Social como profissão não se trata exclusivamente de um movimento imanente e interior da Caridade ou da Filantropia Burguesa, antes, trata-se de uma relação dialética entre esse movimento e processos universais da sociedade civil e política¹⁷, que criaram condições objetivas, históricas e sociais necessárias para sua emergência. Uma dessas principais condições é a criação de um *mercado* dentro da divisão sócio-técnica do trabalho. Esta criação se realiza através da constituição do capitalismo na sua fase monopólica. “A profissionalização do Serviço Social não se relaciona decisivamente à ‘evolução da ajuda’, à ‘racionalização da filantropia’ nem à ‘organização da caridade’; vincula-se à *dinâmica da ordem monopólica*” (NETTO, 2005, p. 73, grifo do autor).

A organização monopólica do capitalismo tem como ponto visceral o controle dos mercados com o objetivo de aumentar os lucros e diminuir as crises geradas pela lógica inerente do capital. Este controle dá-se por diversos mecanismos,

[...] de um lado, a emergência da indústria bélica, que se converte em ingrediente central da dinâmica imperialista, de outro, a contínua migração dos capitais excedentes por cima dos marcos estatais e nacionais; e, enfim, a

¹⁷ “É a sociedade civil o terreno da *produção social*: da produção capitalista de mercadorias, da produção das classes sociais e de suas diferenciações, da produção das formas culturais pelas quais os indivíduos sociais expressam seu modo de vida e de trabalho” IAMAMOTO, Marilda Vilela. (p. 242-243) a sociedade política trata-se das instituições estatais.

‘queima’ do excedente em atividades que não criam valor (NETTO, 2005, p. 20).¹⁸

Esta nova organização da sociedade produtiva se expande internacionalmente através de grupos econômicos que controlam a produção acima de Estados e povos, acentuando e aprofundando a natureza parasitária da classe burguesa, a burocratização da vida social e a contradição entre a riqueza socialmente produzida e sua apropriação privada, criando, nos termos de Netto, uma situação de *supercapitalização*.

Esta nova configuração do capitalismo determina um novo modo de organização do Estado, visto que em cada fase do desenvolvimento do modo de produção capitalista cria-se uma forma específica de Estado para atender as necessidades do capital. Trata-se do chamado *Estado Providência* ou *Estado de Bem-Estar Social*, iniciado na Alemanha por Bismarck em 1871, sofrendo forte influência das idéias de Keynes na década de 1920. Tal Estado tinha o intuito de planejar políticas econômicas e sociais para garantir emprego para os trabalhadores e que a riqueza produzida pela sociedade seja distribuída equitativamente por meio de políticas sociais públicas.

O processo pelo qual a ordem monopólica instaura o espaço determinado que, na divisão social (e técnica) do trabalho a ela pertinente, propicia a profissionalização do Serviço Social tem sua base nas modalidades através das quais o Estado burguês se enfrenta com a ‘questão social’, tipificadas nas políticas sociais (NETTO, 2005, p. 74).

Assim, a emergência do profissional de Serviço Social está diretamente vinculada à nova ordem monopolista do capital, do resultado e conseqüências do movimento da luta de classes no interior da sociedade e, principalmente, dos reflexos na ordem política do Estado.

¹⁸ Esta realidade lembra em partes as características descritas no livro 1984, de *George Orwell*, que embora ficção apresenta elementos imanentes à sociedade estudada, com a significativa diferença em que na ficção temos uma sociedade controlada pelo Estado e na realidade por grupos econômicos com interesses essencialmente privados: “O essencial da guerra é a destruição, não necessariamente de vidas humanas, mas dos produtos do trabalho humano. A guerra é um meio de despedaçar, ou de libertar na estratosfera, ou de afundar nas profundezas do mar, materiais que doutra forma teriam de ser usados para tornar as massas demasiado confortáveis e portanto, com o passar do tempo inteligentes”.

O Serviço Social surge no país na década de 1930 sob forte influência da doutrina católica, na qual a *questão social* era vista como uma expressão dos problemas *morais e religiosos*, e suas ações orientavam-se “[...] para uma *individualização da proteção social*, entendida como assistência educativa adaptada aos problemas individuais” (IAMAMOTO, 2000b, p. 20).

O desenvolvimento industrial edificado nos anos 1950 forja ao Serviço Social uma mudança na concepção humanista abstrata para uma fundamentação teórica-técnica, inicia-se a laicização da profissão. A crise do Serviço Social “tradicional” é um *fenômeno internacional*, verificável onde a profissão estava inserida significativamente na estrutura sócio-ocupacional. Para explicar traços gerais dessa crise cabe assinalar alguns núcleos de problemas relacionados com o Serviço Social. “O pano de fundo de tais núcleos é dado pelo exaurimento de um padrão de desenvolvimento capitalista – o das ‘ondas longas’ de crescimento, que vinham seguras desde o fim da Segunda Guerra Mundial e encontram seu último momento de vigência precisamente na década de sessenta” (NETTO, 1996, p. 143).

Eram três os principais sintomas que detectavam a erosão desse tradicionalismo: 1) reconhecimento que a profissão ou se sintonizava com as mudanças da sociedade, ou corria-se o risco de ficar relegada a um segundo plano; 2) reconhecimento de aperfeiçoamento do universo conceitual, técnico, científico e cultural do Serviço Social e de seus agentes; 3) reivindicação de funções que não se restringiam à execução dos programas (NETTO, 1996, p. 139). Outro aspecto relevante foi o surgimento do Desenvolvimento de Comunidade, no início da década de 1960, que com suas diversas visões e abordagens forjavam um novo quadro teórico-metodológico, ideológico, operativo e político ao Serviço Social “tradicional”.

Os novos caminhos que estavam sendo trilhados foram interrompidos pelo Golpe de Abril de 1964, que, contraditoriamente, precipitou esta mesma crise, mantendo alguns aspectos, excluindo outros e acrescentando novos. A profissão até a primeira metade de 1960

mostrava-se relativamente homogênea em seus projetos de atuação, havia unidade nas propostas profissionais, uma ausência de participação político-partidária e não havia elaboração teórica significativa.

Como vimos o período ditatorial foi resultado de múltiplas variáveis que o tempo e os investigadores (Historiadores, Cientistas Sociais e Políticos e Economistas) ainda não deram conta de atribuir todos os valores presentes e direções futuras. Todavia, as mudanças ocorridas no Brasil provocaram alterações no modelo “tradicional” do Serviço Social. O modelo tradicional – cuja prática empirista, paliativa, reiterativa e burocratizada, com finalidades de correção individual pautada numa visão psicologizada da questão social – começa a sofrer alterações provocadas pela nova racionalidade “modernizante” instalada pelo novo governo pós-64. Conforme Netto (1996, p. 123):

A racionalidade burocrática-administrativa da ‘modernização conservadora’ que rebateu nos espaços institucionais do exercício profissional passou a requisitar do assistente social uma postura ela mesma ‘moderna’, no sentido da compatibilização do seu desempenho com as normas, fluxos rotinas e finalidade demandantes daquela racionalidade.

O caráter modernizador deste processo consiste na aceitação da nova ordem sócio-política provinda de abril e procura atribuir à profissão instrumentos técnicos capazes de responder às demandas que se apresentam nos seus limites, mantendo características conservadoras do tradicionalismo, mas imprimindo-lhes novas roupagens teórico-metodológicas, ou seja, acontece uma reatualização do passado com um esforço consciente de fundá-la em matrizes intelectuais mais sofisticadas.

O processo de renovação não é um simples e “natural” desenvolvimento das tendências e possibilidades existentes no interior do Serviço Social no pré-1964, conforme Netto (1996, p. 131), a renovação é um

o conjunto de características novas que, no marco das constrictões da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendência do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza

profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais.

A renovação foi um processo global que se configurou em perspectivas diversificadas, construindo legitimação prática e validação teórica (e suas matrizes) plural. Netto irá analisar de modo especial à renovação no plano das suas elaborações ideais. Primeiro, porque é o maior nível do processo de renovação; segundo, “é nas suas fronteiras que se pode capturar, com mais nitidez, a reposição de históricas tensões imanentes ao Serviço Social, postas desde a sua constituição particular como profissão” (NETTO, 1996, p. 131).

O primeiro aspecto importante é a interlocução com os problemas e as disciplinas das ciências sociais. De um lado, procura-se dar fundamentação à prática profissional. De outro, é diversificado o elenco teórico e ideocultural para operar esta fundamentação. Esta validação teórica adquire uma reflexão corporativista e exclusivista, são investigações que questionam supostos e procedimentos profissionais. Não por acaso, a ênfase das elaborações é a crítica ao próprio Serviço Social: “a profissão mesma se põe como objeto de pesquisa, num andamento antes desconhecido – é só no marco desta abrangência que o Serviço Social explicitamente se questiona e se investiga como tal” (NETTO, 1996, p. 132-133).

As mudanças impostas pelo projeto burguês propiciam, de forma contraditória, condições para uma renovação do Serviço Social de acordo com as suas necessidades e interesses, o que provocou, simultaneamente, espaços alternativos às práticas e às concepções profissionais. Como vimos, começa a despontar algumas características importantes para o desenvolvimento histórico-crítico da profissão: o pluralismo teórico, ideológico e político, a sintonia com os debates circunscritos nas Ciências Sociais e a constituição de uma vanguarda investigativa restrita ao universo acadêmico e descolado significativamente da prática profissional: inicia-se o processo de reconceituação do Serviço Social.

Este processo se inicia na América Latina a partir de 1965 com a erosão do Serviço Social “tradicional”. A reconceituação foi, sem sombra de dúvidas, parte integrante do processo internacional de erosão do Serviço Social “tradicional” e, portanto, nesta medida, partilha de suas causalidades e características. Este processo propicia uma *grande união* profissional para a superação do subdesenvolvimento. Esta grande união se desfaz, por volta de 1975, com as ditaduras burguesas no Brasil e no Cone Sul, instaurando o projeto de “modernização burguesa”.

Netto (1996) apresenta três direções do processo de reconceituação:

1. A primeira representa a perspectiva modernizadora, trata-se de um esforço para adequar o Serviço Social “[...] enquanto instrumento de intervenção inserido no arsenal de técnicas sociais a ser operacionalizado no marco de estratégias de desenvolvimento capitalista, às exigências postas pelos processos sócio-políticos emergentes no pós-64” (p. 154), cujo conteúdo reformista é evidenciado nos documentos de *Araxá* e *Teresópolis*.

O Documento de Araxá – discutido e elaborado em março de 1967 – explora duas perspectivas de atuação: a micro e a macro. É desta última que flui as reflexões mais significativas. As principais formulações e características caminham na intenção de justificar a ação e “[...] na delimitação dos meios e objetos de intervenção e na própria representação da funcionalidade da profissão” (NETTO, 1996, p. 177).

No documento de Teresópolis (10 a 17 de janeiro de 1970) a perspectiva modernizadora objetiva-se não apenas enquanto concepção profissional, mas como uma pauta de intervenção, centrando-se no debate sobre a Metodologia do Serviço Social face à realidade brasileira.

2. A segunda perspectiva consiste na reatualização do conservadorismo, caracterizada pela ajuda psicossocial sob influência da fenomenologia, cujo marco foi os Seminários de Sumaré e do Alto da Boa Vista. Ocorre um deslocamento da perspectiva modernizadora do

centro do debate, pois passam a concorrer com ela, no âmbito da representação da profissão, outras vertentes renovadoras.

O seminário de Sumaré deveria enfrentar, sobretudo, a cientificidade no Serviço Social, que foi colocada em bases de uma concepção de ciência rigorosamente formalista, remetendo-se às teses de Goldstein e constatando que o Serviço Social não é ciência. O pensamento dialético é feito de forma eclética e vulgar: “a historicidade é compreendida sob a lente de Dilthey, a dialética recebe um tratamento francamente ininteligível [...] O que se oferece é uma caricatura do método dialético na tradição marxista” (NETTO, 1996, p. 197-200). Em Boa Vista o simplismo tomou conta do tom dos conferencistas convidados. Estavam aquém do nível alcançado pela bibliografia de uso generalizado nos cursos de pós-graduação. Sumaré e Boa Vista indicam, através de seus resultados, que a renovação do Serviço Social estava direcionada para outro caminho e envolvia outros protagonistas.

Ao analisar a bibliografia desta corrente encontraremos concepções conservadoras do Serviço Social sob uma nova roupagem. A principal característica é a valorização da elaboração teórica. Produzir conhecimentos para fundamentar as práticas profissionais. A ênfase recai na interdição do empirismo e do praticalismo, ressaltando-se como primordial o investimento na cognição. Um dos seus pontos fortes é a recusa dos padrões da tradição positivista, nas versões clássica e recente. “Ao tratar os fatos como coisas, rejeitamos o que é da ordem das significações, das intencionalidades, das finalidades, dos valores, enfim, tudo aquilo que constitui a *face interna* da ação (CBCISS, 1986: 117)” (NETTO, 1996, p. 203-204). Assim, o positivismo lógico impossibilitava de compreender o vivido humano e se fechava ao questionamento. A crítica incide sobre dois pontos: a interpretação causalista (e fatorial) da sociabilidade e a assepsia ideológica do conhecimento. A pretensão é ver o homem de forma global em suas inter-relações. É substituir o pensamento causal pelo não causal, cuja referência é a compreensão e não explicação. O Serviço Social é posto como uma

intervenção psicossocial viabilizada pelo diálogo sob forte influência da fenomenologia (NETTO, 1996, p. 206-207).

3. A terceira direção é entendida como *intenção de ruptura* com o Serviço Social “tradicional”. A emersão desta tendência se dá na primeira metade da década de 1970, aludida, conhecida e identificada com o “Método de Belo Horizonte”. Sob substancial influência do pensamento de reconceptualização que estava em curso na América Latina, esta perspectiva, “com efeito, manifesta a pretensão de romper quer com a herança teórico-metodológica do pensamento conservador (a tradição positivista), quer com os seus paradigmas de intervenção social (o reformismo conservador)” (NETTO, 1996, p. 159).

A intenção de ruptura não surge meramente da vontade subjetiva dos seus protagonistas. Expressa tendências e forças que estão na estrutura da sociedade brasileira no período estudado

As bases sociopolíticas da perspectiva da intenção de ruptura estavam contidas e postas na democratização e no movimento das classes exploradas e subalternas derrotadas em abril. Sociopolítica e historicamente, esta perspectiva é impensável sem o processo que se precipita entre 1961 e 1964 e é abordado em abril – no plano também profissional, é ali que ela encontra os seus suportes sociais (NETTO, 1996, p. 257).

Esta vertente fez oposição ao regime militar. Contudo, limitou-se à academia, ganhando visibilidade em meados da década de 1980. O que não é mero acaso, pois é neste período que a já referida crise do regime se intensifica, ocorrendo a reinserção da classe operária e do movimento estudantil no cenário político brasileiro com vistas à redemocratização do país.

Existia um abismo entre as formulações teórico-metodológicas desta corrente e a grande massa da categoria profissional, cujas causas recaem sobre a própria conjuntura política do país e pelo controle do governo sobre a academia. As ações e experiências, portanto, consistiam basicamente no universo da extensão universitária.

A intenção de ruptura teve em seu processo três momentos: 1) emersão; 2) a consolidação acadêmica; 3) a difusão entre a categoria profissional iniciada pelo processo de transição democrática. O primeiro, entre 1972 e 1975, consagra-se pelo célebre “Método de BH”, na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais. Não por acaso, pois em BH existiam importantes movimentos sindicais e populares e uma forte tradição estudantil não só democrática, mas com impulsões revolucionárias e socialistas. Fruto de uma elaboração teórica e experimental (via extensão/estágio) este momento foi interrompido em 1975, quando uma crise leva à demissão de seus principais formuladores e gestores (NETTO, 1996, p. 262-263).

Nos finais dos anos 1970 e início dos anos 1980, registra-se uma recuperação dessa perspectiva através de trabalhos e produções intelectuais e acadêmicas. Ela ganha espaço na medida em que se acentua a crise na política educacional autocrática. Com um salto reflexivo, ela repõe em pauta a crítica substantiva ao tradicionalismo profissional. Este momento divide-se em dois:

As primeiras se fizeram sensíveis no deslocamento do que fora nuclear no momento de emersão do projeto da ruptura: à elaboração de uma alternativa global ao tradicionalismo substituiu-se a sua crítica epistemológica e ideológica e, enfim, histórica; as segundas se revelam no nível teórico-crítico alcançado pelas elaborações dos assistentes sociais vinculados à renovação no sentido do rompimento (p. 266).

O saldo dessa fase é a maioridade intelectual e teórica da perspectiva em análise, que engendrará o terceiro momento em que ainda vivemos, ou seja, o momento em que ela se dilata para o conjunto da categoria profissional.

2.2 A educação

No período de 1930 a educação no intuito de atender as necessidades da recente industrialização nacional por meio da formação de mão-de-obra, sofreu significativa influência das idéias de John Dewey, trazidas por Anísio Teixeira e outros. Tal processo ficou conhecido como o movimento *escolanivismo*, que

[...] além de fundamentação em processos científicos, a nova pedagogia identificava-se ainda com os pressupostos do liberalismo, defendendo a individualidade, a liberdade, a igualdade perante a lei e a solidariedade humana e criticando novamente a pedagogia tradicional por seu dogmatismo e autoritarismo de fundo teológico (SEVERINO, 1986, p. 79).

Esta mudança deu-se de forma longa e lenta, ressaltando que muitos dos conteúdos do ideário humanístico-cristão tenham permanecido no ideário humanístico-liberal.

A intensificação do processo de industrialização do país, na década de 1950, faz com que a *Escola Nova* comece a apresentar sinais visíveis de exaustão. Seu sistema já não dava conta da realidade emergida deste processo, surgindo, portanto, duas principais tendências: a “Escola Nova Popular”, com Freinet e Paulo Freire como seus representantes mais significativos; e, “[...] de outro lado, radicalizava-se a preocupação com os modelos pedagógicos presentes no escolanovismo que acaba por desembocar na eficiência instrumental. Articula-se aqui uma nova teoria educacional: a *pedagogia tecnicista*” (SAVIANI, 1999, p. 15).

O pensamento de Paulo Freire incitou polêmicas no governo militar. Invadido pelo espírito democrático dos anos 1950, Paulo Freire desenvolve suas idéias e suas ações calcadas numa *práxis social*, ou seja, suas reflexões sobre o mundo desembocam numa ação sobre o mesmo no intuito de transformá-lo em seus aspectos naturais e culturais. Dotado de um pensamento que entendia o educando enquanto sujeito histórico, Paulo Freire, desmistifica os sonhos do pedagogismo dos anos 1960 e supera o pessimismo dos anos 1970 (GADOTTI,

1997, p. 164). No entanto, escapa aos limites deste trabalho apresentar toda a pedagogia proposta e elaborada por Paulo Freire, destacamos sua importância como pensador e como um sujeito histórico importante tanto para o Brasil quanto para a América Latina.

Em contrapartida às propostas de Paulo Freire, a pedagogia tecnicista desenvolvia com a finalidade de tornar o processo educativo objetivo-operacional e baseada em pressupostos da neutralidade científica e com princípios racionais voltados para a eficiência e produtividade, o trabalho pedagógico semelhante ao que ocorreu no trabalho fabril (SAVIANI, 1999, p. 15).

Enquanto a pedagogia nova priorizava o aluno em sua relação com o professor, a pedagogia tecnicista colocava o professor e o aluno numa “[...] posição secundária, relegados que são executores de um processo cuja concepção, planejamento, coordenação e controle ficam a cargo de especialistas supostamente habilitados, neutros, objetivos, imparciais” (SAVIANI, 1999, p. 17).

Alunos e professores já não são mais sujeitos do processo educacional, são meros executores de um processo definido e imposto de cima. Esta inflexão no processo educativo tem como base a recente e intensa industrialização do país aliado ao capital estrangeiro que força o Estado a “[...] providenciar uma solução para as necessidades da grande empresa em termos de mão-de-obra e em termos da ideologia legitimadora” (PELLANDA, 1986, p. 79). Essa mudança ocorre com o intuito de fornecer técnicos de alto nível para as grandes empresas e, por outro lado, uma massa de trabalhadores submissos, não especializados e, portanto, de baixo custo para o grande capital.

O sistema educacional sofrerá uma intensa burocratização – característica da pedagogia tecnicista apontada por Saviani (1999, p. 18) – a qual é usada como instrumento de dominação e inibição da participação da população enquanto sujeitos históricos. A morosidade e o excesso de papéis é uma questão periférica na burocracia, seu núcleo **está** na

questão do poder, da hierarquia, ou seja, o poder cria as normas que dificultam e, em certos casos anulam, a participação efetiva dos indivíduos nas decisões políticas, no caso do processo pedagógico e da política educacional como um todo (GADOTTI, 1986, p. 155).

A vida cultural no Brasil pós-1964 desenvolveu-se sob a vigência de ações governamentais de cunho controlador. O mundo da cultura foi direcionado substancialmente para a criação de um bloco cultural funcional ao projeto de modernização.

A cultura é protagonizada por sujeitos sociais em relações recíprocas. O Estado influencia esse processo de forma indireta, ou seja, ele não produz cultura, mas por meio de projetos e políticas específicas proporciona condições de infra-estrutura, oferece equipamentos e recursos, estimula ou reprime modelos, movimentos e tendências. “A intervenção imediata do Estado se dá no circuito da *difusão* dos produtos culturais” (NETTO, 1996, p. 46).

A educação enquanto instrumento de *difusão* da cultura sofreu no período ditatorial um duplo movimento: conservação e transformação. Era preciso conservar sua estrutura de dominação, mas investir em reformas conjunturais que lhe daria roupagens modernas. As ações repressivas recaíam sobre as vertentes que difundiam a superação do sistema vigente e, em contrapartida, era preciso ações para “[...] *induzir e promover* a emergência de tendências culturais funcionais ao projeto ‘modernizador’” (NETTO, 1996, p. 51).

A estratégia do governo que segue o período entre 1964 a 1968 era a de erradicação das experiências democráticas e democratizantes com forte cunho reacionário; é entre esses anos que se gesta o Estado militar-fascista caracterizado pelo momento seguinte, que vai de 1968 até o processo de abertura democrática.

Por volta dos anos 1970 o “milagre econômico” do governo militar entra em crise. Os economistas do governo culpabilizaram a educação como principal responsável pela situação econômica e social que o país enfrentava. Não eram

[...] as diferenças de renda que explicariam as diferenças de escolaridade. Para os defensores da política econômica da ditadura (da submissão ao imperialismo e arrocho salarial), as diferenças de escolaridade é que determinavam as diferenças de rendimentos entre as pessoas (CUNHA; GÓES, 1985, p. 55).

Dessa maneira, quanto mais oportunidade educacional oferecida pelo governo, maior a possibilidade de distribuição da renda mais igualitária. Foi com este pensamento que surge o MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), cujas características expressam nitidamente as bases teórico-metodológicas da pedagogia tecnicista descrita anteriormente. Há também uma reestrutura substancial dos ensinos de 1º e 2º graus (que atualmente são ensinos fundamental e médio) e da Universidade, que tinha como pano de fundo a modernização do ensino como um todo. Romanelli (1978, p. 232) afirma que a modernização “[...] tem uma funcionalidade política, não só pelo controle que exerce externamente sobre a Universidade, mas, sobretudo, porque retira da Universidade qualquer chance de interferir sobre, ou de controlar os resultados daquilo que ela mesma produz”.

A estrutura educacional passa a ser orientada por assessores norte-americanos através dos famosos acordos entre o MEC (Ministério da Educação e Cultura) e a AID (Agency of International Development). A partir de então, “[...] emerge *o sistema educacional da autocracia burguesa*, erguido num processamento que primeiro incidiu sobre os níveis superiores do ensino para, em seguida, modelar os níveis elementares e básicos” (NETTO, 1996, p. 60).

As heranças desse período deixadas na educação são muitas, dentre elas podemos destacar o intenso processo de privatização que o ensino superior sofreu, transformando a educação em meio de acumulação de capital e de influência ideológica, o que sanava dois essenciais problemas no regime militar: o econômico, pois lançou no mercado de trabalho profissionais qualificados ou semiquualificados, assegurando a oferta da força de trabalho

necessária e a excedente; e o político, cuja ações direcionavam para a neutralização da crítica contra o regime.

Contudo, a ditadura não eliminou todos os vetores contraditórios existentes no sistema educacional, haja vista o exemplo de Paulo Freire. Não obtendo, portanto, total “[...] sucesso no seu esforço para conquistar, nesse terreno, um patamar mínimo de legitimação e consenso ativo” (NETTO, 1996, p. 65).

2.3 As convergências históricas entre Serviço Social e Educação

Como já referido a história representa uma das bases de convergências entre Serviço Social e Educação, que contribuiu significativamente para a formação da dimensão educativa do assistente social. Esta, por sua vez, é resultado de diversos determinantes e variáveis, cujos sujeitos são os próprios homens em relações entre si e com a natureza. Assistentes Sociais e Educadores também são os próprios construtores da história do país em geral, e de suas profissões em particular, considerando, evidentemente, o lugar do Brasil em relação ao desenvolvimento histórico mundial.

Desta maneira, o contexto anterior ao golpe de 1964 representa o limiar da principal convergência entre ambas as profissões, que, no presente trabalho, é entendida como a dimensão política. Não significa, contudo, que no período anterior estas características não existiam nas referidas profissões, pelo contrário, ela se manifestava pela sua própria negação, ou seja, revestida de uma posição – conforme a tradição positivista em que emerge a profissão – “neutra” diante da realidade, a dimensão ideo-política era descartada, desconsiderada e vista de forma negativa. É no aprofundamento da questão social emergido da crise provocada pela industrialização do país (marcada pela política desenvolvimentista do segundo pós-guerra

mundial) que a dimensão política começa a se consolidar no país e, portanto, nas profissões em questão.

O período populista pré-1964 é marcado pela busca do apoio da população às mudanças direcionadas para garantir a produção e reprodução do sistema capitalista, o que, contraditoriamente, cria condições e canais de expressão ideológica e política pelos movimentos sociais populares.

Assim, o início dos anos 60 é marcado pela gestação de uma consciência nacional-popular [...] e pelo engajamento de amplas camadas sociais na luta pelas reformas de base que impulsionam, sobremaneira, processos de conscientização e politização, envolvendo principalmente trabalhadores rurais e urbanos, intelectuais e estudantes (ABREU, 2002, p. 141).

Estas manifestações são interrompidas pelas ações ditatoriais do golpe militar de abril e revitalizadas na década de 1970 pelos movimentos de Comunidades Eclesiais de Base (referenciados nos fundamentos da Teologia da Libertação), de feministas, de antidiscriminação da raça negra, de estudantes, de sindicalistas e pela formação do Partido dos Trabalhadores (PT) que giram em torno de questões específicas e de interesse geral.

Neste período, importante salientar, a prática política no Serviço Social é confundida com o militância partidário, circunscrita numa visão dicotomizada entre estrutura/superestrutura, Estado/sociedade, o que resultou na rejeição das instituições estatais para o exercício profissional.

Esses espaços passam, então, a ser considerados pelos assistentes sociais imbuídos desses compromissos como canis reprodutores da dominação do capital sobre as citadas classes [subalternas], colocando-se a necessidade de alternativas profissionais em espaços estratégicos na esfera da sociedade civil, com destaque para a militância política, principalmente nos partidos políticos (ABREU, 2002, p. 143).

É no final da década de 1970, com o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado em São Paulo, que se inicia um processo de reconstrução profissional, busca-se na tradição marxista, incorporando as vertentes dos pensamentos de Gramsci e Lukács, um

redimensionamento das formas de inserção profissional nos espaços institucionais históricos e na conquista de novos.

Dentro desse processo da história da sociedade brasileira gesta as convergências entre o Serviço Social e a Educação, que perpassam aspectos ideológicos e políticos. Estas convergências são marcadas por diversas expressões, as quais destacaremos duas principais: a primeira funda-se na influência da educação enquanto política social setorial que configura as bases para o desenvolvimento da formação universitária dos Assistentes Sociais, e, a segunda, refere-se aos perfis pedagógicos da prática profissional dos assistentes sociais em seu devir histórico.

Na primeira perspectiva temos o governo pós-1964 iniciando um processo de mercantilização da educação, sobretudo de nível universitário, tendo como principais “compradores” alunos de procedência das classes menos favorecidas economicamente. Além deste aspecto, a educação sofre um intenso controle ideológico-político a fim de erradicar as manifestações contra o regime e introjetar seus ideais burgueses modernizantes. Já nas Universidades Públicas surgem restritas expressões de esquerda, cujo preço pela sua sobrevivência foi não relacionar a teoria com a prática, a ciência com a ideologia, a reflexão com a ação política.

O Serviço Social no contexto militar representava um principal instrumento de reprodução social capitalista e de controle social, por isso era preciso produzir um profissional “moderno” para atender as necessidades do novo projeto de sociedade, para tal era preciso uma mudança na *formação* dos profissionais e este foi o papel da política educacional da ditadura no Serviço Social.

Com efeito, as referidas condições novas reclamavam uma inteira refuncionalização das agências de formação dos assistentes sociais, apta a romper de vez com o confessionalismo, o paroquialismo e o provincianismo que historicamente vincaram o surgimento e o evoluir imediato do ensino do Serviço Social no Brasil – além, naturalmente, da expansão quantitativa das próprias agências (NETTO, 1996, p. 124)

Todo esse processo em curso provocou um aumento exorbitante de estudantes cursando Serviço Social, passando de 1.289, em 1960, para o número de 6.352, em 1971, ou seja, em um espaço curto de tempo, “[...] a formação profissional viu-se penetrada pelas exigências e condicionalismos decorrentes quer da refuncionalização global da universidade pelo regime autocrático burguês, quer da sua própria virgindade acadêmica” (NETTO, 1996, p. 124-125).

Portanto, o quadro educacional e cultural rebateu significativamente na formação dos assistentes sociais. Contudo, esse processo deu-se de forma contraditória, pois essas novas configurações no contexto universitário possibilitaram uma restrita, mas significativa, dimensão crítica da profissão.

A segunda perspectiva é das convergências entre Serviço Social e Educação, trata-se da formação de uma função pedagógica assumida pelos Assistentes Sociais em sua história profissional, a qual foi objeto de estudo da Prof^a. Marina Maciel Abreu (2002).

O primeiro perfil pedagógico delimitado pela autora vincula-se ao surgimento da profissão, “[...] funda-se numa visão psicologista da questão social, reduzida às suas manifestações individuais [...] na perspectiva da reforma moral e reintegração social” (Ibidem, p. 84, *passim*), é o que ela denomina de pedagogia da “ajuda”.

Com bases na filosofia neotomista, esta perspectiva naturaliza as desigualdades sociais, ocultando ideologicamente as determinações econômica, política e social. Enquanto forma de ideologização das práticas assistenciais, a pedagogia da “ajuda” permeia historicamente as ações dos assistentes sociais, que vão desde as expressões caritativas realizadas pela Igreja – o assistencialismo caritativo – à filantropia estatal atual (ABREU, 2002, p. 100).

A ideologia desenvolvimentista modernizadora forja a consolidação e o desenvolvimento – com bases na proposta do DC (Desenvolvimento de Comunidade) – de um novo perfil pedagógico: a da “participação”.

Este perfil redimensiona a pedagogia da ‘ajuda’ em três vetores:

[...] psicologização das relações sociais; manipulação material e ideológica de necessidades sociais e recursos institucionais via estratégias de assistência social; e, combinação entre processos persuasivos e coercitivos para a obtenção da adesão e do consentimento ao “novo” ordenamento econômico e social sob o domínio do capital (ABREU, 2002, p. 107).

Sob a nova ideologia as ações pedagógicas enfatizam a participação, sobretudo via DC, nos programas de governo, tendo como eixo central os processos de “integração” e “promoção social”. Esta readequação transmuta a “ajuda” para a “auto-ajuda” e para a “ajuda mútua” nos processos participacionistas.

Abreu (2002, p. 116) coloca esta pedagogia sobre dois principais pontos:

[...] um referente à noção de que as reformas estruturais devem ser acompanhadas de mecanismos de controle e de enquadramento da população à racionalidade da modernização das relações de trabalho no campo e na cidade; o outro corresponde à idéia de que as mudanças “participadas” dissimulam o cunho impositivo das mesmas.

O referido debate de reconceituação da profissão reorienta as definições dos perfis pedagógicos da “ajuda” e da “participação”. A primeira assume a orientação da corrente estrutural-funcionalista e a segunda refere-se ao pensamento fenomenológico.

É a partir das experiências e orientações participacionistas que se articulará, contraditoriamente, à construção de uma nova pedagogia emancipatória das classes sociais dominadas. Esta perspectiva emerge

[...] no quadro das condições sócio-históricas e político-ideológicas de elaboração e desenvolvimento de um projeto profissional identificado com os interesses das citadas classes, projeto esse colocado como alternativo ao projeto tradicional conservador predominante na constituição histórica da profissão (ABREU, 2002, p. 128).

Tal projeto é definido a partir dos anos 1970 (conforme o já citado movimento de reconceituação) e consolidado na década de 1980. A nova pedagogia, atrelada ao referido projeto, passa a entender a relação entre usuários e serviços institucionais assistenciais provenientes de contradições inerentes ao sistema capitalista e reapropriando sua dimensão econômica, ideológica e política.

O processo de intervenção na realidade redimensiona-se em bases críticas com o intuito de construção de uma *práxis* social e da própria classe subalterna como força antagônica à ordem do capital.

Essa intervenção supõe a construção de estratégias de mobilização, capacitação e organização das classes subalternas no movimento contraditória da sociedade, visando a recuperação da unidade entre o pensar e o agir, na constituição de um novo homem, base e expressão de novas subjetividades e normas de conduta, isto é , de uma cultura contraposta à cultura dominante (ABREU, 2002, p. 134).

Todo o movimento socialista mundial iniciado com a revolução russa de 1917, passando pela chinesa em 1949 e, sobretudo, pela cubana em 1959 influenciou a constituição desse novo projeto de homem na América Latina. Este processo representou a destruição da velha e de construção de uma nova sociedade, o que exerceu “[...] repercussão e influência sobre as diferentes práticas sociais, inclusive em várias profissões, como é o caso do Serviço Social e de Educação, por exemplo, os trabalhos de organização e educação popular” (LOPES, 1998, p. 86 *apud* ABREU, 2002, p. 139).

Na década de 1980 duas tendências na profissão se solidificam nesta pedagogia: a primeira refere-se às experiências do chamado Estado de Bem-Estar Social, que, via de regra, trabalha para a conquista e consolidação de direitos como fim último da intervenção profissional; a segunda consubstancia no compromisso profissional com as lutas das classes, visando a superação da ordem burguesa e construção de uma nova sociedade sem exploração e dominação de classe, gênero e etnia.

As transformações ocorridas nos anos 1980 forjam uma nova reorganização de cultura, consolidada, sobretudo, na década de 1990. A substituição gradual do padrão de produção fordista/taylorista pela toyotista/ohnista culmina em uma forma flexível de acumulação sob a égide dos ideais neoliberais. O presente trabalho não tem objetivo de analisar com devida profundidade estas mudanças. Contudo, devida a nossa linha de análise teórica, é importante observar que esse novo quadro mundial de sociabilidade engendra

[...] uma crise estrutural do sistema capitalista, sociabilidade essa marcada pela fragmentação social, aumento da diferenciação entre classes, ampliação das desigualdades legitimada por um novo sistema de regulação e controle social que busca mascarar, a todo custo, essas diferenciações e desigualdades (ABREU, 2002, p. 175).

Portanto, é constituído um novo princípio educativo sobre essas recentes bases estruturais, que, de acordo com Alves (2000, p. 55), a “[...] recomposição da linha produtiva, com seus vários protocolos organizacionais (e institucionais), procura capturar o pensamento operário, integrando suas iniciativas afetivo-intelectuais nos objetivos da produção de mercadorias”.

Todas essas transformações formam novas formas da expressão da *questão social*, e, portanto, “novas” demandas, necessidades sociais, condições profissionais para o Serviço Social e novas e criativas respostas profissionais para tais quadros.

Deste modo, nesta reconstrução das bases sócio-históricas de princípios educativos fundantes dos processos de organização/reorganização da cultura e das suas implicações nas reconfigurações da função pedagógica da prática do assistente social, são redescobertos eixos temáticos, identificados anteriormente como a “ajuda psicossocial individualizada”, a “participação” e a “formação de uma vontade coletiva nacional popular”, em suas atualizações e redimensionamentos (ABREU, 2002, p. 186).

Grosso modo, no que concerne à pedagogia da “ajuda” e da “participação” ocorrem uma refuncionalização e redimensionamento dos referidos perfis pedagógicos conforme as novas imposições da realidade contraditória, tendo

[...] como principais vetores as estratégias participacionistas no âmbito da produção e da reprodução social e o movimento de autonomação/auto-ativação do processo produtivo e individualização das relações de trabalho, gestados a partir do padrão de acumulação “flexível”, em que se insere as inovações tecno-organizacionais introduzidas pelo toyotismo/ohnismo (ABREU, 2002, p. 187-188).

No que tange à construção, da já referida, pedagogia emancipatória, os desafios apresentam-se no horizonte da cultura do “bem-estar” e da superação da ordem capitalista, ou seja, a primeira circunscreve no âmbito da defesa de direitos sociais, civis e políticos e a segunda representa o compromisso com as classes dominadas no sentido de superação da ordem capitalista vigente e construção de uma nova sociedade.

Por fim, cabe ressaltar que todo esse processo histórico de constituição dos perfis pedagógicos do assistente social é marcado pelo traço da contradição dialética, o que representa um movimento caracterizado por forças contrárias existentes na sociedade civil, na sociedade política e internamente nas profissões em foco, formando uma situação em que os perfis pedagógicos se misturem na realidade concreta.

Até o momento apresentamos uma face do duplo movimento que constitui o perfil educativo dos Assistentes Sociais, ou seja, a dimensão ideológica ou utópica que se manifesta pela ação política e tem como pano de fundo a visão social de homem e de mundo. No próximo capítulo abordaremos a outra face, que é a realidade social agrária que requer determinada posturas e, portanto, contribui para a delimitação do perfil em questão.

3. A QUESTÃO SOCIAL E AGRÁRIA

O primeiro aspecto a se considerar para compreender a questão social e agrária é que ambas são manifestações das contradições e desigualdades da relação capital/trabalho. De um lado, temos a questão social como fruto do desenvolvimento do capitalismo na cidade, do outro, temos o desenvolvimento do capitalismo no campo. A questão social e a questão agrária estão vinculadas pelas mesmas causas, são como galhos de uma árvore cujas raízes são as relações capitalistas de produção, que tem como objetivo a criação da mais-valia, ou seja, a exploração do trabalhador que, contraditoriamente, é a fonte de riqueza do próprio sistema. É a fonte de energia que movimenta as engrenagens que criam a riqueza dos proprietários e simultaneamente a sua pobreza¹⁹.

Nas formas de sociedades anteriores existia a pobreza, mas esta era fruto da escassez devido o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas. Com o processo de industrialização ocorrido na Europa Ocidental, especialmente na Inglaterra no final do século XVIII, surge a questão social como expressão da estrutura da sociedade, assim: “Pela primeira vez na história registrada, *a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas*” (NETTO, 2005, p. 153, grifo do autor).

Iamamoto (2000, p. 27) traz elementos importantes para compreendermos o cerne da questão social:

Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

¹⁹ “Na pobreza ainda se conserva a nobreza dos sentimentos. Na miséria não há nem nunca houve nada que os conserve. Um homem na miséria é expulso a pauladas, afugentam-no a vassouradas da companhia dos seus semelhantes, para que a ofensa seja ainda maior, e é justo, porque na miséria eu sou o primeiro que estou disposto a ofender-me a mim próprio...” Dostoiévsky. **Crime e Castigo**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996, p. 19.

Esta análise só foi possível com a construção da teoria social de Marx, será através da construção da “lei geral da acumulação capitalista” que se revelará os componentes históricos, econômicos, políticos e culturais que engendram a formação da questão social.

Historicamente fazer o social era trabalhar sob duas principais perspectivas, de um lado, haviam os reformistas que viam as características da questão social como desdobramentos internos da ordem da sociedade moderna e que poderiam ser objeto de uma intervenção política limitada, do outro, estava o pensamento conservador confessional que atuava num sentido de ação moralizadora. “Em ambos os casos, o enfrentamento das suas manifestações deve ser função de um programa de reformas que preserve, antes de tudo e mais, a *propriedade privada dos meios de produção*” e continua mais adiante

o cuidado com as manifestações da ‘questão social’ é expressamente desvinculado de qualquer medida tendente a problematizar a ordem econômico-social estabelecida; *trata-se de combater as manifestações da ‘questão social’ sem tocar nos fundamentos da sociedade burguesa*. Tem-se aqui, obviamente, um *reformismo para conservar* (NETTO, 2005, p. 155, grifos do autor).

Historicamente o Serviço Social surgiu sob tais perspectivas e ainda apresenta fortes traços em sua constituição estrutural e orgânica. Sua atuação é sobre a miséria do mundo capitalista, isto é, sobre os efeitos perversos do desenvolvimento econômico, tentando introduzir correções às contradições mais desumanas da organização da sociedade, porém sem tocar em sua estrutura. O Serviço Social está organicamente vinculado às configurações estruturais e conjunturais da questão social e às formas históricas de seu enfrentamento, não atua diretamente junto as causas dessas contradições, são requisitados para enfrentar suas seqüelas apresentadas de forma fragmentada.

A matéria-prima do trabalho do assistente social encontra-se no âmbito da questão social em suas múltiplas manifestações – saúde da mulher, relações de gênero, pobreza, habitação popular, urbanização de favelas, etc. – tal como vivenciadas pelos indivíduos sociais em suas relações sociais quotidianas, às quais respondem com ações, pensamentos e sentimentos (IAMAMOTO, 2000, p. 100).

No entanto, é importante ressaltar como vimos na história profissional que mesmo tendo esta função corretiva dos mecanismos estruturais, o Serviço Social busca por meio de uma teoria crítica ultrapassar elementos meramente paliativos, e esta ultrapassagem se dá, sobretudo, no âmbito da construção de ideologia ou, no caso, de contra-ideologia ou utopia. Lembrando que estas se manifestam na prática educativa/política, pois

A prática política de organização da classe realiza através da ação de seus intelectuais o nexo entre estrutura e superestrutura numa relação orgânica e dialética, implicando simultaneamente uma correspondência e uma autonomia [...] a ideologia tem uma relativa autonomia em relação ao econômico, o que significa o reconhecimento da possibilidade da superestrutura ser ativa, interferindo na infra-estrutura (ABREU, 1996, p. 71).

As questões social e agrária se configuram, portanto, dentro do desenvolvimento do sistema capitalista de produção, de acordo com Castel (1998, p. 30) são manifestações localizadas entre a estrutura e superestrutura, ou seja, existe uma igualdade no plano político e jurídico e uma desigualdade no plano econômico:

O hiato entre a organização política e o sistema econômico permite assinalar, pela primeira vez com clareza, o lugar do “social”: desdobra-se nesse entre dois, restaurar ou estabelecer laços que não obedecem nem a uma lógica estritamente econômica nem a uma jurisdição estritamente política. O “social” consiste em sistemas de regulações não mercantis, instituídas para tentar preencher esse espaço. Em tal contexto, a questão social torna-se a questão do lugar que as franjas mais dessocializadas dos trabalhadores podem ocupar na sociedade industrial.

As expressões do pauperismo constituem apenas uma face da questão social, trata-se apenas do âmbito econômico, existe o outro lado que se manifesta no político, ou seja,

O desdobramento da questão social é também a questão da formação da classe operária e de sua entrada no cenário político, da necessidade de seu reconhecimento pelo Estado e, portanto, da implementação de políticas que de alguma forma levem em consideração seus interesses (IAMAMOTO, 2000b, p. 126).

Assim, a questão social é também rebeldia e revolta, pois envolve sujeitos que vivenciam as desigualdades no cotidiano. Do lado econômico as novas expressões são o desemprego estrutural, o aumento da pobreza e exclusão social, a precarização do trabalho, o

desmonte dos direitos sociais, entre outros. São seres humanos, outrora trabalhadores, que pelo próprio instinto criam estratégias e mecanismos para sobreviverem. Estão jogados nos bolsões de pobreza, também conhecidos como favelas, unindo-se e se organizando para tentar viver dignamente e buscar a tão sonhada felicidade contada na novela das oito, ou oito e meio, ou nove.

No âmbito da organização política da população temos uma inflexão nas manifestações e significados. É fato que ainda existem as organizações políticas mais tradicionais, por exemplo, as Associações de Bairros, os Movimentos Sociais e os Partidos Políticos. Entretanto, estes não têm a adesão política das massas como nas décadas de 1970 e 1980. Assim, existem novas formas de organização do povo, a título de exemplo, podemos citar: as Escolas de Samba, as Mega-Religiões, as Torcidas Organizadas, entre outras. A população, portanto, foi gradativamente substituindo sua força política por maneiras místicas de encarar a vida cotidiana, pois desta maneira dão algum sentido para sua existência que sofre com os dardos do destino cruel. Há também uma grande parte da população que vivencia as desigualdades de outra maneira. São quase atropelados pela Mercedes blindada de vidro *fumê*, que desrespeita a faixa de pedestre quando estão procurando trabalho para sustentar suas famílias. Dentro delas, os ricos empresários ostentam a criação da própria miséria alheia. São homens juridicamente iguais, mas economicamente diferentes. E para conquistarem seus espaços dentro da sociedade irão usar da violência criando facções e organizações. O exército agora não é mais de reserva, cansaram de ser destruídos pela guerra do mercado. Portanto, “dar conta da questão social, hoje, é decifrar as desigualdades sociais – de classes – em seus recortes de gênero, raça, etnia, religião, nacionalidade, meio ambiente etc. Mas decifrar, também, as formas de resistência e rebeldia com que são vivenciadas pelos sujeitos sociais” (IAMAMOTO, 2000, p. 114).

Embora a questão social seja visualizada na maioria das vezes em suas manifestações urbanas, existe um nexo causal importante com a questão agrária. José Graziano Silva (1981, p. 12) nos elucida sobre esta relação quando diz que a questão agrária “São milhares de pequenos camponeses que, expulsos do campo, não conseguiam encontrar trabalho produtivo nas cidades. Daí os crescentes índices de migração, de subemprego, para não falar na mendicância, prostituição e criminalidade das metrópoles brasileiras”.

De fato, foi o processo de implantação do modo capitalista de produção que gerou as expressões da questão social e agrária. Este teve rebatimentos tanto na cidade, quanto no campo. Entretanto, nos termos de Castel, os desfiliaados que compõe a grande massa dos pobres da questão social são de origem do campo. São “antigos camponeses em ruptura com sua cultura rural, com as competências a ela vinculadas, com os recursos e as proteções que propiciava, mas também estrangeiros em relação à cultura da cidade e os suportes econômicos e relacionais que esta pode proporcionar” (CASTEL, 1998, p. 113).

Por isso Iamamoto é clara quando diz que um dos dilemas da profissão na contemporaneidade é visualizar esta relação compreendendo seus significados e relações dentro da sociedade capitalista. Para ela é preciso acabar com a tendência de considerar a sociedade brasileira apenas na óptica urbana superando o velho dualismo rural-urbano. Desta maneira,

A preocupação orienta-se na direção de resguardar as faces agrária e urbana da sociedade brasileira, procurando entender as ações do Estado e do capital tanto no processo de reprodução ampliada do capital, como na captura da propriedade da terra, subordinando-a aos seus fins e gerando a expulsão de trabalhadores, a luta pela terra, o redimensionamento das relações de trabalho, também no mundo rural (IAMAMOTO, 2000, p. 153).

A questão agrária hoje se relaciona com várias outras questões, a energética, a indígena, a ecológica e a urbana, ou seja, ela permeia uma série de problemas fundamentais no Brasil. No fundo, o que se tem em comum é a caráter parasitário da terra que se desenvolveu no capitalismo brasileiro. A renda da terra de origem pré-capitalista perdeu seu

caráter à medida que foi absorvida pelo capital e transformou-se em renda territorial capitaliza, produzindo uma irracionalidade na reprodução do capital. Criou-se um modelo rentista parasitário com acomodação política e econômica entre proprietário do capital e da terra.

A linha que separa a questão social da agrária é muito tênue. É fato que cada uma se manifesta de forma particular, daí a importância de delimitarmos seus espaços para forjarmos o campo de abrangência de nossa pesquisa, por isso no próximo item apresentaremos a formação histórica da questão agrária no país.

3.1 A formação histórica da questão agrária no Brasil e suas expressões atuais

A principal responsável pela estrutura fundiária que temos hoje no país foi a formação territorial através do sistema de capitanias hereditárias e sesmarias. A grande exploração rural de monocultura foi a célula fundamental da economia agrária desenvolvida no Brasil colonial. “É deste tipo de organização em que se constitui a lavoura brasileira que derivou toda a estrutura do país: a disposição das classes e categorias de sua população, o estatuto particular de cada uma e dos indivíduos que as compõem” (PRADO JUNIOR, 1971, p. 143).

Será no início do século XIX que, de acordo com Caio Prado Junior (1971), o país viverá uma etapa decisiva em sua evolução histórica. De um lado, este século, nos fornece um balanço final de três séculos de colonização, apresentando o mais fundamental e eliminando o acidental e intercorrente. “Doutro lado, constitui uma chave, e chave preciosa e insubstituível para se acompanhar e interpretar o processo histórico posterior e a resultante dele que é o Brasil de hoje” (p. 09). O mesmo autor destaca que é importante compreender o *sentido histórico* de uma colonização, pois nele encontraremos vários aspectos que se enraizaram no devir histórico. Desta maneira,

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro *sentido* da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos (PRADO JUNIOR, 1971, p. 31).

Neste sentido temos uma gama de condições para os exploradores se instalarem no país, que eram: ser dirigente, ter propriedades de terras e ter sob seu domínio um grande número de trabalhadores. Como não havia mão-de-obra disponível para importar dos países colonizadores inicia-se um processo de importação de escravos negros da África. Formou-se o modo escravista de organizar a sociedade brasileira. Neste modo o capital organizava o processo de trabalho através do cativo. O escravo era a base do crédito e fonte do capital de custeio.

Assim dois temas se relacionam e estão situados no desenvolvimento da questão agrária no país: a escravidão e a posse da terra.

Na primeira metade do século XIX a terra praticamente não tinha valor, pois o trabalho era garantido pela propriedade do escravo. A forma com que o trabalhador criava valor não representava o modo capitalista de coagir, ou seja, o trabalhador não cedia sua força de trabalho através de uma troca aparentemente igual por salário. Esta situação começou a mudar e seu ápice foi com a Lei de Terras de 1850. Esta inversão possibilitou que os fazendeiros e comerciantes continuassem a exploração da força de trabalho, mesmo que o cativo entrasse (e entrou) em colapso no futuro. Assim, “[...] num regime de terras livres, o trabalho tinha que ser cativo; num regime de trabalho livre, a terra tinha que ser cativa” (MARTINS, 1979, p. 32).

Com a Abolição da escravatura a sustentação ideológica das desigualdades sociais foi abalada. Como aceitar a realidade desigual no plano econômico, sendo que agora senhor e ex-

escravo eram juridicamente iguais? O primeiro sustentáculo ideológico para justificar esta nova situação foi a idéia do trabalho como fonte de riqueza:

A riqueza, no sentido de capital acumulado, tornar-se aceitável e legítima porque é produto do trabalho e porque o trabalho é concebido como uma ‘virtude’ universal. A capacidade de criar riqueza através do trabalho é concebida como uma virtude socializada, sem distinção de classes, que abre acesso ao capital e ao capitalismo a todo homem que trabalha (MARTINS, 1979, p. 133)

No entanto, esta idéia oculta o ponto central do problema da exploração no capitalismo, o capital não é visto nem concebido como produto da apropriação do trabalho alheio, ou seja, do operário que é despojado dos seus meios de produção²⁰. Assim, na época da libertação já estava claro que era o trabalho que criava o valor e que esse valor não se objetivava na pessoa do escravo, mas sim nos objetos trabalhados, na mercadoria, pois a produção de mercadorias constitui a primeira etapa da expansão do capitalismo e não necessariamente a produção de relações de produção capitalistas.

Não por acaso, o trabalhador livre atendia os interesses econômicos dos grandes proprietários de terra, pois houve um encarecimento do escravo em relação as novas formas de organização da produção. A abolição da escravatura, portanto, abriu caminho para a constituição desse trabalhador livre, entretanto, não modernizou as relações de trabalho assalariado. Com a libertação dos escravos a primeira consequência foi a transformação do próprio trabalhador, pois “sem ela não seria possível passar da coerção predominantemente física do trabalhador para a sua coerção predominantemente ideológica” (MARTINS, 1979, p. 18). Outra consequência da abolição da escravatura foi a possibilidade do uso racional da força de trabalho, pois liberou o fazendeiro da imobilização de capital na pessoa do escravo. Assim, a liberdade do escravo não foi a liberdade para o escravo e sim para os seus proprietários, pois a “noção de liberdade que comandou a Abolição foi a noção compartilhada pela burguesia e não a noção de liberdade que tinha sentido para o escravo. Por isso, o escravo

²⁰ Conforme item 1.2 deste trabalho.

liberto caiu na indigência e na degradação, porque o que importava salvar não era a pessoa do cativo, mas sim o capital” (MARTINS, 1979, p. 110).

A transformação do escravo em trabalhador livre não o constituiu como força de trabalho, esta foi ocupada pelos imigrantes, assim, a transformação não foi apenas no trabalho, mas houve a substituição do trabalhador escravo pelo colono. Embora o colonato represente a principal fase de constituição da realidade agrícola atual, que se desmembra em bóias-frias como formação do proletário agrícola e campesinato como expressão de resistência à econômica capitalista, ele não se transformou em um regime de trabalho assalariado, pois “não era o fazendeiro quem pagava ao trabalhador pela formação do cafezal. Era o trabalhador quem pagava com cafezal ao fazendeiro o direito de usar as mesmas terras na produção de alimentos durante a fase de formação” (MARTINS, 1979, p. 74). O objetivo econômico do fazendeiro era a formação do cafezal e não ter o colono como empregado assalariado, assim a igualdade formal não se dava no processo de trabalho, mas fora dele. Esta igualdade se dava pela identificação de ambos serem livres para obterem propriedade: “Por oposição ao escravo, o colono entra na produção do café pela valorização do trabalho, não só porque o trabalho fosse uma virtude da liberdade, mas porque era condição da propriedade” (MARTINS, 1979, p. 61).

O colono, portanto, recebia um pagamento fixo pelo trato do cafezal, um pagamento proporcional ao café colhido e produzia alimentos para sua subsistência comercializando seus excedentes. Outro aspecto era que o colono não era um trabalhador individual, mas sim familiar. Assim, toda essa gama de características monetárias e o caráter familiar do trabalhador colono “não permitem que se defina as relações de produção do regime de colonato como relações capitalistas” (MARTINS, 1979, p. 85).

Não significa que o colonato estava fora do sistema capitalista, pelo contrário, viviam uma situação de exploração. No entanto, a exploração não se dava de forma direta com a

extração da mais-valia e a relação capital/trabalho, o que ocorria era uma sujeição da renda ao capital sustentada por mecanismos monetários e ideológicos específicos.

A determinação capitalista dessas relações não capitalistas de produção se dava essencialmente no fato de que o trabalhador produzia diretamente os seus meios de vida para produzir um excedente, o café, que por estar já subjugado pelo capital comercial, surgia das mãos do colono como propriedade alheia, como mercadoria do fazendeiro (MARTINS, 1979, p. 86).

O fazendeiro não pagava o trabalho, mas o fruto do trabalho. O café era visto como produto da propriedade, uma forma específica da existência do capital que perdura até os dias atuais, constituindo, nos dizeres de Martins (2000), uma anomalia histórica. A propriedade era o fundamento da desigualdade e o colono vivia a ilusão de pagar ao fazendeiro, sob a forma de café, o tributo de trabalhar para si próprio.

Enquanto que, regularmente, supõe-se que a atividade inicial do trabalhador corresponde a tempo de trabalho necessário à sua reprodução como trabalhador e o restante a tempo de trabalho excedente, a ser apropriado pelo capitalista, na fazenda ocorria o inverso [...] Somente depois da extração do trabalho excedente é que cabia ao colono dedicar-se ao trabalho necessário à sua reprodução como trabalhador, sob a aparência de que trabalhava para si mesmo (MARTINS, 1979, p. 86)

A partir da década de 1930 inicia-se o processo de industrialização do país. De modo tímido, os cafeicultores começam a investir neste processo. De acordo com Ianni (1963, p. 20-21) “é das mãos desse grupo de cafeicultores que sairão os capitais utilizados nos impulsos iniciais à industrialização”. Este processo se reflete na organização política do Estado e o oligarquismo começa a sofrer tensões em seu poder, ou seja, com o início da industrialização o poder político começa a ser disputado entre a burguesia industrial urbana em ascensão e os grandes fazendeiros, mesmo que no âmbito econômico este processo se dá de forma articulada. “Salientar o papel da propriedade territorial não significa subestimar a interferência do grande capital nos negócios do Estado, uma vez que os interesses do capital e

da renda da terra tenderam aqui a se fundir numa única e mesma figura” (IAMAMOTO, 2001, p. 110).

O principal aspecto emergente na nova organização do Estado é seu extremo burocratismo. A forma patriarcal de poder é substituída gradativamente pela forma burocrática, sendo esta o primeiro elemento a atingir o poder rural. Contudo, a estrutura administrativa-burocrática brasileira irá sofrer um sincretismo em sua forma de poder, pois refletirá padrões rurais de apadrinhamento, clientelismo e nepotismo.

A penetração capitalista no campo, a partir de 1960, se deu através do “modelo prussiano”, que se caracteriza pela transição da grande propriedade improdutiva para a grande empresa capitalista e pela exclusão da maioria das pequenas e médias propriedades. O cerne deste modelo é a modernização conservadora, que tem como pilar modernizar a grande propriedade, com a conseqüente manutenção de uma estrutura fundiária concentrada; exigindo-se qualidade e produtividade, que estão atreladas à adubação química e mecanização, tendo em vista o mercado externo e as demandas da indústria nacional, as quais passaram a determinar o perfil da agricultura brasileira (CARDIM, 2006, p. 02)

Até 1960 o processo de industrialização será intensificado gerando simultaneamente um intenso êxodo rural: nos anos 1950 a população rural girava em torno de 70%, nos anos 1970 esse número caiu para 30%. O mercado urbano não teve condições de absorver essa população, pois o processo de industrialização nos anos 1950 realizou-se através da importação de um padrão altamente tecnificado e poupador de força de trabalho. Desta maneira, o desenvolvimento econômico industrial foi o principal vilão da questão social e agrária, foi o principal gerador de desemprego, pois “a um só tempo expulsa o homem do campo e o exclui do processo produtivo na cidade” (D’INCAO, 1984, p. 19-20).

O êxodo rural leva com os trabalhadores as concepções rurais de organização de vida, articula-se um forte conservadorismo político através do mandonismo oligárquico com o

ideário liberal. Neste processo ocorre um choque cultural e ideológico, pois os trabalhadores rurais recém chegados na cidade com “suas vinculações recentes com o mundo rural comunitário não o deixam perceber que a liberdade relativa que a nova ordem lhe propicia é a única via por meio da qual ele pode lutar e reconquistar a segurança material” (IANNI, 1963, p. 105).

Na década de 1970 o Estado impulsiona uma valorização fundiária que viabilizou a expansão da indústria canavieira na década de 1980. Esta política “contribuiu para acentuar ainda mais a concentração fundiária, a expulsão de pequenos produtores e a concomitante expansão do assalariamento da força de trabalho agrícola. Provocou um êxodo rural, de quase 30 milhões de pessoas entre 1960 e 1980” (IAMAMOTO, 2001, p. 130). Desta maneira, a agroindústria canavieira paulista é um exemplo da fusão entre capitalista e proprietário fundiário. Criou-se um monopólio industrial e fundiário transformando-se em mecanismo de controle produtivo e político. “A usina é uma fábrica fora do lugar, da cidade para o campo. Parece inserida no processo de reprodução do capital agrário. Na usina, o capital agrário e industrial aparecem conjugados, subsumidos um ao outro” (IANNI, 1976, p. 36)

Um dos elementos centrais para compreensão da atual questão agrária é a estrutura fundiária do país. Temos a avaliação da estrutura agrária brasileira sob a ótica do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que ressalta e identifica a distribuição do espaço agrário segundo seus detentores. Também temos a visão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cujo dado reflete a ocupação deste espaço pelos produtores. Tanto o primeiro quanto o segundo evidencia o elevado grau de concentração da terra em ambas as situações, ainda que pesem as diferenças conceituais. A tabela a seguir permite confrontar os dados relativos ao número de imóveis rurais, estabelecimentos agrícolas e área ocupada, agrupados por intervalos de classe de área, segundo as duas fontes.

Distribuição dos Dados Cadastrais do INCRA e Censitários do IBGE

Classe de Área Total (ha)	Imóveis Rurais INCRA				Estabelecimentos Agropecuários IBGE			
	Número		Área (ha)		Número		Área (ha)	
	Mil	%	Milhões	%	Mil	%	Milhões	%
Até 10	908	31,1	4,4	1,4	3.065	52,9	10,0	2,7
De 10 a 100	1.601	54,7	51,9	16,8	2.160	37,3	69,6	18,6
De 100 a 1000	374	12,8	100,1	32,4	517	8,9	131,4	35,0
Acima de 1000	41	1,4	152,6	49,4	50	0,9	163,9	43,7
Total	2.924	100	309,0	100	5.792	100	374,9	100

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE-1985

Estatísticas Consolidadas do Recadastramento INCRA-1992

Os dados revelam, portanto, o que é consenso e o que está claro para o povo brasileiro.

Segundo a fonte do IBGE, enquanto 52,9% do número de propriedades com até 10ha ocupam apenas 2,7% da área fundiária, apenas 0,9% das propriedades com mais de 1 mil ha ocupam 43,7% do total da área fundiária do país.

Atualmente, vemos a substituição da pequena produção pela produção industrial e comercial, o campo vem se transformando no conhecido agronegócio. Tal substituição metamorfoseou a questão do colonato em duas expressões: de um lado, temos a questão dos bóias-frias como tendência de proletarização do homem do campo constituindo relações capitalistas em seu sentido pleno, pois são trabalhadores que vivem uma relação de exploração por meio do assalariamento, da extração da mais-valia em sua forma clássica; do outro lado, temos a questão do campesinato como grupo social no interior do capitalismo, são os pequenos sitiantes e os assentados provindos numericamente dos movimentos de luta pela terra²¹, que desenvolvem uma economia de subsistência com estrutura familiar. Alguns autores, por exemplo, Lênin e Kautsky²², analisaram que tais formas de existência tenderão a

²¹ Atualmente existem no Brasil mais de 60 movimentos e grupos que lutam pela terra. Só no Estado de São Paulo existem em torno de 20 desses movimentos. No entanto, o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) é o mais expressivo em todo o país (Informações obtidas em sala de aula, na disciplina **O mundo rural: a questão agrária e as relações capital/trabalho no campo**).

²² As principais obras dos autores citados são: LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a Grande Indústria. São Paulo: Abril Cultural, 1982 e KAUTSKY, K. **A questão Agrária**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.

desaparecer com o tempo, por outro lado, existem aqueles, no caso Rosa Luxemburgo e José de Souza Martins, que acreditam que formas de relações tipicamente capitalistas coexistem com relações não-capitalistas, pois

contrariam a idéia de que o capitalismo se expande de maneira única e que, portanto, o campesinato tende a desaparecer com o desenvolvimento do capitalismo, já que, em tal concepção seria inerente a ele despojar todos os trabalhadores de seus meios de produção e transformá-los em trabalhadores assalariados (BOMBARDI, 2004, p. 52).

Enquanto o objetivo da produção capitalista é a acumulação, a economia camponesa tipicamente familiar é a subsistência. Contudo, esta estrutura não elimina a exploração, apenas substitui a forma tradicional da extração da mais-valia através das relações de assalariamento pela sujeição da renda ao capital. Embora extensa, a seguinte citação esclarece melhor como tal mecanismo funciona:

Marx já havia demonstrado que o capital preserva, redefinindo e subordinando, relações pré-capitalistas. Provavelmente, o caso mais significativo é o da renda capitalista da terra. Sendo a terra um fator natural, sem valor porque não é resultado do trabalho humano, teoricamente não deveria ter preço. Mas, antes do advento do capitalismo, nos países europeus, o uso da terra estava sujeito a um tributo, ao pagamento da renda em trabalho, espécie ou dinheiro. Essas eram formas pré-capitalistas de renda decorrentes unicamente do fato de que algumas pessoas tinham o monopólio da terra; cuja utilização ficava, pois, sujeita a um tributo. O advento do capitalismo não fez cessar esta irracionalidade. Ao contrário, a propriedade fundiária, ainda que sob diferentes códigos, foi incorporada pelo capitalismo, contradição essa que se expressa na renda capitalista da terra. Tal renda nada mais tem a ver com o passado pré-capitalista, não é mais um tributo individual e pessoal do servo ao senhor; agora é um pagamento que toda a sociedade faz pelo fato de que uma classe preserva o monopólio da terra. A nova forma que ele assume é caracteristicamente capitalista, é oposta ao tributo historicamente anterior: nem os burgueses nem os proletários transferem diretamente uma parte dos seus lucros ou de seus salários aos proprietários. Entretanto, a composição orgânica diferencial do capital entre agricultura e indústria encarrega-se de fazer aparecer nas mãos dos proprietários a renda absoluta que aparentemente não é extraída de ninguém (MARTINS, 1979, p. 19)

O campesinato, portanto, resiste e se reproduz no interior do capitalismo atual. Esse processo se dá essencialmente por dois motivos, o primeiro é exatamente a lógica contraditória do sistema que produz a necessidade de ter relações que não são tipicamente

capitalistas em seu interior; o segundo representa o acesso a terra como um projeto de liberdade, fonte de autonomia no trabalho, meio de subsistência, de controle do tempo da vida, exatamente em contraposição ao trabalho sujeitado, mandado por outro, tal como membro do trabalho coletivo na indústria. São nesses meandros que os principais problemas gerados pela questão agrária se manifestam, que são os conflitos pela terra e a luta pela Reforma Agrária. Os conflitos pela terra representam um capítulo extenso dentro da questão agrária do país, não cabendo, portanto, abordá-los de forma geral. No entanto, será oportuno apresentarmos alguns principais conflitos na região que se localiza nossa pesquisa, ficando, portanto, para o próximo item.

Tais elementos são importantes para delimitarmos o objeto das ações educativas dos assistentes sociais, cujo perfil está sendo estudado. Portanto, o primeiro critério, para não fugirmos de nossa linha interpretativa, será o meio de subsistência do usuário, ou seja, de onde ele retira sua renda; o segundo é sua procedência: campo ou cidade; e o terceiro e último é sua identificação com o mundo rural.

3.2 A caracterização da sub-região de Andradina

A delimitação geográfica do presente trabalho é a sub-região de governo de Andradina, no Estado de São Paulo. Os municípios que fazem parte desta região são: Andradina, Castilho, Guaracaí, Ilha Solteira, Itapura, Mirandópolis, Murutinga do Sul, Nova Independência, Pereira Barreto, Sud Mennucci e Suzanápolis. Os municípios pesquisados foram: Andradina, Castilho, Ilha Solteira, Murutinga do Sul, Pereira Barreto, Sub Mennucci e Suzanápolis, ou seja, 63% dos municípios.

É importante registrar que todos os dados constantes neste item referentes a demografia foram retirados do censo de 2002 do IBGE e os dados referentes a produção teve como fonte o censo de 2003 também do IBGE. A região total ocupa cerca de 7.462 km², o total dos municípios pesquisados ocupam cerca de 4.830 km², ou seja, cerca de 64% da área total. O município de Castilho é o maior em extensão e Andradina é o maior em população. A população total dos municípios pesquisados gira em torno de 135 mil habitantes, sendo 41% moradores de Andradina.

A região participa com 0,65% do Produto Interno Bruto (PIB) no Estado, sua taxa de urbanização é de 89% e a renda *per capita* é em média 1,93 salários mínimo. O valor total adicionado ao PIB de 2002 foi de R\$ 2.439.446,00. Distribuídos em 10% na agropecuária, 70% na indústria e 20% no setor de serviços.

A maior parte da população ocupada se localiza no setor do comércio, com 35% do total, seguido das Indústrias de Transformação, cuja matéria-prima provém da agropecuária, ou seja, são frigoríficos, usinas de álcool e açúcar, transformação de borrachas, entre outras. Na tabela a seguir tem-se a visualização total dos trabalhadores e seus setores:

Setor	Unidades	%	Pessoas ocupadas	%
Agricultura	58	1,0	280	1,2
Pesca	4	0,04	*	0
Indústria de eletricidade	6	0,11	305	1,3
Indústrias extrativas	9	0,15	58	0,2
Indústria de Transformação	368	6,8	4.731	20,2
Construção	69	1,4	1.825	7,8
Comércio	3.349	62,0	8.185	35,0
Alojamento e alimentação	489	9,0	891	3,8
Transportes	211	4,0	663	2,8
Intermediação financeira	47	0,8	326	1,4
Atividades Imobiliárias	212	4,0	758	3,4
Serviços	553	10,2	2.678	11,4
Adm. Pública	23	0,5	2.694	11,5
Total	5.396	100	23.394	100

* Não disponível

Na lavoura temporária o principal produto é a cana-de-açúcar, ocupando 38% do total da área produzida, no ano de 2003 sua produção ultrapassou 1,7 milhões de toneladas. Depois da cana-de-açúcar vem o milho ocupando mais de 29% da área produzida e com mais de 87 mil toneladas de produção. A tabela a seguir demonstra os principais produtos, a quantidade da produção, o valor e a área produzida por hectare:

Lavoura Temporária

Produto	Produção	Valor da produção / por mil reais	%	Área produzida por hectare	%
Abacaxi	23.658 mil frutos	9.303	8,37	873	1,5
Algodão	1.441 toneladas	1.472	1,32	595	1,0
Arroz	306 toneladas	143	0,13	177	0,3
Cana-de-açúcar	1.784.881 toneladas	52.039	46,8	22,350	38,0
Feijão	15.262 toneladas	19.883	17,88	12.850	21,8
Mandioca	15.505 toneladas	3.676	3,31	773	1,3
Amendoim	38 toneladas	29	0,03	15	0,03
Melancia	300 toneladas	66	0,06	10	0,02
Milho	87.333 toneladas	19.924	18,0	17.232	29,3
Melão	371 toneladas	267	0,2	14	0,02
Soja	7.791 toneladas	3.646	3,3	2.911	4,93
Sorgo granífero	2.136 toneladas	734	0,6	1.110	1,8
Total		111.182	100	58.910	100

Na lavoura permanente a região tem a laranja como principal produto, representando mais de 31% do total da área produzida, e com mais de 43 mil toneladas de produção. Os principais produtos estão descritos na tabela a seguir:

Lavoura Permanente

Produto	Produção	Valor da produção / por mil reais	%	Área produzida por hectare	%
Banana	10.800 toneladas	3.668	15,6	1.020	23,5
Borracha	851 toneladas	1.058	4,5	401	9,30
Café	168 toneladas	224	0,10	234	5,4
Coco-da-baía	1.275 mil frutos	576	2,5	123	2,8
Laranja	43.695 toneladas	12.796	54,5	1.356	31,3
Limão	2.922 toneladas	1.055	4,5	198	4,6
Manga	11.736 toneladas	1.597	7,0	841	19,4
Tangerina	560 toneladas	175	1,0	30	0,7
Goiaba	3.000 toneladas	1.650	7,0	100	2,3
Palmito	5 toneladas	6	0,03	3	0,07
Uva	69 toneladas	96	0,5	4	0,09
Mamão	810 toneladas	624	2,76	18	0,47
Urucum	5 toneladas	3	0,01	3	0,07
Total		23.528	100	4.331	100

A pecuária de corte é destaque na economia agrária. A seguir apresentaremos toda a produção pecuária por cabeça ou quantidade:

Descrição	Valor e Unidade
Bovinos	487.729 cabeças
Suínos	9.139 cabeças
Eqüinos	11.254 cabeças
Asininos	98 cabeças
Muares	1.239 cabeças
Bubalinos	349 cabeças
Ovinos	8.032 cabeças
Galinhas	381.458 cabeças
Galos, frangos e pintos	126.701 cabeças
Caprinos	422 cabeças
Vacas ordenhadas	36.703 cabeças
Leite de vaca	27.375 mil litros
Ovos de galinha	8.715 mil dúzias
Mel de abelha	4.040 kg

Para se ter uma visão mais detalhada das condições de desenvolvimento econômico urbano e rural apresentaremos a seguir as principais características dos municípios pesquisados.

Andradina

O número de habitantes na cidade de Andradina é de em torno 56 mil, sendo 52 mil urbanos e 4 mil na zona rural. Sua extensão territorial é de 960 km². Grande parte das indústrias está direta ou indiretamente vinculada ao setor agropecuário, são frigoríficos, usinas açucareiras, indústria de borracha, produtos alimentícios, entre outros. As empresas estão distribuídas da seguinte forma:

Setor	Unidades	%	Pessoas ocupadas	%
Agricultura	18	0,7	85	0,7
Indústrias extrativas	3	0,1	24	0,2
Indústria de Transformação	150	6,4	3.735	30,7
Construção	36	1,5	321	2,6
Comércio	1.519	64,5	4.480	36,8
Alojamento e alimentação	186	7,9	484	4,0
Transportes	112	4,8	363	3,0
Intermediação financeira	20	0,8	190	1,6
Atividades Imobiliárias	106	4,5	285	2,3
Serviços	194	8,3	819	6,7
Adm. Pública	11	0,5	1.382	11,4
Total	2.355	100	12.168	100

O valor adicionado ao PIB (Produto Interno Bruto) em 2002 foi de R\$ 541.389,00 distribuídos 14% na agropecuária, 44% na indústria e 42% em serviços.

Os produtos com o valor da produção e a distribuição por área plantada e colhida encontram-se nas seguintes tabelas:

Lavoura Temporária

Produto	Produção	Valor da produção / por mil reais	%	Área produzida por hectare	%
Abacaxi	15.700 frutos	5.809	11,50	600	2,82
Algodão	498 toneladas	533	1,00	200	0,95
Arroz	48 toneladas	23	0,05	20	0,10
Cana-de-açúcar	1.060.000 toneladas	32.860	65,20	13.250	62,50
Feijão	2.030 toneladas	3.376	6,70	1.450	6,70
Mandioca	4.975 toneladas	1.149	2,30	230	1,08
Melancia	300 toneladas	66	0,13	10	0,05
Milho	23.040 toneladas	5.368	10,64	4.400	20,80
Soja	2.520 toneladas	1.235	2,48	1.050	5,00
Total		50.419	100	21.210	100

Temos a Cana-de-açúcar como principal e maior produto da agricultura do município, representando mais de 62% do total da área produzida no município, seguida do milho com 20% da área. Na lavoura permanente, temos:

Lavoura Permanente

Produto	Produção	Valor da produção / por mil reais	%	Área produzida por hectare	%
Borracha	200 toneladas	260	17,43	125	22,9
Café	75 toneladas	185	12,40	50	9,2
Coco-da-baía	300 mil frutos	138	9,30	24	4,4
Laranja	102 toneladas	31	2,07	3	0,5
Limão	800 toneladas	290	19,50	25	4,5
Manga	4.092 toneladas	512	34,30	310	56,7
Tangerina	240 toneladas	75	5,00	10	1,8
Total		1.491	100	547	100

A produção pecuária por cabeça ou quantidade se distribui da seguinte maneira:

Descrição	Valor e Unidade
Bovinos	98.112 cabeças
Suínos	2.611 cabeças
Eqüinos	3.170 cabeças
Asininos	12 cabeças
Muare	91 cabeças
Bubalinos	169 cabeças
Ovinos	975 cabeças
Galinhas	14.420 cabeças
Galos, frangos e pintos	5.800 cabeças
Caprinos	132 cabeças
Vacas ordenhadas	8.545 cabeças
Leite de vaca	7.350 mil litros
Ovos de galinha	263 mil dúzias
Mel de abelha	540 kg

Castilho

O município de Castilho possui cerca de 15 mil habitantes, sendo 12 mil da zona urbana e 3 mil da zona rural. A extensão territorial é de 1.063 km². As empresas e o número de trabalhadores estão distribuídos da seguinte forma:

Setor	Unidades	%	Pessoas ocupadas	%
Agricultura	20	6,1	36	4,5
Indústrias extrativas	5	1,5	34	4,3
Indústria de Transformação	22	6,7	51	6,5
Comércio	189	57,8	425	53,8
Alojamento e alimentação	24	7,3	34	4,3
Transportes	8	2,5	26	3,3
Intermediação financeira	2	0,5	*	
Atividades Imobiliárias	10	3,0	42	5,3
Serviços	47	14,0	143	18
Adm. Pública	2	0,5	*	0
Total	329	100	791	100

* Não disponível

O valor adicionado ao PIB (Produto Interno Bruto) em 2002 foi de R\$ 514.959,00 distribuídos 5% na agropecuária, 86% na indústria e 9% em serviços.

Os produtos com o valor da produção e a distribuição por área plantada e colhida encontram-se nas seguintes tabelas:

Lavoura Temporária

Produto	Produção	Valor da produção / por mil reais	%	Área produzida por hectare	%
Abacaxi	450 mil frutos	167	1,5	18	0,3
Algodão	675 toneladas	722	5,2	250	4,0
Arroz	216 toneladas	102	0,8	120	1,7
Cana-de-açúcar	126.400 toneladas	3.918	28,0	1.580	23,0
Feijão	1.760 toneladas	2.927	21,0	800	12,0
Mandioca	9.000 toneladas	2.079	15,0	480	7,0
Milho	10.200 toneladas	2.550	18,3	2.000	29,0
Soja	1.656 toneladas	811	6,0	690	10,0
Sorgo granífero	1.620 toneladas	632	4,5	900	13,0
Total		13.908	100	6.838	100

Temos a produção de milho como principal e maior produto da agricultura do município, representando mais de 29% do total da área produzida no município, seguida da cana-de-açúcar com 23% da área. Na lavoura permanente, temos:

Lavoura Permanente

Produto	Produção	Valor da produção / por mil reais	%	Área produzida por hectare	%
Borracha	173 toneladas	225	16,6	62	60,6
Limão	480 toneladas	174	12,9	20	6,7
Mamão	810 toneladas	624	46,0	18	6,0
Manga	2.640 toneladas	330	24,5	200	66,7
Total		1.353	100	300	100

A produção pecuária por cabeça ou quantidade se distribui da seguinte maneira:

Descrição	Valor e Unidade
Bovinos	107.720 cabeças
Suínos	2.312 cabeças
Eqüinos	3.032 cabeças
Asininos	10 cabeças
Muare	118 cabeças
Ovinos	790 cabeças
Galinhas	6.800 cabeças
Galos, frangos e pintos	8.200 cabeças
Caprinos	62 cabeças
Vacas ordenhadas	7.000 cabeças
Leite de vaca	4.505 mil litros
Ovos de galinha	29 mil dúzias
Mel de abelha	3.500 kg

Ilha Solteira

O município de Ilha Solteira possui cerca de 25 mil habitantes, sendo 24 mil da zona urbana e 1 mil da zona rural. Sua extensão territorial é de 659 km². As empresas e o número de trabalhadores estão distribuídos da seguinte forma:

Setor	Unidades	%	Pessoas ocupadas	%
Pesca	2	0,2	*	0
Indústrias de eletricidade	1	0,08	*	0
Indústria de Transformação	84	7,3	279	4,5
Construção	13	1,12	1.442	22,8
Comércio	716	62,5	1.564	24,8
Alojamento e alimentação	102	9,0	154	2,5
Transportes	20	1,8	91	1,5
Intermediação financeira	9	0,7	64	1,0
Atividades Imobiliárias	46	4,0	328	5,0
Serviços	150	13,0	1.238	19,5
Adm. Pública	3	0,3	1.166	18,4
Total	1.146	100	6.326	100

* Não disponível

O valor adicionado ao PIB (Produto Interno Bruto) em 2002 foi de R\$ 929.552,00.

Distribuídos 2% na agropecuária, 88% na indústria e 10% em serviços.

Os produtos com o valor da produção e a distribuição por área plantada e colhida encontram-se nas seguintes tabelas:

Lavoura Temporária

Produto	Produção	Valor da produção / por mil reais	%	Área produzida por hectare	%
Algodão	50 toneladas	43	0,5	25	0,3
Arroz	18 toneladas	8	0,1	15	0,1
Feijão	4.614 toneladas	5.352	55,0	4.290	54,0
Mandioca	1.245 toneladas	349	3,6	45	0,5
Milho	17.280 toneladas	3.629	37,5	3.200	40,0
Soja	516 toneladas	227	2,3	210	2,6
Sorgo granífero	492 toneladas	98	1	200	2,5
Total		9.706	100	7.985	100

Em Ilha Solteira a produção de feijão ocupa a maior área produzida, representando 54% do total da área produzida no município, seguida do milho com 40% da área. Na lavoura permanente, temos a seguinte disposição:

Lavoura Permanente

Produto	Produção	Valor da produção / por mil reais	%	Área produzida por hectare	%
Banana	4.000 toneladas	1.360	42,5	400	60,0
Café	2 toneladas	2	0,06	8	1,2
Coco-da-baía	304 mil frutos	137	4,3	48	7,2
Laranja	5.694 toneladas	1.651	51,7	203	30,0
Limão	18 toneladas	4	0,12	1	0,1
Manga	66 toneladas	11	0,34	7	1,0
Palmito	5 toneladas	6	0,18	3	0,4
Uva	24 toneladas	24	0,8	1	0,1
Total		3.195	100	671	100

A produção pecuária por cabeça ou quantidade se distribui da seguinte maneira:

Descrição	Valor e Unidade
Bovinos	55.652 cabeças
Suínos	541 cabeças
Eqüinos	712 cabeças
Asininos	12 cabeças
Muare	300 cabeças
Ovinos	339 cabeças
Galinhas	15.225 cabeças
Galos, frangos e pintos	33.120 cabeças
Caprinos	50 cabeças
Vacas ordenhadas	4.723 cabeças
Leite de vaca	5.100 mil litros
Ovos de galinha	267 mil dúzias

Murutinga do Sul

Murutinga do Sul possui cerca de 4 mil habitantes, sendo 2,5 mil da zona urbana e 1,5 mil da zona rural. Sua extensão territorial é de 248 km². As empresas e o número de trabalhadores estão distribuídos da seguinte forma:

Setor	Unidades	%	Pessoas ocupadas	%
Indústria de Transformação	11	10,3	18	11,6
Construção	1	1,0	*	0
Comércio	41	38,6	79	51,5
Alojamento e alimentação	13	12,3	12	7,8
Transportes	9	8,5	10	6,5
Intermediação financeira	2	1,9	*	0
Atividades Imobiliárias	8	7,5	14	9,0
Serviços	19	18	21	13,6
Adm. Pública	2	1,9	*	0
Total	106	100	154	100

* Não disponível

O valor adicionado ao PIB (Produto Interno Bruto) em 2002 foi de R\$ 41.417,00. Distribuídos 64% na agropecuária, 5% na indústria e 31% em serviços.

Os produtos com o valor da produção e a distribuição por área plantada e colhida encontram-se nas seguintes tabelas:

Lavoura Temporária

Produto	Produção	Valor da produção / por mil reais	%	Área produzida por hectare	%
Abacaxi	5.900 mil frutos	2.183	42,5	175	8,0
Feijão	660 toneladas	1.210	23,5	600	27,6
Mandioca	225 toneladas	81	1,5	15	0,7
Milho	6.240 toneladas	1.560	30,5	1.300	60,0
Soja	192 toneladas	94	2	80	3,7
Total		5.128	100	2.170	100

Murutinga do Sul tem o milho como principal produto, ocupando uma área de produção de 60% do total da área produzida no município. Na lavoura permanente, temos a seguinte disposição:

Lavoura Permanente

Produto	Produção	Valor da produção / por mil reais	%	Área produzida por hectare	%
Banana	100 toneladas	30	1,0	10	2
Café	72 toneladas	18	0,6	120	25
Goiaba	3.000 toneladas	1.650	56,7	100	20
Laranja	1.224 toneladas	367	12,6	47	9
Limão	1.600 toneladas	581	20,0	100	20
Manga	1.320 toneladas	165	5,7	100	20
Tangerina	320 toneladas	100	3,4	20	4
Total		2.911	100	497	100

A produção pecuária por cabeça ou quantidade se distribui da seguinte maneira:

Descrição	Valor e Unidade
Bovinos	33.605 cabeças
Suínos	520 cabeças
Eqüinos	920 cabeças
Asininos	14 cabeças
Muare	40 cabeças
Bubalinos	20 cabeças
Ovinos	360 cabeças
Galinhas	7.600 cabeças
Galos, frangos e pintos	4.500 cabeças
Caprinos	47 cabeças
Vacas ordenhadas	2.300 cabeças
Leite de vaca	1.300 mil litros
Ovos de galinha	649 mil dúzias

Pereira Barreto

Pereira Barreto possui cerca de 25 mil habitantes, sendo 23 mil da zona urbana e 2 mil da zona rural. Sua extensão territorial é de 980 km². As empresas e o número de trabalhadores estão distribuídos da seguinte forma:

Setor	Unidades	%	Pessoas ocupadas	%
Agricultura	14	1,2	114	3,5
Indústria extrativas	1	0,1	*	0
Indústria de Transformação	73	6,5	231	8,0
Produção de eletricidade	4	0,3	305	10,5
Construção	13	1,1	36	1,2
Comércio	702	61,2	1.381	46,5
Alojamento e alimentação	126	11,0	161	5,5
Transportes	51	4,5	152	5,1
Intermediação financeira	12	1,0	72	2,5
Atividades Imobiliárias	33	2,8	75	2,7
Serviços	117	10,2	429	14,5
Adm. Pública	1	0,1	*	0
Total	1.147	100	2.956	100

* Não disponível

O valor adicionado ao PIB (Produto Interno Bruto) em 2002 foi de R\$ 306.890,00.

Distribuídos 17% na agropecuária, 56% na indústria e 27% em serviços.

Os produtos com o valor da produção e a distribuição por área plantada e colhida encontram-se nas seguintes tabelas:

Lavoura Temporária

Produto	Produção	Valor da produção / por mil reais	%	Área produzida por hectare	%
Abacaxi	945 mil frutos	680	7,0	45	0,6
Algodão	186 toneladas	149	1,5	100	1,5
Amendoim	25 toneladas	20	0,2	10	0,1
Arroz	12 toneladas	5	0,05	10	0,1
Cana-de-açúcar	121.095 toneladas	3.088	31,35	2.127	30,3
Feijão	1.404 toneladas	1.601	16,2	1.450	20,5
Melão	371 toneladas	267	2,7	14	0,2
Milho	12.000 toneladas	2.760	28,0	2.420	34,2
Soja	2.907 toneladas	1.279	13,0	881	12,5
Total		9.849	100	7.057	100

Pereira Barreto tem o milho ocupando a maior área produtiva, representa mais de 30% do total da área produzida no município, seguido da cana-de-açúcar com 30% da área total produzida. Na lavoura permanente, temos a seguinte disposição:

Lavoura Permanente

Produto	Produção	Valor da produção / por mil reais	%	Área produzida por hectare	%
Banana	1500 toneladas	510	11,1	100	12,8
Borracha	65 toneladas	78	1,7	24	3,0
Café	3 toneladas	3	0,06	10	1,2
Coco-da-baía	440 mil frutos	202	4,44	22	2,8
Laranja	10.608 toneladas	3.182	70,0	403	51,5
Manga	3.618 toneladas	579	12,7	224	28,7
Total		4.554	100	783	100

A produção pecuária por cabeça ou quantidade se distribui da seguinte maneira:

Descrição	Valor e Unidade
Bovinos	108.462 cabeças
Suínos	2.125 cabeças
Eqüinos	1.543 cabeças
Asininos	28 cabeças
Muare	350 cabeças
Bubalinos	100 cabeças
Ovinos	3.736 cabeças
Galinhas	284.913 cabeças
Galos, frangos e pintos	39.181 cabeças
Caprinos	50 cabeças
Vacas ordenhadas	8.630 cabeças
Leite de vaca	5.400 mil litros
Ovos de galinha	6.641 mil dúzias

Sud Mennucci

O município de Sud Mennucci possui cerca de 7 mil habitantes, sendo 6 mil da zona urbana e 1 mil da zona rural. Sua extensão territorial é de 591 km². As empresas e o número de trabalhadores estão distribuídos da seguinte forma:

Setor	Unidades	%	Pessoas ocupadas	%
Agricultura	5	2,5	45	6,6
Pesca	1	0,5	*	0
Indústria de Transformação	19	9,0	355	52,2
Produção de eletricidade	1	0,5	*	0
Construção	4	1,9	26	3,8
Comércio	116	55,2	159	23,5
Alojamento e alimentação	26	12,5	34	5,0
Transportes	10	4,7	21	3,0
Intermediação financeira	2	1,0	*	0
Atividades Imobiliárias	8	3,8	14	2,0
Serviços	17	8,0	26	3,9
Adm. Pública	1	0,5	*	0
Total	210	100	680	100

* Não disponível

O valor adicionado ao PIB (Produto Interno Bruto) em 2002 foi de R\$ 72.530,00. Distribuídos 41% na agropecuária, 25% na indústria e 34% em serviços.

Os produtos com o valor da produção e a distribuição por área plantada e colhida encontram-se nas seguintes tabelas:

Lavoura Temporária

Produto	Produção	Valor da produção / por mil reais	%	Área produzida por hectare	%
Algodão	32 toneladas	25	0,2	20	0,3
Cana-de-açúcar	415.183 toneladas	10.587	91,5	4.662	82,5
Feijão	54 toneladas	61	0,8	60	1,0
Mandioca	60 toneladas	18	0,4	3	0,05
Milho	3.780 toneladas	832	7,0	900	16,0
Sorgogranífero	24 toneladas	4	0,1	10	0,15
Total		11.527	100	5.655	100

A cidade de Sub Mennucci tem na cana-de-açúcar seu principal produto, ocupando a maior área produtiva, mais de 80% do total da área produzida no município. Na lavoura permanente, temos a seguinte disposição:

Lavoura Permanente

Produto	Produção	Valor da produção / por mil reais	%	Área produzida por hectare	%
Banana	200 toneladas	68	1,0	10	1,1
Borracha	356 toneladas	427	5,4	150	16,6
Café	12 toneladas	12	2,0	36	4,0
Laranja	25.459 toneladas	7.383	90,1	650	72,1
Limão	24 toneladas	6	1,0	52	5,8
Urucum	5 toneladas	3	0,5	3	0,4
Total		7.899	100	901	100

A produção pecuária por cabeça ou quantidade se distribui da seguinte maneira:

Descrição	Valor e Unidade
Bovinos	49.831 cabeças
Suínos	600 cabeças
Eqüinos	1.400 cabeças
Asininos	9 cabeças
Muare	280 cabeças
Ovinos	650 cabeças
Galinhas	7.500 cabeças
Galos, frangos e pintos	3.900 cabeças
Caprinos	60 cabeças
Vacas ordenhadas	3.195 cabeças
Leite de vaca	2.300 mil litros
Ovos de galinha	130 mil dúzias

Suzanápolis

O município de Suzanápolis possui cerca de 3 mil habitantes, sendo 2 mil da zona urbana e 1 mil da zona rural. Sua extensão territorial é de 328 km². As empresas e o número de trabalhadores estão distribuídos da seguinte forma:

Setor	Unidades	%	Pessoas ocupadas	%
Agricultura	1	1,0	*	0
Pesca	1	1,0	*	0
Indústria de Transformação	9	8,5	62	19,5
Construção	2	1,9	*	0
Comércio	66	62,8	97	30,5
Alojamento e alimentação	12	11,5	12	3,7
Transportes	1	1,0	*	0
Atividades Imobiliárias	1	1,0	*	0
Serviços	9	8,5	2	0,6
Adm. Pública	3	2,8	146	45,7
Total	105	100	319	100

* Não disponível

O valor adicionado ao PIB (Produto Interno Bruto) em 2002 foi de R\$ 32.709,00. Distribuídos 47% na agropecuária, 25% na indústria e 28% em serviços.

Os produtos com o valor da produção e a distribuição por área plantada e colhida encontram-se nas seguintes tabelas:

Lavoura Temporária

Produto	Produção	Valor da produção / por mil reais	%	Área produzida por hectare	%
Abacaxi	663 mil frutos	464	4,4	35	0,4
Amendoim	13 toneladas	9	0,15	5	0,06
Arroz	12 toneladas	5	0,05	12	0,14
Cana-de-açúcar	62.203 toneladas	1.586	14,8	731	9,2
Feijão	4.740 toneladas	5.356	50,3	4.200	52,5
Milho	14.793 toneladas	3.225	30,3	3.012	37,7
Total		10.645	100	7.995	100

Suzanápolis tem o feijão como maior produto do município, ocupando a área produtiva de mais de 50% do total da área produzida no município. Na lavoura permanente, temos a seguinte disposição:

Lavoura Permanente

Produto	Produção	Valor da produção / por mil reais	%	Área produzida por hectare	%
Banana	5.000 toneladas	1.700	80,0	500	79,1
Borracha	57 toneladas	68	3,2	40	6,4
Café	4 toneladas	4	0,2	10	1,5
Coco-da-baía	231 mil frutos	99	4,6	29	4,5
Laranja	608 toneladas	182	8,5	50	8,0
Uva	45 toneladas	72	3,5	3	0,5
Total		2.125	100	632	100

A produção pecuária por cabeça ou quantidade se distribui da seguinte maneira:

Descrição	Valor e Unidade
Bovinos	34.347 cabeças
Suínos	430 cabeças
Eqüinos	477 cabeças
Asininos	13 cabeças
Muare	60 cabeças
Bubalinos	60 cabeças
Ovinos	1.182 cabeças
Galinhas	45.000 cabeças
Galos, frangos e pintos	32.000 cabeças
Caprinos	21 cabeças
Vacas ordenhadas	2.310 cabeças
Leite de vaca	1.420 mil litros
Ovos de galinha	736 mil dúzias

Estas, portanto, foram as principais características dos municípios que abrangem a pesquisa. Os dados escolhidos foram aqueles que estão diretamente ligados à economia rural, ou seja, vinculados à questão agrícola e agrária. Analisaremos no próximo item algumas das expressões da questão agrária na região, sobretudo, no que tange aos conflitos envolvendo a questão da terra.

3.2.1 As expressões da questão agrária na sub-região de Andradina

A região de Andradina reflete de modo particular a estrutura fundiária do país. Esta particularidade representou no Estado de São Paulo uma das regiões que gerou grandes e intensos conflitos agrários e, portanto, um dos berços do MST no Estado: “Em São Paulo, o fato desencadeador da gestação do MST foi um conflito entre os posseiros e o grileiro da Fazenda Primavera, localizada no município de Andradina” (CALDART, 2000, p. 75).

Na ocasião, final da década de 1970 e início de 1980, os posseiros da Fazenda pagavam renda ao grileiro. Mas no início da década de 1970, o proprietário começou a criar gado trazido do Mato Grosso, expulsando os posseiros da fazenda e, por meio de jagunços, começou a destruir suas lavouras e queimar suas casas. Com o assassinato de um dos posseiros, o grupo decidiu procurar o Poder Judiciário e solicitar uma intervenção no conflito. O jornal *O Estado de São Paulo*, em 04 de dezembro de 1979, apresenta a seguinte notícia²³:

Na manifestação de Andradina, a acusação a Abdalla

Portando faixas de protesto contra o grupo J. J. Abdalla, mais de 1500 trabalhadores de 47 sindicatos rurais participaram, no último sábado, de um encontro promovido pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado, em Andradina. Foram levar solidariedade às 300 famílias de posseiros da Fazenda Primavera, naquela cidade, há vários anos, ameaçadas de despejo em consequência de processos judiciais que apuram a propriedade da gleba.

... Devanite Medeiros, mulher de um dos posseiros da Fazenda Primavera, procurou demonstrar o clima de tensão reinante na propriedade, onde, segundo informou, “seu pai foi barbaramente assassinado, a destruição de cercas é constante e a liberação

do gado sobre as plantações é uma rotina dos jagunços contratados por J. J. Abdalla”.

(O Estado de São Paulo, 4 de dezembro de 1979)

²³ Fonte: **REVISTA DA ABRA** (Associação Brasileira de Reforma Agrária), CD-Room, ano 09, n. 06, dez/nov, 1979, p. 61-62.

Em 1979 criou-se na região a CPT (Comissão Pastoral da Terra) que proporcionou um espaço para organização dos posseiros, que culminou na desapropriação da Fazenda Primavera e implantação do assentamento em julho de 1980. Em 09 de julho publica-se a seguinte matéria²⁴:

“Reforma agrária atinge terras de J. J. Abdala”

O presidente João Figueiredo declarou ontem “de interesse social para fins de desapropriação” e “área prioritária para fins de reforma agrária” a Fazenda Primavera, de 9.595,30 hectares, em São Paulo, “cuja propriedade — ainda segundo o decreto — é atribuída às indústrias José João Abdalla S.A.”. A área se estende pelas cidades de Andradina, Castilho e Nova Independência. Como existe dúvida quanto à sua propriedade, a medida ressalva “o direito da União de questionar o domínio das terras tituladas irregularmente”.

(O Estado de São Paulo, 09 de julho de 1980)

Esta ação abriu caminho nos anos seguintes para mais ocupações de terras na região e, sobretudo, para organização dos trabalhadores, conforme notícia²⁵:

São Paulo

Encontro de “Sem Terra” reuniu mais de 1000 em Andradina

No dia 30 de janeiro passado, foi realizado em Andradina, o II Encontro dos “Sem Terra” da região, reunindo “bóias-frias” e lideranças da Comissão Pastoral da Terra — CPT — de Andradina e Três Lagoas.

Os “Sem Terra” — como auto-intitulam-se os trabalhadores “bóias-frias” — reivindicam uma solução correta e rápida para o problema da redistribuição da terra, da reforma agrária, alegando que a terra é o único meio encontrado para sobreviverem.

O encontro foi realizado no salão paroquial da Igreja N.S. das Graças, e contou com a participação de mais de 1200 lavradores da região.

Num trecho do documento saído do encontro, os trabalhadores expressaram-se sobre a necessidade da terra, dizendo: “Queremos terra para trabalhar, para sustentar a família, para ter um lugar para morar, para ter fartura. Sem terra não fazemos nada...”.

(O Jornal da Região, Andradina, de 01 de fevereiro de 1983)

²⁴ Idem, ano 10, n. 03, mai/jun, 1980, p. 32.

²⁵ Idem, ano 13, n. 1 e 2, jan/abril, 1983, p. 55.

As análises e registros da situação da questão agrária na maioria do Estado eram de competência da CPT, na região não foi diferente, conforme mostra o seguinte manifesto, que denuncia as péssimas condições em que os trabalhadores rurais estavam submetidos²⁶:

— **Arbitrariedades contra agentes de pastoral**

“O Conselho de Pastoral da região de Guararapes a Castilho, Diocese de Lins, reunido em Andradina, no dia 14/07/83, para estudar a estrutura fundiária e a situação do trabalhador rural, manifesta-se denunciando as más condições de vida e de trabalho (principalmente dos cortadores de cana), situação que ainda permanece, apesar de reuniões com representantes do governo estadual e das destilarias de álcool:

— Na maioria das usinas não existe registro em carteira para os cortadores de cana;

— A média salarial é baixa, não oferecendo condições para uma vida digna;

— Os cortadores de cana são obrigados a comprar seus próprios instrumentos de trabalho;

— Geralmente os veículos que transportam os cortadores não obedecem às exigências estabelecidas no Código Nacional de Trânsito, colocando em risco a vida dos trabalhadores;

— Existem na região muitos trabalhadores vindos de outros estados (GO, PR, BA, CE), atraídos por promessas falsas feitas por intermediários inescrupulosos;

— Quanto ao alojamento, as usinas costumam utilizar prédios em péssimas condições de conservação, não oferecendo as mínimas condições de higiene e salubridade;

— O preço da alimentação é muito acima dos 25% do salário mínimo previsto na lei;

— Como agravante, a Igreja está sendo impedida de realizar um trabalho junto aos cortadores de cana, como aconteceu no dia 13/07 em Valparaíso (SP), quando agentes da CPT, por solicitação de funcionários da Usina, foram levados à Delegacia de Polícia local (à noite, 20 hrs, e somente liberados às 4 hrs da ma-

nhã) para prestarem esclarecimentos, o que impediu a realização de uma reunião com os cortadores de cana.

Repudiamos os fatos acima mencionados, a exploração dos cortadores de cana e a arbitrariedade sofrida pelos agentes de pastoral.

Andradina, 14/07/83”

O Conselho Regional de Pastoral da Região
de Guararapes a Castilho

A grande parte dos conflitos na região entre 1971 a 1981 envolvia, de um lado, posseiros e assalariados rurais, e, do outro, grandes proprietários e o Estado, conforme artigo de Elide Rugai Bastos²⁷:

Há seis movimentos de posseiros, embora mais dois envolvam lutas em torno da posse da terra. O próprio movimento dos assalariados rurais é um movimento que não diz respeito apenas a questões salariais; é uma luta pelo acesso à terra. Apenas um dos movimentos diz respeito a melhorias salariais

²⁶ Idem, ano 13, n. 4, jul/agosto, 1983, p. 44-45.

²⁷ BASTOS, Elide Rugai (et all). Os conflitos sociais no campo no Estado de São Paulo. **REVISTA DA ABRA**, CD-ROOM, ano 13, n. 05, set/out, 1983, p. 30.

Conforme o mesmo artigo o principal movimento era o já citado conflito entre posseiros e a Fazenda Primavera, que envolvia cerca de 300 famílias e 1.200 agricultores, cuja solução oficial foi a

a desapropriação e distribuição de título de posse, sob coordenação do INCRA, que tem a função de executar a intervenção governamental, cria 300 unidades familiares distribuídas entre os posseiros ali residentes há 30 anos. Pudemos perceber que as medidas de iniciativa do Estado para a solução desses problemas quase sempre canalizam-se em termos de projetos de colonização²⁸

No entanto, o conflito se prolongou, pois após a distribuição das terras em novembro de 1981 verificou-se sobras de terras; ao invés de ser distribuída foi cercada para 2.400 cabeças de gado de J. J. Abdalla. Tal situação reanimou a luta, aumentou a mobilização e a pressão da imprensa e do parlamento junto ao Incra, resultando no início de 1982 o assentamento de mais 13 famílias de bóias-frias²⁹.

Todos os passos do movimento procuravam envolver o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. O conflito na Fazenda Primavera é um exemplo disso, conforme consta na seguinte carta³⁰:

“Senhor Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Andradina, nós do grupo do Movimento dos Sem Terra de Andradina e de Nova Independência vamos para a sede da Fazenda Primavera para falar com o Incra reivindicando as sobras das terras da Fazenda Primavera. Nós queremos que o senhor vai junto acompanhar nós como presidente do sindicato. Nós vamos dia 10 de novembro, ou seja quinta feira na parte de cedo. É para estar com nós na sede da Fazenda Primavera às 9 horas da manhã. Nós contamos com o seu apoio e a sua presença. O grupo dos Sem Terra”.

Um relato feito pela Frente Nacional do Trabalho em 1981³¹ descreve como as forças sociais e políticas atuam na questão agrária de modo geral, e na região em particular. No relato, além de vermos um resumo do conflito na Fazenda Primavera, vemos o Estado,

²⁸ Ibidem, p. 33.

²⁹ Movimento dos Sem Terra do Oeste do Estado de São Paulo: histórico e lutas. **REVISTA DA ABRA**, CD-ROOM, ano 13, n. 05, set/out, 1983, p. 36.

³⁰ Ibidem, p. 42.

³¹ Desapropriação por interesse social: realidade da aplicação. Idem, ano 14, n. 02, mar/abril, 1984, p. 24-25.

representado pelo Incra, e a sociedade civil, representado pelos meios de comunicação e a Igreja, embora extenso vale a penas transcrevê-lo:

“Fazenda grilada por J.J. Abdalla em 1963... As primeiras tentativas por parte de Abdalla no sentido de expulsar os posseiros da Fazenda Primavera deu-se nos anos 71/73.

Dessa época uma morte um tanto misteriosa acompanhada de muita violência; houve colocação de porteiras a fim de impedir a saída da produção dos lavradores. Os lavradores eram pressionados a desfazerem-se de seus animais; começou a se proibir a presença da Igreja na fazenda. Assim, igualmente, deu-se o início da reação por parte dos lavradores, principalmente das mulheres e, neste momento, começou a se perceber quem era pró e contra o povo constatando-se o peleguismo do sindicato, suas manobras contra os interesses dos posseiros e a favor do Abdalla. Que a Igreja surgia ao lado do povo e ajudando a dar organicidade à luta; a presença de uns oito advogados, no decorrer dos conflitos, ao lado do povo; a Federação dos Trabalhadores na Agricultura liderando a luta pela desapropriação — que acabou acontecendo no dia 8 de julho de 1980.

Nessa altura apareceu o INCRA, já em posição de guerra contra a Igreja. O pessoal do INCRA dizia que lugar de padre era rezando missa... Por sua vez, o prefeito pede ao governo federal para introduzir uma usina-cooperativa na área... Com o INCRA surge a promessa da entrega dos títulos de propriedade para os posseiros. A partir daí os lavradores passam a viver o drama de uma medição que jamais acontecia. A direção do INCRA (militar) é ditadora, transformou as lideranças dos lavradores em uma comissão sobre a qual mantém uma total dominação, fazendo-os romper com as bases. O diretor do INCRA, um major, costuma afirmar que o povo vai ficar nas terras até quando ele quiser; enfim, o INCRA controla a liderança, desorganiza o povo, não admite que as comunidades façam reuniões, etc. Tenta inclusive acabar com as reuniões de grupos de Igreja alegando que a Igreja não tem projetos e que estes cabem ao governo tendo mesmo tentado conter as reuniões de saúde ligadas aos grupos pastorais. Os posseiros atualmente têm muito medo do INCRA. Na área são 270 famílias que deverão receber 14 hectares cada. Jornais, rádios, enfim, os meios de comunicação de Andradina estiveram sempre contra a luta dos posseiros, na verdade, sindicato, política partidária, INCRA, contra os posseiros e seus defensores”...

É interessante observar que na maioria dos conflitos pela terra as resoluções se prolongam por vários anos. Embora a Fazenda Primavera foi a primeira fazenda desapropriada no Estado de São Paulo, como vimos em 1981, os conflitos não cessaram neste ano. Em 1984, encontramos a seguinte notícia³²:

³² Idem, ano 14, n. 02, mar/abril, 1984, p.

Invadida a Fazenda Primavera

Cerca de 45 famílias de bóias-frias invadiram 370 hectares de terras do Incra, que estão há quatro anos sem ser utilizadas na Fazenda Primavera. As terras estão localizadas nos municípios de Andradina, Castilho e Nova Independência, e na madrugada de anteontem um grupo que participa do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra resolveu invadir a área. Para acabar com os conflitos entre J.J. Abdalla e as 300 famílias de colonos que residem na área, o presidente Figueiredo desapropriou a Fazenda Primavera, em julho de 1980. Quando o Incra de São Paulo iniciou o assentamento, foram repartidos mais de nove mil hectares.

Andradina. No final do ano passado, técnicos do Incra encarregaram o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Andradina, o sindicato patronal e a prefeitura para cadastrarem famílias que estivessem interessadas em receber lotes de dez a 50 hectares na Fazenda Primavera. (O Estado de S. Paulo, 24/4/84).

Outra cidade que é importante no cenário da luta pela terra no Estado de São Paulo e que faz parte do universo da presente pesquisa é o município de Castilho. Sobre tal localidade encontramos um relato de 1981³³ que descreve as causas da luta pela terra sob o ponto de vista humanitário, apresentando-as de forma clara e sensível:

OS LEITORES ESCREVEM

"Com 36 famílias do Município de Castilho ocupamos a Fazenda do Estado à margem do Rio Paraná. As causas deste acontecimento foi isto: primeiro a fome, segundo o desemprego, terceiro a carestia, etc... Aí fomos obrigados a procurar a terra que é de Deus que deixou para nós. Fizemos isto pela precisão para não fazer saques e roubos. Porque o brasileiro para viver não precisa andar saqueando, é só ter terra para trabalhar. Porque temos este Brasil tão rico de tudo por tudo, com tanto brasileiro passando fome. E não agravando todo mundo, mas falta a boa administração. Por isto hoje existe tanta miséria. Nós precisamos de trabalhar, para acabar com esta miséria e carestia. Se Deus quiser, nós vamos vencer esta batalha. Para nós acabar com a fome precisamos de grupos de trabalhadores, porque o Governo se esqueceu da pobreza. Só pode trabalhar quem pode comprar máquinas. E por isto é que nós queremos com mais pressa a Reforma Agrária (...).

Castilho, 11.10.83"

OCUPANTES DA TERRA A MARGEM DO RIO PARANÁ

³³ Idem, ano 13, n. 06, nov/dez, 1983, p. 47.

Conforme os dados do Incra a situação da Reforma Agrária na região no final de 2002 encontrava-se na seguinte situação:

Desapropriação de Imóveis – período de 01/01/1979 a 11/12/2004

Município	Imóvel	Processo	Área	N. Assent.	Data Decreto
Andradina	Faz. Primavera	000080SP	9.595,3000	1	08/07/1980
	Faz. Timboré	0032586	3.393,4800	212	29/04/1986
	Faz. São Judas Tadeu	0058/98SP	840,8126	35	02/03/1998
	Faz. Arizona	100201SP	642,4900	26	15/01/2002
	Faz. São Sebastião	1808/98SP	1.588,3108	73	19/11/1998
	Faz. Timboré	3005/94SP	3.393,4800	158	01/12/1994
Castilho	Faz. Rio Paraná	0033186	*	100	26/06/1986
	Faz. Anhumas	021699	1.348,7759	65	26/04/2001
	Faz. Ipê	026202SP	978,7534	41	21/11/2002
	Faz. Itapura	033502SP	2.133,0080	98	04/12/2002
	Faz. Santa Isabel	039602SP	1.023,6600	46	21/11/2002
	Faz. Tremembé	101001SP	606,0812	29	11/12/2001
	Faz. Santa Amélia	101101	636,4600	33	11/12/2001
	Faz. Três Barras	101301SP	2.699,2300	104	05/09/2002
Guaraçai	Faz. Aroeira	0120486	935,0300	40	31/03/1987
	Faz. São José II	0120786	935,1200	45	31/03/1987
	Faz. Santo Antônio	085302SP	866,7704	50	21/11/2002
Ilha Solteira	Faz. São José da Barra	057202SP	2.918,5200	163	21/11/2002
	Faz. Sta. M. da Lagoa	085402SP	1.210,0000	51	21/11/2002
Mirandópolis	Faz. Esmeralda	0032986	2.080,2200	90	01/04/1987
	Faz. Retiro	036202SP	2.824,4980	129	21/11/2002
	Faz. Primavera I	042602SP	1.806,0986	85	21/11/2002
	Faz. São Lucas	061602SP	1.540,9309	54	04/12/2002
Murutinga do Sul	F. N. Sra. Aparecida	0059/98SP	687,6992	45	02/03/1998
	Faz. Santa Cristina	026502SP	986,7863	45	21/11/2002
Pereira Barreto	Faz. Santo Ivo	060202SP	779,9350	36	04/12/2002
	Faz. Jamaica	100501SP	747,5250	26	15/01/2002
	Faz. Mesquita	100701SP	501,9612	25	05/09/2002
Sud Mennucci	Faz. Jangada	033702SP	656,2000	33	21/11/2002
	Faz. Santa Maria	040602SP	955,1500	35	21/11/2002
Suzanópolis	Faz. Tapir (Cezar)	099701	2.927,3000	106	11/01/2002

* Não disponível

Fonte: Incra

A luta pelo acesso à terra permanece até os dias atuais na região. No dia 17 de novembro do ano de 2006, cerca de 600 trabalhadores e trabalhadoras rurais do MST ocuparam a sede do Instituto de Terras de São Paulo (ITESP) em Andradina, com o intuito de

agilizar o processo de Reforma Agrária no Estado. Conforme carta do MST ao órgão: “As famílias acampadas desejam continuar o projeto de produção de alimentos, buscando sua soberania alimentar e independência econômica, ao invés de submeterem-se a contratos mercantis com grandes empresas multinacionais para serem fornecedores de matéria prima para a agroindústria exportadora”³⁴.

A sede do Incra em Andradina também foi ocupada, cerca de 800 Sem Terra reivindicam o assentamento de 1.500 famílias acampadas em 12 áreas adquiridas, que aguardam a assinatura das emissões de posse pelos juízes. No dia 20 de novembro foi realizada uma marcha de 7 km até o centro do município de Castilho com o mesmo propósito. E no dia 21, terça-feira, 300 lavradores do MST ocuparam a agência do Banco do Brasil na cidade de Ilha Solteira com intuito de mais crédito para produção agrícola nos assentamentos³⁵.

Os processos que estão parados no Tribunal de Justiça referem-se as seguintes fazendas³⁶:

Fazenda	Município
Macaé	Andradina
Timboré	Andradina
Cafeeira	Castilho
Ipê	Castilho
Pendengo	Castilho
Santa Izabel	Castilho
Cachoeirinha	Itapura
Lagoão	Itapura
São Lucas	Mirandópolis
São Pedro	Nova Independência
Jamaica	Pereira Barreto
Santo Ivo	Pereira Barreto
Jangada	Sud Menucci
Santa Maria	Sud Menucci

³⁴ Disponível no endereço eletrônico: <http://www.mst.org.br>, acessado em 30 de novembro de 2006.

³⁵ Ibidem.

³⁶ Disponível no endereço eletrônico: <http://www.pt.org.br/site/noticias>, acessado em 30 de novembro de 2006.

A formação histórica do mundo rural do país é ampla e complexa, e a região reproduz elementos universais desta formação e lhe atribui elementos particulares dos quais demonstramos alguns. Grande parte dos problemas econômicos e sociais do país está direta ou indiretamente associada a esta construção e o desenvolvimento econômico brasileiro passa essencialmente por uma Reforma na estrutura e conjuntura agrária, no qual a região que analisamos no presente trabalho é parte integrante e importante neste processo.

No próximo capítulo apresentaremos as análises das entrevistas das profissionais que atuam direta ou indiretamente com as questões apresentadas neste capítulo.

4. O PERFIL EDUCATIVO DOS ASSISTENTES SOCIAIS

Conforme análises desenvolvidas no decorrer deste trabalho as ações educativas do Serviço Social serão compreendidas em seus elementos ideológicos e utópicos vinculados à determinada visão social de homem e de mundo, que se objetiva na realidade pelo trabalho sócio-educativo nas expressões da questão agrária como particularidade da questão social. Tais elementos, portanto, forjam determinado perfil educativo, que no caso será a principal análise particular deste trabalho. De acordo com a linha interpretativa que assumimos durante o desenvolvimento do trabalho abordaremos alguns temas centrais para compreender e delimitar tal perfil, que são: questão social e pobreza: urbano e rural, Serviço Social, educação e prática educativa, política e cotidiano, trabalho e capitalismo e, por último, que abarca os elementos ideológicos e utópicos temos a visão social de homem e de mundo. O objetivo neste trabalho é analisar o perfil dos profissionais da região e não caso por caso, portanto as análises se darão por temáticas sendo inseridos os relatos mais significativos de cada profissional.

Nas análises serão considerados conteúdo e forma, o primeiro se relaciona com as opiniões e construções teóricas acerca dos temas levantados e, o segundo, trata-se de como tais conteúdos são formulados dentro do contexto das visões sociais de homem e de mundo delimitando os perfis educativos dos profissionais.

Esses aspectos representam as análises qualitativas do perfil educativo, são construções abstratas que se conjugam com elementos empíricos, dando-lhes novos significados e sentidos. Embora não seja o principal objetivo da pesquisa apresentaremos alguns elementos quantitativos do trabalho desenvolvido junto às assistentes sociais.

4.1 Elementos quantitativos

Os dados da pesquisa foram coletados durante o final do ano de 2005 e início de 2006. Foram entrevistados 9 (nove) profissionais, sendo contemplados 7 (sete) de 11 (onze) municípios da sub-região de Andradina, a saber: 2 de Andradina, 1 de Castilho, 1 de Ilha Solteira, 1 de Murutinga do Sul, 2 de Pereira Barreto, 1 de Sub Mennucci e 1 de Suzanápolis. Usamos o recurso da entrevista semi-estrutura com a devida gravação de voz, contendo os temas centrais que configuram a dimensão educativa aqui estudada. Foram realizados termos de consentimento resguardando a identidade dos profissionais, por isso usaremos nomes fictícios, uma vez que a reflexão ética atual recomenda não só ser preservada a identidade dos nossos colaboradores, e também não trata-los como números, símbolos, códigos ou algo semelhantes. Trata-se de pessoas humanas de devem ser respeitadas em sua dignidade.

Também foram entrevistados 9 (nove) usuários, sendo 3 da cidade de Andradina, 3 de Ilha Solteira e 3 de Castilho. Participamos de 02 reuniões sócio-educativas, uma em Andradina e outra em Ilha Solteira. Foram coletados documentos que constam as preparações das reuniões sócio-educativas e seus temas, relatórios de avaliação das reuniões pelos profissionais e pelos usuários. É importante registrar que apenas 3 cidades tinham tais documentos, sendo que em apenas uma os registros estavam completos. Tal situação revela certo descaso com os trabalhos sócio-educativos, tão importantes para o desenvolvimento do trabalho profissional nos dias de hoje.

4.2 Questão Social e pobreza: urbano e rural

Conforme capítulo 3 deste trabalho a questão social do Brasil está intimamente ligada à questão agrária, ou seja, ao desenvolvimento do capitalismo no campo. Trata-se de uma

realidade dos usuários do Serviço Social revestida de elementos imediatos que ocultam seus nexos causais com a estrutura capitalista do país.

A questão da pobreza e a questão rural foram um dos temas abordados nas entrevistas. A visão sobre tais elementos configura papel importante para delimitar as ações educativas, pois será critério de escolha dos temas e de como eles serão abordados no desenvolver do trabalho.

A Assistente Social Paula esclarece alguns elementos nesse sentido:

Na verdade, a população antes do período industrial eles eram praticamente pessoas que trabalhavam na área rural. Com a industrialização eles vieram pra cidade em busca de emprego. Na verdade o que a gente tem percebido hoje é que todo esse trabalho do governo de assentamento é para dar uma esvaziada na cidade, porque não tem emprego para todos.

A fala revela consciência diante a relação do campo e cidade, vinculada ao desenvolvimento industrial. No entanto, a visão da política de assentamentos mostra uma visão assistencialista, pois não se trata de uma política de direitos e sim ações paliativas para resolver problemas gerados na cidade.

O critério mais usado para distinguir rural e urbano é o quesito residência. No entanto, existem outros elementos que compõe ambos universos. O primeiro, em nosso entendimento, é de onde se aquire os meios de sobrevivência, que no caso muda significativamente a definição. Conforme Assistente Social Paula:

Na verdade é assim, serviço no município, onde mais emprega é prefeitura e a destilaria que pertence ao município vizinho. Só que a destilaria ela emprega são bóias-frias, são os trabalhadores de cortar cana. O resto que sobra da destilaria é o que sobra para [nome da cidade]. Então são trabalhos rurais sazonais ... a maioria são trabalhadores rurais que trabalham na usina de cana ... Agora o pessoal da área urbana são trabalhos rurais sazonais, está empregado e não está.

A maioria da população atendida pelo Serviço Social na região vivencia a mesma situação, ou seja, são trabalhadores do campo, mas que vivem na cidade. O constante entre eles é a falta de algo fixo, como demonstra a fala da Assistente Social Beatriz:

A maioria não tem nada fixo. Um dia passa uma roupa, outro lava, outro faz uma faxina. Tem alguns que são empregadas domésticas. Outras são diaristas da roça mesmo

A maioria das profissionais não faz a mediação entre a residência urbana e a renda rural, usando o critério da residência para qualificar o usuário.

A Assistente Social Rita percebe a relação entre urbano e rural de outra forma, vejamos:

O rural tem invadido o espaço urbano, porque as chances dele no campo não são as mesmas de 10 anos atrás. E essa pessoa sente uma necessidade grande. Ela percebe que alguma coisa no passado dela faltou, que é a escola, a instrução. Isso é fundamental. E hoje as pessoas que saem do campo e vêm pra cá, elas estão percebendo isso. Nós temos os nossos rurícolas que foram criados no córrego e não tinha escola. E hoje eles sentem a necessidade até para administrar o próprio cartão de saúde da Unimed, o cartão salário. Então ao mesmo tempo que muita gente procura o campo para um “relax”, porque essa é a imagem do urbano para o rural. O rural não, ele está numa busca desesperada pelo urbano, porque é no urbano que ele vai ter o emprego, vai ter o salário. Só que ele não tem qualificação.

Enquanto o homem do campo visualiza o urbano como espaço para conseguir emprego e sustento o homem da cidade enxerga a realidade rural como descanso. Tal idéia confirma o pensamento em que o urbano é moderno, desenvolvido e economicamente viável, enquanto o rural é visto como atrasado, apenas para lazer e inviável economicamente, desconsiderando as particularidades econômicas do país e reforçando a ideologia da formação histórica do desenvolvimento da renda fundiária. Este pensamento demonstra uma análise crítica da realidade pautada em elementos do cotidiano da vida dos trabalhadores.

Outro elemento importante que a fala desvela é a idéia da formação escolar dos trabalhadores como fonte de oportunidades. A profissional atribui à falta de escolaridade o

motivo da escassez de oportunidades de emprego. De fato, trata-se de um elemento importante, no entanto, não é o central, pois a falta de emprego está vinculada essencialmente à organização do trabalho na sociedade.

Quando perguntado sobre o que gera a pobreza a profissional Rita reafirmou o elemento da falta de educação e ampliou sua visão para a questão social:

É a falta de conhecimento das pessoas. Essa angústia de querer buscar e não conseguir. Pobreza interna, e não só pobreza de dinheiro. Eu acho que é pobreza de espírito. E não é tanto por incompetência das pessoas. É que o mundo está pedindo pessoas cada vez mais... você tem que ter um diferencial. Que diferencial é esse se você não dá uma oportunidade para ele. Um pai de família depois de ter ficado um dia inteiro na fila do emprego. Vem e pergunta qual é o diferencial dele. O diferencial dele é que o filho está em casa e não tem comida para almoçar. Ele veio procurar emprego a pé porque não tinha dinheiro para o ônibus. Esse é o diferencial dele. Aí gera essa pobreza de espírito. Você começa a fazer os bicos. Todo mundo vive de bico, que pobreza isso.

Os aspectos objetivos da questão social se misturam com a subjetividade do trabalhador, sobretudo, quando ela se refere à pobreza de espírito.

A Assistente Social Marlene abordou o urbano e o rural pela perspectiva da educação:

É difícil falar, mas tem certas coisas, que é bem diferenciado, que dá para distinguir. É rural e esse é urbano. Na questão da educação, por exemplo, o que é pregado na educação? É pregado que você tem que ser igual, tem que ser plural, mas isso é feito imaginando que você mora no urbano, mesmo para os meninos que moram na zona rural. Então traz ele aqui para uma pluralidade e para uma igualdade urbana. E não é... não é... lá é outra realidade. Lá eles tem que relacionar com a realidade deles. É levantar de manhã e tirar o leite. E isso tem que ser trazido na metodologia, na pedagogia do rural. Estudar aquilo. Porque aquilo é importante, e aqui ele não estuda. Então eles são tratados iguais quando tem que ser tratados diferentes. [...] Eles estão distanciados da realidade deles, tem uma educação urbanista. É nesse sentido que eu falo, que eles tem que ser tratados diferentes. Quando eles são iguais, por exemplo, no banco para ser atendido você é tratado diferente. Aí que deveria ser tratado como igual.

A profissional Beatriz relaciona a educação, no caso a falta dela, com o trabalho quando tratada a questão da pobreza:

É a falta de educação e a falta de trabalho. De você não ter como se manter. E você não ter renda, e não ter educação.

A Assistente Social Bianca é contundente neste aspecto:

Basicamente é o desemprego. A nossa região é basicamente agropecuária. A agricultura, na entressafra todo mundo fica desempregado. Indústria a maior é o frigorífico...

Até mesmo o setor industrial depende de modo indireto da questão agrária, denunciando mais uma mediação entre o urbano e o rural.

O modo capitalista de organizar a vida é o fato gerador da questão social, quando perguntado sobre qual é a visão que os profissionais têm sobre ele encontramos elementos significativos no modo de ser das pessoas, conforme Rita:

Eu acho que a gente está em um momento de crise. Em todas as faixas etárias da sociedade. Eu acredito que nossos jovens e adolescentes não estão sabendo o que é uma vida. O que é crescer dentro desse capitalismo selvagem que a gente vive. Perde-se a noção dos valores de tudo que a gente consome. É uma busca fútil por valores. Os jovens querem pagar cada vez mais pela diversão. É chique você entrar em uma boate que custa R\$ 50,00. É chique você passar um final de semana em Fernando de Noronha e gastar R\$ 10.000,00. Eu acho que se perdeu a noção do que é palpável e imaginável. O capitalismo está aí absorvendo a gente a cada dia e tem pessoas fazendo verdadeiras loucuras pelo dinheiro. E quanto mais a gente ganha, mais a gente quer e mais a gente consome. E consome para falar que tem. A gente fica meia hora em fila de banco para pagar uma coisa que a gente consumiu e se precisar ficar de novo a gente fica. Está muito estranho, criança hoje em dia tudo com celular na mão. Isso é capitalismo! Isso é consumismo! Isso é lavagem cerebral na cabeça das crianças. Quando uma criança tem condições de avaliar que o tênis do colega não presta e o dele sim e por isso ele é melhor, que ele merece a carteira melhor na escola. Ele senta na frente você atrás. Isso é capitalismo!

O depoimento conota indignação misturada certa ingenuidade perante o estado das coisas, ao contrário, da Assistente Social Bianca que demonstra apatia com acomodação:

Ta feio, né. O Lula quer igualar todo mundo, mas lá embaixo. É lá em cima e lá embaixo. Existem os ricos e os pobres. Hoje não existe a classe média, porque antigamente nós éramos a classe média, hoje não. Somos pobres e tem os miseráveis que são os que a gente atende.

No entanto, a Assistente Social Marlene revela conhecimento e sabedoria, desnaturalizando as relações e revelando elementos que a ideologia dominante oculta:

O capitalismo é uma grande mão invisível que toma conta da gente.... Tem muita gente que já nasceu nisso e não consegue se libertar disso. É uma força muito grande, que te leva até as últimas consequências para você conquistar tal coisa. E só é valorizado quem tem. Então o capitalismo é uma coisa muito ruim para nós, seres humanos, e temos que entender muito bem isso, para poder transformar isso. Um dia a gente vai transformar. O Fórum Social Mundial diz que “um outro mundo é possível”, e eu acredito nisso. E se eu, você e o outro acredita é possível, porque quem transforma somos nós mesmos. E o capitalismo vem na contra-mão de um outro mundo é possível. E aí vem a luta. Um é o sapinho e o outro a garça. O capitalismo engolindo e o outro resistindo. É um sistema, um modo de vida que é muito ruim para quem não tem nada. Porque é excludente, não dá oportunidade. Só tem oportunidade pra quem é capitalista. Quem não tem está fora.

O primeiro elemento importante a se destacar é a clareza que a profissional tem do ideal liberal proposto por Adam Smith, quando formulou a idéia de mão invisível que comanda as relações econômicas no sistema capitalista para o desenvolvimento do bem comum. O segundo trata-se dos mecanismos ideológicos que as pessoas estão inseridas sem perceber, quando diz: “*Tem muita gente que já nasceu nisso e não consegue se libertar...*”. O terceiro refere-se à consciência de sujeita histórica que orienta as ações na vida. E por último os elementos utópicos que dão sentido às próprias ações históricas.

Estes, portanto, foram os principais aspectos levantados sobre a questão social e suas manifestações, tanto na cidade, quanto no campo. Abordaremos no próximo item as concepções sobre o Serviço Social.

4.3 Serviço Social: educação e política

Quando se abordou o Serviço Social como tema geral das entrevistas outros assuntos correlacionados foram levantados: assistencialismo, teoria e prática, educação, promoção social, política, entre outros. O primeiro que destacaremos será a relação teoria e prática no Serviço Social, conforme depoimento de Beatriz:

O Serviço Social é igual a política, a teoria é uma coisa e na prática é outra. Você não consegue caminhar junta teoria e prática. A gente tenta, mas no dia-a-dia... mas eu acho que o Serviço Social é uma coisa apaixonante, pra quem faz, quem gosta. É uma coisa envolvente. Você lida com as pessoas, com os problemas das pessoas. Então realmente é uma coisa que realmente você tem que gostar, tem que estar ligado. Não é para envolver, mas a gente se envolve.

Caminhar junto teoria e prática é das preocupações da profissional que, no entanto, é superada pela “paixão” à profissão. Este mesmo aspecto é reafirmado pela Assistente Social Marlene, nesta outra fala:

Eu nunca desencantei com o Serviço Social. Eu não perdi a vontade de fazer, de estar sempre voltado para esse lado. Porque eu acredito nisso, porque eu acho que até hoje quem mais resistiu foi o Serviço Social. Às vezes faz um pouco errado, faz assistencialismo mesmo. Eu penso que ainda é uma coisa que mostra: aqui também é um caminho legal. Ele está ligada à realidade e a realidade muitas vezes muda a teoria.

O assistencialismo é a maior preocupação na relação com a teoria, pois como sabemos representa a principal crítica acerca do trabalho profissional. A profissional Bianca enxerga tal situação fruto de elementos externos conjugados com aspectos do trabalho sócio-educativo:

Eu acho que o Serviço Social deveria estar promovendo essa população demandatária, mas eu acho que esses programas do governo federal é muito assistencialista. Dá o dinheiro e não é feito um trabalho de acompanhamento. Então deveria estar ampliando o trabalho sócio-educativo.

O trabalho sócio-educativo é encarado como a válvula de escape do assistencialismo inerente aos programas do governo. A fala da Assistente Social Zélia reforça tal idéia:

O que mais me frustra é esses programas de renda cidadã que realimenta a situação como está, não tem um trabalho de promoção. Tem um pessoal que não muda, porque foi criado no assistencialismo e vai morrer nele, mas tem um grupo que com a transferência de renda e com o trabalho sócio-educativo que conseguiram mudar a vida.

Outra questão levantada foi o *que é o social* que foi apresentado vinculado ao processo de promoção humana, conforme depoimento de Marlene:

O social pra mim é o bem estar das pessoas. Ela com ela mesma, ela com o outro. Esse é o social. E sem ele não consegue outras coisas.

O depoimento da Assistente Social Beatriz demonstra tal idéia e acrescenta elementos que contribuem para a referida promoção social:

Pra te falar a verdade esse social é uma incógnita. Você estuda, trabalha nele, e é difícil você ver realmente o que é esse social, porque no fim você se pega fazendo coisas de outras áreas. Principalmente em prefeitura. E você acaba se questionando: e o social? ... pra mim a base do social é a promoção humana. Você tem que promover essa pessoa e o social não promove sozinho, a promoção depende de outras áreas. É um conjunto de coisas. Então o social sozinho não faz muita coisa, não tem como fazer muita coisa. Ele não caminha só. Ele está interligado com outras áreas, com saúde, com educação. Você não consegue com que aquela pessoa torne cidadã só com o social.

A Assistente Social Zélia segue a mesma linha de pensamento:

Porque se você for ver a situação econômica e educacional ela interfere direto na área social. Se você pega uma população que tem problemas sociais, você pode ter certeza que ela tem problemas econômicos e educacionais. O trabalho gira em torno de três bases: Educação, saúde e desenvolvimento social.

A questão da educação nas ações do Serviço Social foi abordada no desenvolvimento das entrevistas constituindo um dos temas centrais para compreensão do perfil educativo, vejamos algumas características conforme fala da Assistente Social Cleide:

Eu acredito que a educação é fundamental e dentro do Serviço Social a gente percebe, não sei se é porque a gente atende a uma população que é desprovida do acesso ao conhecimento. Existe uma coisa que eu vejo que é muito errada. Sabe aquela educação inclusiva mesmo, parece que ela não acontece de fato.

Conforme a Assistente Social Paula, a educação é vista atrelada ao embasamento teórico profissional:

Pra mim, é você está sempre embasado teoricamente na sua prática. É você está buscando, por exemplo, mesmo que você não tenha uma formação pra isso e hoje a gente tem a demanda. É buscar subsídios para que você possa contribuir na sua prática profissional. Então eu acho que a parte de educação pra que a gente também faça o trabalho sócio-educativo é essa busca constante. Até porque a gente tentar estudar e aprender a gente também aprende com eles no cotidiano

Este depoimento revela o processo ensino-aprendizagem com os usuários, fator importante na prática sócio-educativa profissional. A profissional Rita apresenta uma visão confusa da educação, mistura elementos individualistas atrelado a um aspecto moral da educação:

É complexo de explicar. Por exemplo, eu tenho educação? Ta, eu estudei em uma escola, sei pedir licença, sei pedir por favor, mas não é só isso. A educação ela vai além. Se você pegar um rurícola ele é educado. Educado por que? Ele sabe escrever o nome dele, ele sabe escrever a rua que ele mora, ela sabe porque ele pede [nome da profissional] você faz isso pra mim por favor. Ele é educado, mas ele é educado para viver entre outros educados? Talvez não. Aí não é só a educação. Ele é educado no que ele foi educado. Dentro do sistema dele, então pra ele é o correto, mas quando ele vai viver em sociedade a educação dele não bate, então é quando tem o conflito de cultura. É complexo porque cada um tem um estilo de ser. Eu e você podemos ter estudado na mesma escola, mas eu e você não somos iguais. Em algum momento nós vamos divergir.

A profissional Rita também apresenta a questão da orientação educacional, que se expressa na seguinte fala:

É fundamental. É fundamental a educação que nós passamos para eles, a forma que temos que orientá-los. Educá-los eu acho feio dizer. Dizer que o Assistente Social vai educar o seu público, parece uma coisa catedrática, meio Hitler. Mas de certa forma é através de um que você vai politizar os outros. Então hoje no meu trabalho eu procuro educar o líder da casa, por exemplo, José é assim e assado, vai acontecer assim, você pode agir assim ou assim. Então eu educo ele, e ele os demais. Eu não gosto do termo educar, mas é por aí, nessa linha.

Na maioria das respostas o trabalho de orientação se refere ao atendimento individual e o trabalho sócio-educativo o coletivo, conforme depoimento de Ana:

Dentro do plantão essa atividade é mais complicada, porque a pessoa vem com recurso e você cumpre de imediato. Qual é a tentativa? Através da conversa, do bate-papo, mostrar pra pessoa que existem outras alternativas que elas podem recorrer, buscar, mas no plantão eu acredito que realmente não exista um trabalho sócio-educativo. A gente faz orientações que permita que a pessoa busque.

A Assistente Social Ana também nos traz elementos importantes para compreendermos o trabalho educativo:

Educação é um processo. A gente tem aquele conceito de educação vinculado a escola, que é formatar a pessoa por conhecimentos, não sei dizer em belas palavras, mas é esse processo mesmo de conhecer, de absolver o que elas estão vivendo, ou que estão vendo. Transformando este conhecimento, essa vivência em produtos, resultados, em forma de ação. Não sei explicar...porque é tão dinâmico que não dá pra explicar... Mas seria isso, esse processo de receber, observar, refletir e agir.

Nesta mesma linha de pensamento temos o depoimento da profissional Marlene:

De modo geral eu penso que a educação se dá em qualquer momento, em qualquer instância, em qualquer categoria. Qualquer situação nós estamos educando e reeducando. Eu e você, nós estamos nos interagindo e nos educando. Estamos apreendendo, eu apreendendo com você e você comigo. E a vida é assim. Educação do campo e para o campo... .A educação do Serviço Social não difere desta primeira que eu falei pra você. Ela se dá no cotidiano, a gente tem que estar

ligado na transformação das pessoas. É bem o Paulo Freire a educação do Serviço Social. É você aprender com a pessoa que nunca foi à escola, mas é saber aquilo que encaixa na minha teoria. Então eu penso que o Serviço Social é isso ... é tipo um espiral.

A questão *política* foi o tema que abriu o maior número de interpretações e significados. Algumas respostas giram em torno do poder, outras do partidarismo e algumas se referem à organização das ações em determinada área. O depoimento da Assistente Social Ana é sintomático neste aspecto:

A política de assistência? Partidária? Política neoliberal? Hoje o termo política é tão amplo, que tem que especificar. Eu acho que a gente está inserido dentro de um contexto. A gente tem uma política que rege as relações, um sistema que rege todas as relações. E aí você tem n políticas dentro dessas relações. Você tem uma política de atendimento ao público, uma política de assistência que as vezes nunca é o que bate... Assim, você tem a política no papel, a política discursada e a política efetuada.

A delimitação entre a política no papel, a política discursada e a efetuada sintetiza em três categorias de análise a compreensão deste universo nos dias atuais. De modo geral, temos no papel a organização de determinados setores do governo. É o que Evaldo Vieira denomina de planos, projetos e programas que contém as diretrizes de cada área de atuação governamental (VIEIRA, 1992, p. 20). No segundo temos a demagogia, a relação entre teoria e prática. O depoimento da profissional Beatriz evidencia este aspecto:

A política teoricamente é muito bonita, você se encanta, você até se apaixona, mas o que a gente vê na prática é decepcionante. Parece que quando os políticos chegam no poder, parece que muda a cabeça. Não sei o que acontece que deturpa as coisas, elas vão para outro rumo. Não segue aquilo que tem que seguir. Então é frustrante. Então tem essa diferença da política na teoria e política na prática. Porque quando você vê na teoria e pensa, nossa! Se o político for lá mesmo e realizar essa democracia e fazer tudo que tem que fazer, seria o ideal. Mas ela está meio utópica.

É entre esses meandros que se encontra a política efetuada, relacionando-se visceralmente a questão do poder e ao tomar partido. Vejamos o depoimento da profissional Cleide:

É complicado. A gente percebe que são sempre os mesmos grupos que acabam assumindo o comando.

Dentro do Serviço Social a questão da política atrelada ao poder é realizada pelo clientelismo, sendo um obstáculo para a prática profissional, conforme depoimento da profissional Bianca:

A política infelizmente interfere muito negativamente dentro do nosso serviço. Ainda mais que a gente é ligada a primeira dama. Tem muita interferência no trabalho da gente. Nós não temos autonomia total pra fazer. Por exemplo, põe tal família. E você vê que não está se enquadrando.

A Assistente Social Rita nega tal situação assumindo uma postura de pseudoneutralidade e acrescenta questões da política cotidiana atrelada a política de direitos:

Eu não gosto de falar por política partidária. Eu sou a parte. Depois que eu votei para o Lula fiquei decepcionada. Então vou falar da política de direito, de boa vizinhança, de tudo isso. É muito importante. A gente saber o que é de direito nosso e o que não é, isso é importante. Aí você pode conhecer uma pessoa que não tem um grau de instrução, mas entende tanto o que é política de direito. Porque aquele mais ignorante é o que sofre mais na pele, porque ele nunca tem direito, nunca ele tem a vez, nunca ele tem a voz. Então ele aprende apanhando. [...] Política pra mim é a política de direito. De dever, de cumprimento da obrigação, de ser cidadão. Na verdade nós não precisaríamos de uma CLT daquele tamanho, de um código penal daquele tamanho, se todas as pessoas tivessem consciência do certo e do errado. O jeitinho brasileiro é que faz as entrelinhas do nosso código civil, nosso código penal.

A dimensão política é revestida de várias interpretações e conclusões. Representa, como vimos, a última instância das ações educativas no cotidiano profissional e é fator determinante na organização das referidas ações, conforme verificamos no depoimento da profissional Marlene:

Tudo na vida é uma política, a gente não vive sem ela. A política da extensão rural, por exemplo, é uma política. Em última instância a política partidária vem a tona, e por isso deveria ser um pouco esquecida e ver a política da promoção humana, que é conquista da cidadania, que é o bem de todos.

A ação política representa a conquista do bem comum, a instância de liberdade individual e coletiva com possibilidades de modificar a estrutura econômica de distribuição de renda. Enfim, de promover o social e consolidar a cidadania.

4.4 O trabalho sócio-educativo: elementos operacionais e resultados

O primeiro aspecto na execução do trabalho sócio-educativo é a escolha dos temas. Este momento determinará todo o decorrer do trabalho educativo. Será através dele que a população se identificará ou não com o trabalho e será por ele que o assistente social desenvolverá um trabalho ideológico ou utópico.

Sobre esta etapa do trabalho o depoimento da Assistente Social Beatriz é significativo:

Porque no começo a gente inicia orientando o que é e como funciona o programa. A gente pede sugestão de temas. Tem grupos que até sugere alguma coisa, mas tem grupos que eu peguei que não sugere nada. Então a gente vai pelo histórico da família, a gente tem a ficha da família, os dados, então a gente conhece um pouco as situações das famílias. Então tem alguma família que tem problema de relacionamentos, ou tem problema de drogadição ou álcool, problemas de doenças. Então a gente procura trabalhar de acordo com a realidade dessas famílias, já que elas não sugerem temas nenhum, então a gente monta temas em cima dessa realidade. Coisas relacionadas à saúde geralmente vem o pessoal da saúde, principalmente sobre as DST's, HIV, Hanseníase, e outros problemas. E quando não vem pessoas de fora é a gente mesmo que desenvolve o assunto.

A maioria dos profissionais segue os princípios da pedagogia de Paulo Freire, que propõe a escolha através de uma pesquisa na realidade do educando. É importante destacar

que encontrar temas geradores não se restringe apenas a ouvir a opinião dos educandos, trata-se de analisar a realidade em que estão inseridos, pois será nela que se encontrarão as principais questões que merecem ser desmistificadas. Tal processo é importante, pois será através dele que o profissional fará as mediações necessárias para compreender a situação familiar e suas relações com a realidade social. Vemos que tal processo só ocorre quando o grupo não sugere os temas.

Ainda sobre este assunto a Assistente Social Bianca nos brinda com outra fala importante:

Porque esse trabalho seria estar em contato permanente com a população, vendo os problemas para estar focalizando esse trabalho de acordo com os problemas que eles apresentarem. O nosso hoje, se eles não sugerem, nós levamos um tema, que a gente acha que é do interesse coletivo. Como saúde da mulher, alguns querem que falem sobre a educação das crianças.

Neste caso a escolha baseia-se apenas na experiência da profissional sem levar em conta a realidade particular que esta sendo objeto de ação. Para a profissional Cleide a escolha se dá:

De acordo com a realidade do bairro... Os temas que as famílias mais solicitam são ligados à violência, à DST, em toda reunião o assunto surge. Essa semana comprei bastante material didático. Fui à prefeitura requisitar mais um profissional, porque está faltando uma pedagoga com perfil e experiência na área. Então eles estão avaliando a possibilidade de mais uma profissional para melhorar esse trabalho. Esse trabalho sócio-educativo é realizado em parcerias. Nós temos a participação dos membros do amor exigente. Inclusive, pelo perfil dos jovens que nós colocamos no ação jovem, este ano nós vamos trabalhar os princípios do amor exigente. Porque nós colocamos muitos jovens em liberdade assistida. Muitos passaram pelo Conselho Tutelar, pela Delegacia, muita indisciplina. Então nós vamos trabalhar um pouco os limites

Conforme os depoimentos e os relatórios analisados os principais temas são relacionados a Família, desmembrando-se em harmonia conjugal, violência, diálogo, educação dos filhos, companheirismo, cumplicidade, auto-estima, dependência química

(drogas e álcool), saúde (HIV, DST's, entre outras) e higiene. De acordo com a profissional Bianca:

Esse ano nós abordamos só higiene do ambiente e higiene pessoal, mas dentro dos temas que eles sempre pedem é DST/AIDS, Drogas. Porque são as mães que sempre pedem.

A auto-estima é um tema recorrente, conforme também a Assistente Social Bianca:

A gente aborda muito esse tema nas palestras, principalmente para as mulheres. Porque vêm os filhos, o marido, a pobreza. Então a gente tenta conversar, eu sei que é difícil levantar a auto-estima se está faltando comida no prato. Não é porque está em uma situação precária hoje que amanhã estará na mesma.

Grande parte do trabalho sócio-educativo é desenvolvida por entidades parceiras ou por profissionais da psicologia, segundo depoimento da profissional Zélia:

Cada entidade tem um trabalho. Temos encontros de mães. O trabalho sócio-educativo que é feito normalmente são mães que apresentam problemas conjugais. Então elas fazem um trabalho de terapia de casal. Temos uma psicóloga que é psicodramatista. Também temos o trabalho sobre violência doméstica, mas não a violência pai com mãe, mas a violência eu comigo mesma. Que tipo de violência eu posso fazer comigo dentro do ambiente familiar? Então cada entidade faz o trabalho de acordo com a sua característica dentro do mesmo enfoque. As mulheres da costura, por exemplo, estão trabalhando esse tema promovendo o que é a condição de sentar na máquina, a colocação de uma agulha, o calor excessivo. Como dentro do trabalho delas podem agredir elas mesmas.

A Assistente Social Ana também fala sobre a equipe que executa o trabalho sócio-educativo:

Nós temos parceiros. Sou eu, quanto assistente social, uma entidade do município que trabalha com a questão da DST/HIV-AIDS e um grupo de voluntários, de uma instituição religiosa, mas que não trabalha a questão religiosa, como se fosse aquela escola de pais. Eles trabalham com o conceito de educação, do cuidado com os filhos, da postura enquanto pais...

O trabalho educativo esta vinculado como condição na participação dos programas de assistência. A Assistente Social Cleide quando fala sobre o projeto Renda Cidadã nos fala sobre o assunto:

Agora no Estado tem 120 famílias sob minha responsabilidade e todas elas participam do trabalho sócio-educativo. Então nós fazemos o acompanhamento familiar. A gente verifica se a criança e o adolescente estão na escola, nas reuniões e nos atendimentos a gente conversa como está o relacionamento familiar. A gente faz realmente o trabalho. Este trabalho é feito mensalmente com todas as famílias. A gente desenvolve o trabalho em grupo dividido por bairros. Porque existem problemas que estão relacionados ao local onde eles estão. Então dividimos as famílias por bairros. Existe uma agenda anual. Fazemos reuniões com os jovens e com as famílias deles, discutindo os mesmos temas.

As Assistentes Sociais Paula e Beatriz reafirmam tal procedimento:

Paula: Quem faz parte do Renda Cidadã tem um cronograma anual. Datas de reunião e temas a serem trabalhados. Esses temas são eles que falam pra gente o que eles gostariam de discutir durante esse período.

Beatriz: Eu acho que é muito positivo o trabalho sócio-educativo. Tem que ter, não pode só entrar no programa receber o auxílio e não ter o trabalho.

O tema da questão rural dentro do trabalho sócio-educativo também foi abordado durante as entrevistas. A Assistente Social Márcia descreve da seguinte maneira:

Olha... o atendimento à população rural e a população urbana é exatamente igual. Não existe nenhuma distinção. A única diferença é que se a gente tem algum tipo de agendamento a população rural não passa, quando ela chega é atendida no mesmo dia. Então eu não faço agendamento para atender a população rural. E a população rural que a gente atende é dos acampamentos e de assentamentos. E como é muito longe eles vem geralmente de carona. É difícil chegar até aqui.

A Assistente Social Cleide faz uma crítica aos procedimentos da equipe que trabalho com a população rural:

Existe um distanciamento muito grande daquela equipe que está lá dando aula com a população. Ela faz o atendimento dos jovens lá na

escola, mas não conhece nada da realidade daquele jovem. Parece que não leva a realidade mesma do jovem. E acaba mesmo é excluindo o jovem. Então aquele jovem que está lá com a realidade rural dele deveria ter alguma coisa especial que o valorizasse. Alguma coisa ligada à história do jovem. Deveria haver temas, por exemplo, ligados aos aspectos culturais do local. Alguma coisa que realmente o atraísse. Por exemplo, esse jovem da área rural acaba sendo atraído pela realidade da cidade. E a realidade da cidade não é a realidade deles, porque o interesse da família é se fixar na terra e que o jovem fique lá. Nós estamos na era do conhecimento, só terá mais oportunidade quem estiver mais preparado

A falta de preparação para lidar com tal população também foi citada, conforme

Assistente Social Paula:

Olha, eu acho que o profissional na verdade, pelo menos na minha época, nós não somos muito formados. Talvez por conta de época não terem muitos assentamentos, ou serem em outros Estados, então a gente não teve essa formação direcionada especificamente para área rural. Então hoje o que eu faço é ter algumas leituras, entro no site do MST, ter uma militância política também, faço parte do PP, então a gente tem um trabalho mais voltado pra essa área, a experiência é muito pequena ainda, perto da demanda que a gente tem que atender.

O trabalho sócio-educativo com tal população também é vinculado com os programas do governo, conforme depoimento da Assistente Social Paula:

O trabalho sócio-educativo não acontece dentro dos assentamentos. A gente faz o trabalho sócio-educativo nos projetos. O que acontece: quem pertence ao renda cidadã tem as reuniões mensais, a gente procura incluir a família na rede de proteção social. E colocar pra eles a questão da emancipação mesmo. Agora, especificamente dentro do assentamento não tem ainda.

A população residente na área rural representa em torno de 10% do total dos usuários dos programas. No entanto, como já salientamos, 40% retira parcela da renda ou da agropecuária ou de indústrias vinculadas diretamente à agricultura. Existem também aproximadamente 20% de usuários que já moraram no campo, ou seja, a questão agrária e seus significados estão presentes na vida dos usuários do Serviço Social, de acordo com a profissional Paula:

No grupo de renda Cidadã que eu tenho 41 famílias, apenas 5 ou 6 são rural. Porque o rural geralmente eles são empregados tem toda uma rede de habitação. Não precisam pagar aluguel. Então eles não vão quase lá no setor. Agora o pessoal da área urbana são trabalhares rurais sazonais, está empregado e não está. Agora do acampamento tem algumas famílias que foram incluídas por conta da situação que eles estão vivenciando, porque eles não estão tendo nenhum apoio do governo além da cesta básica.

A Assistente Social Bianca também possui tal realidade:

São muitos poucos. O ano passado, por exemplo, trabalhamos no renda cidadã em duas áreas rurais. É uma população pobre, mas que te dá um retorno. Nós temos Ação Jovem em assentamentos. E o renda Cidadã também tem.

O trabalho do programa Renda Cidadã da Assistente Social Ana também tem vinculações com o público rural:

Ele começou com a população rural, porque nos temos envolta do município um projeto chamada [nome do projeto], onde estava se concentrando nossa população carente. Os bolsões de pobreza estava se concentrando nessa área rural. [...] Então elas utilizam essa área rural como fuga por não conseguir manter um aluguel, elas vão pra essas casas de tábuas, casas mais simples na área rural. O que dava muita angustia pra gente que você ir pra área rural é que os lotes não tinham um pé de cebolinha plantado, por falta desse histórico com a terra. Pouquíssimas pessoas conseguem aproveitar esse potencial, mas hoje isso já vem mudando. Na nossa demanda nós temos pessoas do [nome do projeto], mas antes era quase 70%, mas hoje nem tanto... Temos pessoas do assentamento.

O tema rural faz parte das questões abordadas por três profissionais. A primeira procura abordá-lo de maneira ampla de forma que atenda toda a comunidade, segundo a profissional Paula:

Agora a gente tá propondo pra esse ano, em cima do curso de gestão, uma divulgação pra comunidade saber o que é um acampamento. Porque ainda tem aqueles que falam nossa! Fulano foi para o acampamento, então é todo o preconceito. Então a gente está programando em cima disso. Eu consegui umas fitas que trouxeram da Secretaria de São Paulo, pra gente está estudando. A princípio vamos chamar os presidentes, os diretores dos clubes de serviços. Porque a gente só tem uma entidade, uma Ong. Mas vamos chamar os

responsáveis pela saúde, da habitação. Pra gente discutir o que é o acampamento, quem são as famílias. Pra depois expandir pra comunidade.

A Assistente Social Marlene trabalha essencialmente com essa população, de acordo com seu depoimento o trabalho sócio-educativo perpassa questões importantes ligadas à conquista da terra:

Tudo acaba sendo sócio-educativo. Até essa organização. Porque quando eles estão acampados eles tem um objetivo, um único objetivo, que é conseguir a terra. Ali eles estão unidos, reparte o pão, reparte tudo entre eles. Quando eles chegam: aqui é tua terra. Parece que eles sofrem um impacto. E é nesse outro momento que a gente entra com o trabalho sócio-educativo. Pare, espere, pensa, porque agora você é dono, agora é sua, agora você não é bóia-fria mais. Não tem alguém que vai mandar em você. Agora é uma outra luta, em outro nível. A luta continua, e continua mesmo, literalmente. E é aí que a gente vem trabalhar com a organização de mulheres, dos jovens, dos próprios agricultores. Para eles se organizarem e conquistar o próprio crédito. É todo educativo na documentação, porque ele organiza a documentação para conquistar o crédito. Ele se organiza para fazer uma associação. O que ele precisa ter, o que é uma associação. O que ela vai servir para ele. Porque eu tenho que ser sócio do outro. Mas isso já no papel, porque eles sabem que juntos eles conseguem alguma coisa. Então quando a gente passa para a parte burocrática, esse é o educativo mesmo. E para o jovem o que eu penso que é mais complicada para eles dentro dos assentamentos é a questão do prazer que eles tem dentro do assentamento. Para o jovem não é prazeroso como está. Tem que ver o que eles querem, porque é uma conquista. Eu vou continuar o que meu pai conquistou? Mas eu não quero sofrer igual ele. Mesmo que o pai também aponta: não, eu não quero vê você fazendo isso, é sofrer demais. Então aí a gente tenta, porque também é muito difícil falar para ele que isso também pode ser prazeroso. Pode ser diferente. Então a gente tem que tentar fazer esse caminho, do que tudo que tem no urbano tem que ter no rural, mas do jeito daqui. Não do jeito urbano. Não a-culturação. Porque eles são a-culturados, porque eles moram lá, estudam aqui. E esse estudar aqui eles são rotulados, eles são excluídos, sofrem uma série de preconceitos. Então esse trabalho é o mais difícil. Porque a gente tenta fazer esse movimento de “não, vocês estão aqui, mas aqui também é bom”. E esse é o objetivo, fazer com que o jovem tenha prazer de estar ali, de ter uma identidade, de criar essa identidade. Eu sou rural, eu sou assentado. Eu gosto daqui, porque aqui também tem música, tem cultura, tem produção, aqui também tem lazer. Tem tudo que tem que ter para um ser humano. É esse o trabalho sócio-educativo que a gente faz, regatar toda a auto-estima

A partir do depoimento temos dois temas importantes no trabalho sócio-educativo, tanto para a população urbana, quanto para rural, são: a identidade e o coletivo. A noção de identidade é importante para a população usuária, pois representa *quem você é, a sua concepção de homem inserido no mundo, que é complementada pela noção de coletivo, pois você é dentro de um contexto social e histórico, dentro de um grupo social com seus significados e representações ideológicas e utópicas, que buscam a realização de sonhos e projetos que na maioria das vezes esbarram com a estrutura do capitalismo.*

Assim, trabalhar com a noção de coletivo é de extrema importância para a construção da consciência crítica da realidade e da construção de projetos utópicos. A Assistente Social Marlene demonstra como é desenvolvido tal trabalho:

Na verdade eu trabalho bastante no coletivo. Porque não tem como trabalhar especificamente o individual, então meu trabalho é só com o coletivo mesmo. A gente atende o particular quando é realmente necessário mesmo. E no coletivo a gente acaba trabalhando o individual. Porque a gente trabalha muito a questão do “eu”, depois o “nosso”. Quem sou eu? Quem é o outro? Então nessa linha a gente acaba trabalhando o individual. O social é deixado de lado diante a parte econômica. ... O nosso trabalho é abordar a questão geral, independente do econômico. Porque se o social não vai bem e econômico também...

Sobre os resultados do trabalho sócio-educativo temos alguns elementos para análises, a Assistente Social Beatriz relata da seguinte maneira:

Eu acho que eu vejo de uma forma positivo. Porque quando a gente começa e a gente vê o resultado no final. Quando as pessoas já estão saindo do grupo, estão se desligando do programa. Então você percebe o crescimento. A própria avaliação que a gente faz com essas famílias o que elas colocam, o que elas aprenderam, qual assunto foi bom, o que ajudou em casa, o que ajudou no relacionamento e outras coisas que a gente trabalha.

No entanto, são pelos usuários que encontraremos os elementos mais significativos para análise, seguem alguns relatos feitos na avaliação do trabalho sócio-educativo de 2005:

Olha as reuniões serviram muito para que eu esclarecesse várias coisas em relação a educação dos meus filhos e também sobre os bons exemplos que devemos dar e me ajudou muito a ver a vida de outra maneira. Carla

Sim foi uma coisa muito boa eu aprendi a me relacionar com o meus filhos. Sandra

Serviu muito. Serviu para melhorar meus conhecimentos e me ensinou a lutar ainda mais, a procura dos meus objetivos, tanto na família, na vida familiar e nas minhas obrigações como cidadã e muito mais ainda na vida profissional. Todos os cursos que fiz eu encaro como um trabalho. Foram assuntos importante e concreto, seria muito bom para outras famílias. Arlete

Esclareceu muitas dúvidas que eu tinha antes, e agora não tenho duvidas pois serviu de esclarecimento e informação antes eu andava mal informada, e agora sou bem informada! Mônica

Pra mim foi bom, e vi que muitas pessoas passam por grandes dificuldades. Sempre é bom estar discutindo assuntos que de certa forma estão incomodando, os conselhos servem muito, ajudam a refletir melhor sobre a convivência que temos que ter entre nós seres humanos. Marina

Sim, achei muito importante pois as reuniões são boas eu me senti feliz na reunião passada pois eu ouvi o que precisava pois sofro com bebedeira de meu marido e as vezes não tenho paciência com meus filhos só deus sabe o quanto me sinto. Serviu as informações daquele dia em diante eu pensei bem e a minha vida um pouco mudou se eu der amor a meus filhos quem vai dar eles não tem culpa. Agradeço pela informação o que eu precisava. Diana

O trabalho sócio-educativo representa um dos momentos mais gratificantes para os profissionais. É por ele que se efetiva as mudanças mais significativas e perceptíveis. Sem o trabalho educativo podemos cair no fatalismo ou no burocratismo que assombra a atualidade da profissão. É por ele, portanto, que mantemos o pé na realidade social desmistificando a ideologia dominante e mantemos de pé o sonho de mudança através de projetos utópicos.

4.5 Visão social de homem e de mundo: múltiplos aspectos da unidade

O primeiro aspecto a se considerar neste item é que alguns elementos da visão social de homem e de mundo dos profissionais já foram analisados e evidenciados nos primeiros itens deste capítulo. Neste item abordaremos a construção da visão social de homem e de mundo dos profissionais conforme as respostas obtidas pela pergunta: *qual é a sua visão de homem e de mundo?*

Vimos que uma visão social de homem e mundo não é totalmente coerente com uma determinada corrente de pensamento. Na realidade tais elementos se encontram difusos e, na maioria das vezes, confusos nas falas dos profissionais. Esta característica é própria da realidade cotidiana que exige respostas imediatas aos problemas imediatos, se tivéssemos uma coincidência total entre os pensamentos da vida cotidiana e o pensamento científico não teria sentido desenvolver o presente trabalho, pois a riqueza de pensamentos na realidade se transformaria num pensamento único e positivo, conforme os próprios preceitos do positivismo.

Nesse sentido, trazemos à baila o depoimento da Assistente Social Ana, que contribui significativamente para nossa linha interpretativa:

Nossa que pergunta difícil... É engraçado que a gente nunca para pra refletir qual é nossa visão de homem e de mundo. Mas o homem... o homem é um ser em construção, e o mundo é a construção do ser. Mas é uma coisa tão dinâmica, tão intrínseca nas relações, permeadas de tantas coisas, pelas relações sociais, políticas. É um processo dinâmico não dá pra saber, sempre irá existir homem e sempre irá existir mundo. E cada época com uma idéia, uma reflexão. Com seus guetos e seus grupos.

De fato essa é a primeira reação que temos quando nos perguntamos qual é a nossa visão de homem e de mundo: “... *que pergunta difícil... a gente nunca para pra refletir qual é a nossa visão de homem e de mundo...*”. A vida nos impõe ritmos que nos impede de

refletirmos sobre determinados assuntos. Esse mesmo ritmo é apresentado na fala: “*É um processo dinâmico não dá pra saber...*”. No entanto, podemos indicar alguns elementos importantes para compreendermos algumas idéias que perpassam a nossa época e que foram construídas durante a história do pensamento ocidental.

Vejamos como esse processo se engendra no pensamento. O relato da Assistente Social Zélia nos elucida em alguns pontos:

O mundo está dirigindo os homens. Hoje eu acho que o mundo esta levando a gente a cada vez deixar de ser gente. A gente esta ficando muito mecânico. Então como a gente luta a cada dia pelo pão de cada dia a gente esqueça que pode rir, que a gente pode brincar, a gente beijar. A gente pensa que vai fazer o trabalho sócio-educativo e vai falar sobre as dificuldades que a situação econômica te leva, da carência daquelas pessoas, dos problemas sociais que aquela pessoa tem. Mas se você não começar a trabalhar com a auto-estima da população, pra que ela possa se olhar no espelho e se amar, se enxergar já está bom, você não faz trabalho nenhum. Ela não vai escutar nada. As pessoas estão perdendo o amor por si mesmas.

O presente relato demonstra como o racionalismo cartesiano está presente nas relações sociais, quando ela diz: “*A gente esta ficando muito mecânico*”. Não significa que manifeste essa visão da sociedade em seu trabalho, pelo contrário, ela tenta romper com tal visão, ultrapassando seus limites pela construção do amor próprio, ou seja, de uma visão psicologizada do mundo. Não representa, entretanto, que está errado e que trabalhar no sentido psicológico seja um fator reacionário, o fato é que o mundo foi tão influenciado por tal pensamento racionalista que as pessoas estão necessitando de tal procedimento e elas vêm no trabalho do Serviço Social uma alternativa para atender tal necessidade. É claro que é preciso ter cautela redobrada nessas ações, pois não é nossa função essencial trabalhar com elementos psicológicos de nossa população, pois poderemos trazer a tona elementos que não estamos preparados pra enfrentar na realidade. Em nosso entendimento o trabalho deve perpassar a construção dos sujeitos coletivos que reforçarão os sujeitos individuais. É como a Assistente Social Marlene nos relatou:

Na verdade eu trabalho bastante no coletivo. Porque não tem como trabalhar especificamente o individual, então meu trabalho é só com o coletivo mesmo. A gente atende o particular quando é realmente necessário mesmo. E no coletivo a gente acaba trabalhando o individual. Porque a gente trabalha muito a questão do “eu”, depois o “nosso”. Quem sou eu? Quem é o outro? Então nessa linha a gente acaba trabalhando o individual. O social é deixado de lado diante a parte econômica. ... O nosso trabalho é abordar a questão geral, independente do econômico. Porque se o social não vai bem e econômico também...

A Assistente Social Rita também compartilha com tal idéia, de acordo com seu depoimento:

O homem está enfrentando uma crise de coexistência. Da própria eficiência dele, do papel dele. A gente está vendo muitos jovens se formar não sei para que. Para pendurar um diploma na parede. Homem e mundo hoje, eu acho que o homem está sendo realmente um homem no mundo e não sabendo o papel dele.

As respostas foram construídas, via de regra, conforme uma visão crítica da realidade, não representa o que as profissionais compreendem do homem, mas sim aquilo que o homem se tornou e não deveria. As entrelinhas revelam que a profissional acredita que o homem é um sujeito histórico, mas que a realidade não o deixa ser. A dominação ideológica oculta o papel histórico do homem no mundo. Tal idéia é reforçada na fala da Assistente Social Bianca, que diz:

Só o homem pode salvar este mundo. Ele está destruindo, mas a solução tem que vir dele.

O homem pode salvar, mas está destruindo o mundo. Ele é um sujeito, mas suas ações estão no caminho destrutivo, equivocado. E porque estamos nessa situação? A resposta da Assistente Social Cleide nos dá alguns indícios:

O homem é na verdade responsável por todas as suas escolhas. Pelas coisas boas e pelas coisas más. O homem evolui, ele está em constante evolução. A medida que ele evolui, conquista espaço, avança em conhecimento, avança em tecnologia, parece que vai criando uma sensação de poder e infelizmente ele começa achar que

ele é dono do mundo, quanto mais conhecimento ele adquire mais desumano ele vai ficando. Infelizmente! Você analisa pela própria história do homem, que ele começa a se preocupar em ter e não ser. Na antiguidade você via isso acontecer, e isso vem se intensificando. O homem está querendo muito conquistar o mundo, parece que homem está querendo ser Deus. As pessoas estão querendo ser importantes. Eu sou mais importante, eu sou mais inteligente. Eu quero ter mais. Eu quero conquistar mais. Eu quero provar para o outro que eu sou maior. E esquece que tudo que eles são seres humanos. Estão aqui nessa terra, eu acredito, que é pra provar que justamente são humanos, são gente. Que nasceu para viver em harmonia com o todo, e essa harmonia deve levar em consideração o outro. É um homem que precisa apreender a preservar a vida de maneira ampla.

Esta resposta traz elementos de duas correntes filosóficas. A primeira trata-se do existencialismo, que compreende essencialmente o homem como responsável por todas suas ações e não analisa que suas ações estão inseridas em uma conjuntura histórica que precisa ser considerada. A segunda trata-se do positivismo que vê no conhecimento a fonte de poder, da verdade, da orientação da vida social e moral dos indivíduos: “*A medida que ele evolui, conquista espaço, avança em conhecimento, avança em tecnologia, parece que vai criando uma sensação de poder e infelizmente ele começa achar que ele é dono do mundo*”. No entanto, tais elementos se confundem na própria matriz positiva, pois uma das consequências do positivismo, sobretudo, no Serviço Social é procurar a harmonia da sociedade por meio de ajustamentos individuais, sem, contudo, questionar a própria realidade social. Não significa que devemos viver em constante conflito, mas que ele faz parte da realidade e que deve ser encarado como algo que precisa ser manifestado e considerado na sociedade, pois não surgem de desvios individuais e sim de manifestações das contradições existentes na sociedade capitalista.

A fala da Assistente Social Beatriz demonstra como o homem está inserido na ideologia dominante:

O homem veio para estar neste mundo, para viver, para se realizar neste mundo. E nem sempre, a maioria das vezes que a gente vê, é

esse homem perdido. Esse mundo tá aí as coisas vão acontecendo, muitas vezes atropelando tudo, com a modernização e a globalização. E este homem a gente vê que ele está meio perdido, a maioria da população não consegue acompanhar a evolução do mundo. Então fica meio que a parte, não entra no bolo, não é parte integrante. Ele fica caminhando meio a parte.

A condição de perdido reflete a situação em que os mecanismos ideológicos nos envolvem. Esta é sua função, confundir o homem e deixá-lo perdido pois assim não questionará a ordem das coisas. E a pobreza e a ignorância fazem parte dos elementos que estruturam tal situação, é que George Orwell descreve em seu livro *1984*:

se o lazer e a segurança fossem por todos fruídos, a grande massa de seres humanos normalmente estupidificada pela miséria aprenderia ler e aprenderia a pensar por si; e uma vez isso acontecesse, mais cedo ou mais tarde veria que não tinha função a minoria privilegiada, e acabaria com ela. De maneira permanente, uma sociedade hierárquica só é possível na base da pobreza e da ignorância (p. 178).

Do outro lado do pessimismo da teoria crítica temos o otimismo, que muitas vezes é encarado como uma visão ingênua da realidade, o que de fato não é, pois como o próprio Gramsci diz “sou pessimista nas análises, e otimista na vontade”. De fato desvelar os mecanismos ideológicos nos traz pessimismo e desespero. É o que Álvaro de Campos descreve no poema *Demorgogon*, em que diz:

*Deixai-me viver sem saber nada, e morrer sem ir saber nada!
A razão de haver ser, a razão de haver seres, de haver tudo,
Deve trazer uma loucura maior que os espaços
Entre as almas e entre as estrelas.*

No entanto, o otimismo na vontade faz parte do mecanismo utópico de ver a realidade, de compreender que somos sujeitos e que nossas ações são importantes para o desenrolar histórico e que uma sociedade sem desigualdades é uma possibilidade histórica que será construída pelos sujeitos em relações sociais desvelando a ideologia dominante. A Assistente Social Marlene nos traz elementos nesse sentido:

Vamos falar de homens e de mulheres. Eu sou empolgada com a vida. Eu acredito que é possível outro mundo e quem faz isso somos nós mesmos, nosso viver, nosso modo de agir. Uma visão de igual para todos, que todos tem oportunidade em tudo: na educação, na saúde, na assistência, de habitação. E você se relacionando com o mundo, você respeitando ele e ele te respeitando.

A Assistente Social Márcia também compartilha dessa opinião e nos diz:

Eu tenho muita esperança, esperança no homem. Que ele acorde pra realidade e veja que realmente continue conquistando, mas em benefício do próprio homem. Que ele use a inteligência e a capacidade que ele tem pra construir, pra se tornar mais humano.

Por fim temos o relato da Assistente Social Paula que condensa tais elementos quando diz:

Eu acho que a gente tem que acreditar. Não pode ser fatalista e falar está ruim. Principalmente, porque nossa profissão é sonhar e correr em busca de melhorias, mas eu acho que ainda falta muito. Mas é como no livro de Laura Tavares, ela fala muito da questão da participação, então nós temos que enquanto educadores, enquanto assistentes sociais que faz esta parte, tem que estar sempre pleiteando a democratização das informações, a participação popular, a transparência, porque isso é o que ajuda o cidadão. Que ele seja bem informado, um cidadão crítico, ele sabe buscar com muito mais eficácia, do que a pessoa que não tem participado.

Os perfis pedagógicos se mesclam e sintetizam os elementos da história do Serviço Social. Ora temos a pedagogia da “ajuda” com sua visão individualista da realidade, ora da “participação” com sua orientação da auto-ajuda e ora da “emancipação das classes” que enxerga as contradições do capitalismo e suas manifestações ideológicas, trabalhando no sentido de superá-las. Cada uma se manifestará de forma particular e específica no trabalho sócio-educativo do Assistente Social. A característica que se repete em todos os trabalhos é a construção dos temas que estão vinculados aos problemas provocados pelo sistema social em que vivemos. O fato importante que nos chama a atenção é ter a consciência que tais elementos existem e que cada um tem uma consequência ideológica ou uma orientação utópica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar um perfil educativo corre-se o risco de engessar a realidade empírica em categorias abstratas que pouco ou nada coincidem com a realidade. O fato é que as representações teóricas da realidade servem para nos guiar, para nos dar um norte a seguir e paulatinamente construirmos as nossas próprias mediações com a realidade social contraditória. Esta foi a principal preocupação quando iniciamos o desenvolvimento do trabalho. Desta maneira, todo o trabalho teórico que apresentamos no primeiro, no segundo e parte do terceiro capítulo nos serviram de base para edificarmos o restante do trabalho.

No primeiro capítulo abordamos a visão social de homem e de mundo como aspecto da totalidade histórica concreta e suas vinculações dialéticas com as relações de produção, a luta de classes e os conflitos políticos. A partir deste universo analisamos alguns aspectos e definimos algumas categorias para compreender o perfil educativo. Vimos, portanto, que os elementos ideológicos se configuram a partir de um pessimismo cuja base é a crítica e que os elementos utópicos se apresentam como otimismo revestido de uma aparente ingenuidade. Tais elementos se misturam no pensamento e nas ações, formando uma visão social de homem e de mundo específica, particular e, sobretudo, vinculada com a realidade concreta.

Esses dois sentidos se reproduzem e se entrecruzam em todo o desenrolar das opiniões. Vejamos nas respostas sobre *o que é o homem para os profissionais*. É importante salientar antes de qualquer coisa, que se trata de um tema complexo e que abarca um campo semântico amplo e com determinações concretas para além das analisadas, daí a importância da delimitação teórica como norte. As visões de homem seguem, de um lado, a crítica ao homem positivista, cartesiano, mecanicista, desvelando alguns elementos ideológicos que ocultam a realidade da exploração e dominação que orientam tal visão, apenas não avançam por uma questão de um conhecimento superficial das correntes filosóficas. Do outro lado,

temos uma visão que enxerga o homem como sujeito de sua história, construtor de seu destino, mas se configura como um homem utópico exatamente pelo razão de estar inserido nas condições ideológicas anteriores, precisando lutar para ultrapassar os limites impostos na realidade. No meio desses dois movimentos temos o homem real, concreto, que existe e age e sofre e ganha e perde e está feliz e está triste.

Os três momentos estão presentes na realidade, não pretendemos hierarquizá-los e definirmos o que prevalece, pois seria negar nossa própria orientação teórica. Trata-se de olharmos no horizonte da história e compreender que cada orientação se manifesta conforme um contexto específico, ou seja, será numa relação dialética com a realidade que determinada orientação se manifestará. Por exemplo, um trabalho com mulheres que sofreram violência a visão utópica prevalecerá, pois a realidade requer do profissional uma visão otimista, pois a mulher real, concreta está vivenciando um sentimento de humilhação, degradação e tristeza. Em outra situação, por exemplo, quando temos um grupo de trabalhadores assentamentos que precisam planejar uma reivindicação para melhorias no assentamento, teremos neste caso uma visão crítica da realidade, pois ela possibilitará o processo de desmistificação ideológica das condições de exploração e dominação que estão vivenciando na realidade concreta, criando forças para a luta e efetivação do sujeito histórico coletivo.

É o cotidiano exigindo ações políticas para situações imediatas, forjando a *práxis social que pode se efetivar*, nos termos de Lefebvre, *de forma repetitiva, mimética ou inventiva*. Neste universo teremos uma realidade empírica diversificada, pois o que está como pano de fundo dessas ações é o significado da política para os profissionais. Vejamos: via de regra, temos no perfil educativo uma visão da *política de conjuntura e não organicamente vinculada à crítica histórica-social das classes sociais, é uma política miúda do dia-a-dia que tem como foco pequenos grupos ou personalidades do poder.*³⁷ No entanto, existem exceções

³⁷ Conforme neste trabalho item 1.3, páginas 44-46.

que confirmam a regra, são profissionais que visualizam o significado da política para além do imediato, visualizando-a como fenômeno vinculado à estrutura de classes sociais.

É neste sentido que temos outra questão complicada de se delimitar com precisão, isto é, a questão da vinculação com uma classe social. Partindo-se do pressuposto que as ações educativas dos assistentes sociais localizam-se na superestrutura ideológica, temos que considerar que os profissionais representam neste papel uma função de intelectual, e os

[...] intelectuais não são uma classe, mas uma *categoria social*; não se definem por seu lugar no processo de produção, mas por sua relação com as instâncias extra-econômicas da estrutura social [...] Os intelectuais são uma categoria social definida por seu papel ideológico: eles são os *produtores diretos* da esfera ideológica, *os criadores de produtos ideológico-culturais* (LÖWY, 1979, p. 01, grifo do autor)

Desta maneira, trata-se de compreender os vínculos orgânicos que tais profissionais estabelecem no desenvolvimento do trabalho sócio-educativo. Como reivindicamos para este trabalho os binômios opressor/oprimido e dominador/dominado, temos uma realidade em que os profissionais se posicionam conscientes do lado dos oprimidos e dominados. São profissionais cientes do papel histórico que os oprimidos têm na história da sociedade. A questão se complica quando acrescentamos o elemento epistemológico, ou seja, o conhecimento da realidade objetiva dos profissionais. De fato, a maioria não possui uma visão aprofundada e cientificista das questões que envolvem o arcabouço ideológico como mecanismo de ocultação da realidade do mundo do trabalho. A maioria possui uma consciência fragmentada e difusa, mas com fortes elementos críticos que se sobrepõem aos aspectos negativos. É importante salientar que tal situação advém da própria condição de trabalhadores assalariados que estão inseridos no cotidiano profissional, que, além de influenciar com sua própria força alienante, consomem a maior parte do tempo dos profissionais, impossibilitando-os no aprofundamento dessas questões. Portanto, a questão epistemológica não está vinculada a uma posição de classe assumida conscientemente, mas está oculta nas entrelinhas do processo do trabalho profissional.

Outra questão importante neste universo é a condição de pequena-burguesia dos profissionais, ou em outros termos, de classe média. Tal situação constitui elemento importante na formação da visão social de homem e de mundo apresentada anteriormente. O que se tem, via de regra, é exatamente uma visão no ponto médio, ou seja, não existe um radicalismo proletário ou burguês, trata-se de uma visão que procura conciliar os conflitos trabalhando para constituir um todo harmônico. No plano da realidade imediata, como salientamos no quarto capítulo, a harmonia é vista como ponto positivo, pois ninguém quer viver em conflitos. No entanto, ao ampliarmos a visão política vinculada a ações organicamente com as classes sociais no âmbito da produção material da vida, defendemos que o conflito é necessário, pois do contrário o discurso da harmonia se apresentará como uma ideologia dominante que procura mistificar o conflito concreto existente na divisão social do trabalho. Em termos resumidos, a harmonia no plano psicológico individual é positiva, e tal plano faz parte da realidade no trabalho sócio-educativo, mas na óptica sociológica ou no trabalho sócio-educativo que visa o fortalecimento do sujeito coletivo para reivindicações coletivas o discurso da harmonia ganha outra dimensão, trata-se de uma harmonia no grupo com um horizonte conflituoso na sociedade em geral.

A visão da questão agrária acentua-se em apenas uma das faces da visão social de homem e de mundo dos profissionais, ou seja, a maioria possui uma visão crítica que faz as mediações entre o desenvolvimento capitalista e a pobreza, mas que se apresenta de modo fatalista.

Por fim, queremos registrar que com todos os avanços e retrocessos, limites e possibilidades, ações e reações, o perfil educativo dos Assistentes Sociais que atuam nas expressões da questão agrária na sub-região de Andradina-SP reflete uma posição que se reproduz na própria lógica do Serviço Social e de sua história. Tratam-se de construções

contraditórias que agregam em sua lógica uma não-lógica, mas que tem como horizonte um trabalho pautado em um projeto que busca a transformação individual e coletiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ABREU, Marina Maciel. A questão pedagógica e a hegemonia das classes subalternas: aportes da análise gramsciana. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, ano 17, n. 51, p. 61-74, 1996.

_____. **O Serviço Social e a organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.

AGGIO, Alberto. Regime militar e transição democrática: um balanço do caso brasileiro. **Estudos de Sociologia**, Araraquara: UNESP, v. 01, n. 01, p. 55-64, 1996.

AGUIAR, Antônio Geraldo de. **Serviço Social e Filosofia**: das origens à Araxá. 5ª ed. Piracicaba: Cortez, 1995.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. São Paulo: Martins, Fontes, s/d.

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 7ª ed. rev. ampl. São Paulo: Cortez, 2000.

ARAUJO, Leandro José de; SILVIERA, Ubaldo. Educação e Violência no processo de mudança social. **Serviço Social e Realidade**, Franca: FHDSS/UNESP, v. 14, n. 2, p. 155-176, 2005.

ATLAN, Henri. **A ciência é inumana?** Ensaio sobre a livre necessidade. São Paulo: Cortez, 2004 (Coleção questões da nossa época; v. 117).

BARROS, Décio Silva. Serviço Social: profissão ou ideologia? **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, ano 04, n. 13, 1983.

BERGAMASCO, Sonia. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BOMBARDI, Larissa Mies. **O bairro reforma agrária e o processo de territorialização camponesa**. São Paulo: Annablume, 2004.

BUFFA, Ester. **Educação e cidadania**: quem educa o cidadão? 7ª. ed. São Paulo: Cortez, 1999 (Coleção questões da nossa época: 19).

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem-Terra**: escola é mais do que escola. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

CAPALBO, Creusa. **Ideologia e Educação**. São Paulo: Convívio, 1978.

CARDIM, Silvia Elisabeth (et all). **Análise da Estrutura fundiária brasileira**. Disponível em: <<http://incra.gov.br>>. Acesso em: 25/11/2006.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTRO, Graziela Beatriz. **Relação de ajuda e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1985.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **A “questão social” no Brasil**: crítica do discurso político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

CHAUÍ, Marilena. **O que é Ideologia**. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1984,

CHAUÍ, Marilena; FRANCO, Maria Sylva Carvalho. **Ideologia e mobilização popular**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci e as ciências sociais. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, ano XI, n. 34, dez 1990, p. 21-40.

_____. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: 1992.

CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr de. **O golpe na educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

CURY, Carlos R. J. **Ideologia e educação brasileira**: católicos e liberais. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.

D’INCAO, Maria Conceição. **Qual é a questão do bóia-fria**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DESCARTES, René. **Discurso do método; As paixões da alma**. Introdução de Gilles-Gaston Granger, prefácio e notas de Gerard Lebrun. 4ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Metodologia e ideologia do trabalho social**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1985.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2001.

FERNANDES, Florestan. O significado da ditadura militar. In: TOLEDO, Caio Navarro (org.). **1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Política e Educação: ensaios**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1995 (Coleção Questões da nossa época, v. 23).

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório**. 4ª ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986.

_____. **Educação e Poder: introdução a pedagogia do conflito**. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. Idéias & Fatos: o legado de Paulo Freire. **Cultura Vozes**, Petrópolis: Vozes, v. 91, n. 04, p. 155-165, julho-agosto 1997.

GERMANO, José Wellington. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1994.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 1992.

GOUVEA, Maria das Graças de. **Educação popular junto aos movimentos sociais: o centro de Direitos Humanos e Educação Popular – CDHEP; Campo Limpo/Zona Sul/ São Paulo**. São Paulo: PUC, 1997 (Tese de Doutorado).

GRAMSCI, Antônio. **Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

_____. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

_____. **Obras escolhidas**. São Paulo: Martins, 1978.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Introdução à História da filosofia**. São Paulo: Hemus, 1983.

IAMAMATO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Trabalho e indivíduo social: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista**. São Paulo: Cortez, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 12ª ed. São Paulo: Cortez/CELATS, 1998.

IANNI, Octavio. A classe operária vai ao campo. **Cadernos CEBRAP**, São Paulo: Brasiliense, n. 24, 1976.

_____. **Industrialização e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

_____. **Origens agrárias do Estado brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LAMOUNIER, Bolívar (org.). **De Geisel a Collor**: o balanço da transição. São Paulo: IDESP/Ed. Sumaré, 1990.

LEFEBVRE, Henri. **Sociologia de Marx**. Rio de Janeiro: Forense, 1968.

LOMBARDI, Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís (orgs). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas: Autores Associados, HISTEDBR, 2002 (Coleção educação contemporânea).

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**: marxismo e o positivismo na sociologia do conhecimento. 5ª ed. rev. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. **Ideologia e Ciência Social**: elementos para uma análise marxista. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. **Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

LUKÁCS, György. **História e consciência de classe**: estudos da dialética marxista. Trad. Telma Costa; rev. Manuele A. Resende e Carlos Cruz. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elfos; Portugal: Publicações Escorpião, 1989.

MAGALHÃES, Maria Cristina Soares. Educação Popular e Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, ano 03, n. 06, p. 43-54, 1981.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial**: o homem unidimensional. 4ª ed. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 1973.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social**: identidade e alienação. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da Terra**. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979.

_____. **Reforma Agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

_____. **Sobre o modo capitalista de pensar**. 4ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1986.

MARX, Karl. **A miséria da filosofia**. São Paulo: Global, 1985.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. (Tr.) Maria Helena Barreiro Alves. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

_____. **Manuscritos econômicos-filosóficos** (Terceiro Manuscrito) (Tr.) José Carlos Bruni. 5.ed., São Paulo : Nova Cultural, 1991.

_____. **O Capital**. Crítica da economia política. Liv. I. Vol. 1. São Paulo: Nova Cultural, 1996 (Coleção “Os Economistas”).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Moraes, 1984.

MEDEIROS, Leonilde (et al). **Assentamentos rurais: uma visão interdisciplinar**. São Paulo: Ed. Unesp, 1994.

MENDES, Durmeval Trigueiro (org.). **Filosofia da educação brasileira**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

MESZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

MIGUEL, Walderez Louveiro. **O Serviço Social e a promoção do homem: um estudo de ideologia**. 2ª ed rev. São Paulo: Cortez, 1980.

NAPOLEONI, Cláudio. **Smith, Ricardo, Marx**. 8ª ed. São Paulo: Paz & Terra, 2000.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Crise contemporânea, questão social e Serviço Social**, Brasília: CFESS, Abepss, UnB/CEAD, 1999 (Capacitação em Serviço Social e Política Social, módulo 1).

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.

NOSELLA, Paolo. **Qual compromisso político?** Ensaio sobre a educação brasileira pós-ditadura. Bragança Paulista: IFAN-CDAPH / Editora da Universidade São Francisco-EDUSF, 1998.

PELLANDA, Nize Maria Campos. **Ideologia, educação e repressão no Brasil pós-64**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

PONTES, Reinaldo N. **Mediação e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PRADO JUNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. **Formação do Brasil contemporâneo**. 11ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1971.

REVISTA DA ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária). **CD-ROOM**, Série Coleções, vol. 1.

ROMANELLI, Otaiza. **História da educação no Brasil: 1930-1973**. Petrópolis: Vozes, 1978.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 8ª ed. Portugal: Afrontamento, 1996.

SARTRE, Jean-Paul. **O existencialismo é um humanismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. 32ª ed. Campinas: Editores Associados, 1999 (Coleção Polêmicas do nosso tempo, v.5).

_____. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, Editores Associados, 1984.

SERRA, Rose M. **Crise de materialidade no Serviço Social: repercussões no mercado profissional**. São Paulo: Cortez, 2000.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Educação, ideologia e contra-ideologia**. São Paulo: EPU, 1986.

SILVA, José Graziano. **O que é questão agrária**. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SILVA, Maria dos Aflitos Souza. A prática profissional no contexto das relações sociais. **Debates Sociais**, São Paulo, ano 16, n. 48/49, p. 05-08, 1990.

SILVA, Maria Ozanira da Silva (org). **O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. A crise dos projetos de transformação social e a prática profissional do Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, ano 13, n. 40m p. 101-117, 1992.

SILVIERA, Ubaldo. **Reforma Agrária: a esperança dos "Sem-Terra"**. Franca: UNESP-FHDSS, 2003.

TOPALOV, Christian. **Estruturas agrárias brasileiras**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1978.

VIEIRA, Evaldo. **Democracia e Política Social**. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1992.

WERNECK, Vera Rudge. **A ideologia na educação**: um estudo sobre a interferência da ideologia no processo educativo. Petrópolis: Vozes, 1984.

Sites consultados

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. Disponível em: <<http://ibge.gov.br>>. Acesso em: 25/11/2006.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Disponível em: <<http://incra.gov.br>>. Acesso em: 25/11/2006.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Disponível em: <<http://mst.org.br>>. Acesso em: 30/11/2006.

PARTIDOS DOS TRABALHADORES. Disponível em: <<http://pt.org.br>>. Acesso em: 30/11/2006.